

**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

**Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP**

**LUCAS CID GIGANTE**

*EPISTEMOLOGIA, CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E  
COMPARAÇÃO HISTÓRICA EM WEBER*



ARARAQUARA – SÃO PAULO.  
2006

LUCAS CID GIGANTE

*EPISTEMOLOGIA, CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E  
COMPARAÇÃO HISTÓRICA EM WEBER*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como **requisito parcial** para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**[Linha de pesquisa Cultura e Ideologia]**

**[Orientador: José dos Reis Santos Filho]**

**[Bolsa Capes]**

ARARAQUARA – SÃO PAULO.  
2006

LUCAS CID GIGANTE

***EPISTEMOLOGIA, CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E  
COMPARAÇÃO HISTÓRICA EM WEBER***

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como **requisito parcial** para obtenção do título Mestre em Sociologia.

**[Linha de pesquisa Cultura e Ideologia]  
[Bolsa Capes]**

Data de aprovação: 08/11/2006

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Professor Doutor José dos Reis Santos Filho**  
Professor Assistente Doutor  
Universidade Estadual Paulista, FCL/Ar

---

**Membro Titular: Antônio Flávio de Oliveira Pierucci**  
Professor Livre Docente  
Universidade de São Paulo, FFLCH

---

**Membro Titular: José Flávio Bertero**  
Professor Assistente Doutor (aposentado)  
Universidade Estadual Paulista, FCL/Ar

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

Às pessoas que compõem a constelação existencial de minha vida:

Maristela, Moacir, Luciara e Priscila.

## **AGRADECIMENTOS**

Não posso deixar de mencionar algumas pessoas que acompanharam a construção deste trabalho e de registrá-las. Sendo assim, agradeço ao Reis, alguém que aceitou me orientar desde 2003; à Renata Medeiros Paoliello, pelo detalhismo de sua leitura, o que muito me ajudou nas revisões; à Eliana de Mello e Souza, por me cobrar o contexto histórico, algo até hoje negligenciado por mim; ao Marco Aurélio Nogueira, pelas sugestões feitas na qualificação deste trabalho, sugestões valiosas incorporadas nesta versão final. Por fim, agradeço ao Antônio Flávio Pierucci e ao José Flávio Bertero por aceitarem o convite para compor a interlocução final deste trabalho e por mais um grande momento de discussão de idéias. Sou muito grato a todos vocês.

*(...) nenhum desses sistemas de pensamento, que são imprescindíveis para a compreensão dos elementos significativos da realidade, pode esgotar a sua infinita riqueza. Todos não passam de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito de nosso interesse (...). O aparelho intelectual que se desenvolveu no passado mediante uma elaboração reflexiva da realidade imediatamente dada, (...), que correspondia ao estado do conhecimento e à orientação assumida pelos interesses, encontra-se em contínuo confronto com tudo o que podemos e queremos adquirir quanto ao conhecimento novo da realidade.*

*(Max Weber) <sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> WEBER, M. "A 'objetividade' do conhecimento na Ciência Social e na Política Social". In *Max Weber: Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Ed. Cortez, Campinas, 2001**b**, p148.

**GIGANTE, L.C. EPISTEMOLOGIA, CONTRUÇÃO CONCEITUAL E COMPARAÇÃO HISTÓRICA EM WEBER.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2006, 114f.

## **RESUMO**

Neste trabalho interpretamos a epistemologia weberiana como uma proposta de ordenação aproximativa do concreto, que possui em seu ponto de partida uma concepção do mundo empírico como um reino de infinidade, diversidade e caos. Tal postura de ordenação pressupõe a utilização de definições conceituais referidas seletivamente ao mundo empírico, estabelecendo sua reconstrução pelo pensamento. O método em Weber se caracteriza, sobretudo, pela utilização de táticas de sociologia histórica comparada como meio de submeter hipóteses causais à verificação, sendo que a causalidade opera uma combinação de fatores necessários e dificilmente suficientes para a explicação de determinado evento ou momento histórico. No decorrer da argumentação, torna-se claro que a estratégia cognitiva weberiana não escapa de uma parcialidade significativa, que pressupõe a presença de pontos de vista particulares que organizam a comparação histórica e o desenvolvimento de hipóteses. Isto significa que a questão da objetividade encontra-se aberta, sendo o esquema teórico weberiano articulado em torno de três pontos chave que o perpassam, quais sejam, a significação, a seleção e o interesse.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Epistemologia. Método. Teoria Sociológica. Max Weber. Sociologia da Religião.  
Comparação histórica.

## **ABSTRACT**

In this research we interpret the weberian epistemology like a proposal of approximative ordination of the concrete, that has in its departure's point a conception of the empiric world like a reign of infinity, diversity and chaos. So posture of ordination presupposes the utilization of conceptual definitions related selectively to the empiric world, establishing its reconstruction by thought. The method by Weber characterizes itself by utilization of tactics of historic sociology comparative like mean of to submit causal hypothesis to verification, being that causality operates a combination of necessary factors and difficultly sufficient for a explication of determinate event or historic moment. Our argumentation shows that the weberian cognitive strategy no escapes of a significative partiality, that presupposes the presence of particular points of view that organizes the historic comparison and the development of hypothesis. This denotes that the question of the objectivity is open, and the theoretic scheme is articulate around three key-points: the signification, the selection and the interest.

## **KEY WORKS**

Epistemology. Method. Sociology Theory. Max Weber. Sociology of Religion.  
Historic comparison.



## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 APONTAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E DE MÉTODO.....</b>	<b>17</b>
2.1 Para uma leitura do problema: o trabalho cognitivo.....	17
2.2 Da Teoria do Conhecimento para uma redução à metodologia.....	32
<b>3 O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO EM WEBER.....</b>	<b>40</b>
3.1 Para uma revisão do tema: a contribuição dos estudiosos.....	40
3.2 O infinito concreto: qualificação específica do dado empírico em Weber.....	50
3.3 O sujeito cognoscente em Weber.....	58
3.4 O impasse epistemológico: problema gerador da pesquisa.....	62
<b>4 O MÉTODO EM WEBER: CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E COMPARAÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>64</b>
4.1 Trabalho cognitivo como superação do impasse epistemológico.....	64
4.2 Construção de tipos ideais: significação e ordenação da investigação.....	70
4.3 O nível de dependência do conhecimento aos pressupostos valorativos.....	75
4.4 Táticas de Sociologia histórico-comparada.....	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>112</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Sendo um clássico da Sociologia muito estudado, é desnecessário afirmar a presença do pensamento de Max Weber. Podemos citar sua ênfase na construção conceitual precisa e na adequação empírica e histórica dos conceitos com vistas à sua apropriada sistematização. Salta à vista seu vasto e persistente trabalho de comparação histórica, que busca enfatizar a combinação de fatores da gênese do capitalismo e da especificidade ocidental moderna.

No entanto, um aspecto pouco explorado de seu pensamento merece maior atenção. Trata-se das discussões epistemológicas presentes nos ensaios teórico reflexivos, reunidos e publicados em edição póstuma que ficou conhecida a partir do título dado por Marianne Weber *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, “Ensaio Reunidos de Teoria da Ciência”. No Brasil, a edição mais completa foi publicada pela editora Cortez, em dois volumes, que levam o título de “Metodologia das Ciências Sociais”.

O grande tema presente nestes ensaios gira em torno da constatação dos dilemas da produção do conhecimento nas Ciências Sociais. Trata-se de uma reflexão de cunho epistemológico que, ao contrário de nosso hábito de especialização disciplinar, se coloca indissociável do terreno da própria construção teórica de Weber bem como de suas pesquisas empíricas, dado lidar com questões de fundamentação do conhecimento. Trabalhamos esta conexão como uma diretriz de leitura.

Sua importância na obra de Weber é reconhecida como uma tomada de posição em relação ao debate metodológico de então, também conhecido como a “disputa metodológica”. Disputa travada, em linhas gerais, no entrelaçamento do Positivismo, da Hermenêutica e do Historicismo e no contraste entre as orientações nomológicas e idiográficas. No reflexo desta efervescência, estava colocada a questão de se as Ciências Sociais deveriam praticar uma descrição empiricamente minuciosa ou se deveriam elaborar leis gerais de simplificação da diversidade observada.

Sendo assim, um dos textos mais conhecidos de Weber, “A objetividade do conhecimento”, possui uma importância múltipla. Em primeiro lugar, trata-se de uma

tomada de posição no debate entre as correntes em “disputa”. Em segundo lugar, do lançamento das balizas editoriais da revista “Arquivo para a Ciência Social e Política Social”, (*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*). Em terceiro lugar, Weber lançaria as balizas de referência para seus trabalhos empíricos, fornecendo fundamentação epistemológica para os dois ensaios em gestação no mesmo período, que compõem a “Ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”, afirma Tenbruck (1997).

Num primeiro momento, podemos dizer que trabalhamos a intersecção de alguns temas em nível transdisciplinar. Esta travessia de fronteiras perpassa a epistemologia, o método e a teoria sociológica, no interior do registro weberiano. Tendo apresentado esta referência geral, trata-se de nos aproximarmos da conexão de temas maiores dos quais nos ocupamos.

Na segunda seção, partimos da colocação de um problema subjacente à epistemologia, com apoio do registro kantiano a partir da “Crítica da razão pura”, em cujo bojo se encontra o problema do conhecimento. Este aporte no âmbito do geral nos delinea a colocação do problema que examinamos em Weber. Em face da complexidade da questão, o problema específico que examinamos parte da constatação de que o dado empírico se nos apresenta como uma horizontalidade complexa e caótica, repleto de variação e dinamismo, podendo ser qualificado a partir da imagem da palavra grega *Bathos*, ou “abismo de profundidade”. Em outras palavras, trata-se do caos da experiência imediata e sem pressupostos, destituída de formas de organização pelo Intelecto. Esta experiência imediata compõe os materiais da percepção e da cognição, ou materiais cognitivos.

Chegamos com isso a um termo muito importante para nossa pesquisa, que é a noção de **trabalho cognitivo**. Seu significado é o de ordenar e organizar a experiência, a partir dos elementos dela retirados, numa ordenação aproximativa. Seguindo a tese retirada de Kant, o sujeito conhece a realidade objetiva exatamente até onde esta se adapta as suas estruturas fundamentais. Em outras palavras, até onde os processos de trabalho cognitivo reelaboram o material fornecido pela percepção. Trabalho concreto e sua outra face, trabalho cognitivo, são ambos experiência construída como reelaboração das formas brutas com que se apresentam seus respectivos materiais fornecidos.

Na terceira seção, trabalhando especificamente com Weber, abrimos a investigação para os tipos de atividade e instrumentais cognitivos que ele mobiliza para lidar com a mesma questão, o que nos serve como investigação do método, que consideramos como a própria construção do conhecimento, a partir do que enunciaremos como **trabalho cognitivo**; uma estratégia que possui como fim um trabalho de descobertas. E, observar o método em Weber significa levantar as propostas de manejo cognitivo presentes em sua construção conceitual, nos tipos ideais e em seu repertório de definições de apoio. Significa em paralelo, observar o tipo de orientação que geram para o campo empírico comparado.

Para tanto, nosso material de interpretação está contido, sobretudo, em dois ensaios: “A objetividade do conhecimento” e “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura”. Também levamos em conta “O sentido na neutralidade axiológica das Ciências Sociais” e “Roscher e Knies e os problemas lógicos de economia política histórica”. Nesta busca de bases epistemológicas no interior destes escritos, realizamos uma aproximação com alguns pontos cruciais retirados do interior de uma concepção racionalista de conhecimento, composta pelo racionalismo analítico discursivo enquanto uma diretriz de leitura retirada das correntes neokantianas. Faremos esta aproximação utilizando Kant a partir da “Crítica da razão pura”, com o resguardo da especificidade da incorporação weberiana, enquanto hipótese que reconhece a influência das correntes neokantianas enquanto fornecedoras de um programa de fundamentação epistemológica para a então nascente Sociologia, no intuito de demarcá-las com relação às Ciências Naturais.

Observamos, assim, o papel dos conceitos tipos ideais enquanto instrumentos de trabalho, ferramentas de seleção e recorte, sistematização e comparação, significação e interpretação de dados retirados do múltiplo empírico. A construção conceitual se coloca como uma instância de ordenação do caos da experiência sem pressupostos.

Delineamos com isso os elementos que exploramos em Max Weber, a partir de sua forma específica. Como quem apresenta um objeto celeste a partir do foco de um telescópio, eis nosso objeto de pesquisa:

A forma **singular** com que o problema do caos da experiência sem pressupostos é colocado, ou seja, a definição do dado empírico como um reino nebuloso, revelando um impasse epistemológico. Chamamos este de o “problema gerador da pesquisa”. Fazemos isso, após contrastar **como** Weber trabalha conjuntamente o problema do dado empírico e do sujeito cognoscente.

A concepção do conhecimento no interior do racionalismo: nos orientamos pela hipótese de que o estabelecimento de pressuposições na ordenação do nível empírico resulta e tenta superar a problemática epistemológica inicial do caos da experiência sem pressupostos. Uma hipótese no interior do Idealismo, em Filosofia, e reincorporada por Weber sob um **registro específico**.

Com isto, observamos como Weber constrói uma estratégia de trabalho cognitivo, a partir de uma forma peculiar de elencar ferramentas cognitivas, dentre elas, a construção conceitual típico ideal como forma de ordenar o múltiplo empírico e de estabelecer parâmetros investigativos a partir da orientação de comparações históricas.

Na quarta seção examinamos o tipo ideal como uma ferramenta de trabalho cognitivo que incorpora o papel dos conceitos, enfatizando sua característica de seleção, exagero e combinação abstrata de elementos empiricamente referidos. Todos constitutivos do ato de imputação, ou seja, de responsabilização, seja na formação de conceitos ou de relações causais, seja no estabelecimento de táticas de comparação histórica.

Após constatar que esses conceitos necessitam do papel subjetivo da significação, ou seja, da atribuição de valor de conhecimento a determinadas questões,

num contraste hierárquico com o não significativo, examinamos o papel da “relação com valores” na construção dos tipos ideais. Discutimos com isso o problema da objetividade a partir da implicação da dependência do conhecimento aos pressupostos valorativos. Observamos que Weber lança a pressuposição de um conhecimento incondicionalmente válido para tentar lidar com a questão, sendo que para tanto se utiliza das táticas históricas comparadas como forma de submeter hipóteses teóricas e imputações causais (significativamente orientadas) à experimentação.

Isso nos lança a observar a especificidade do diálogo experimental, a partir do tipo de formulação problemática que necessita ser submetida à possibilidade de ser dada numa experiência. Seu método de comparação nos parece ser intrinsecamente ordenado pela construção típico ideal. Isso repercute numa parcialidade do trabalho empírico, o qual colocamos sob um qualificativo: **artesanal**. Sendo assim, o manejo empírico em Weber trabalha o registro histórico comparado como passível de fornecer evidência a partir da pressuposição de hipóteses de trabalho que ordenem preventivamente **o que deve** ser comparado e **como deve** ser comparado.

Finalizando a quarta seção, estabelecemos um quadro conceitual em torno da Sociologia da Religião. Um consenso entre os estudiosos de Weber é que tais obras no interior da Sociologia da Religião representam um tema maior de pesquisa, voltado para o entendimento da tessitura da civilização ocidental moderna enquanto um indivíduo histórico. Estabelecemos os conceitos tipos ideais interpretando seu significado e visualizando de que forma orientam comparações no âmbito das chamadas “religiões mundiais”.

Antevemos que as táticas comparativas de Weber não pretendem contrastar totalidades históricas em torno da contextualização das referidas religiões. Este esforço é talhado pela diagonal de um recorte parcial de aspectos que são significativos para seu objeto, já contidos no núcleo de significado de seus conceitos, qual seja: a ética econômica das religiões mundiais que, aliás, é grande tema dos três grandes volumes dos “Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião”.

Segundo sua hipótese teórica, (que pressupõe a ética religiosa como instância que é seguida efetivamente em cursos de ação e relação sociais), os diferentes tipos de ética religiosa seriam fatores condicionantes de respectivas éticas econômicas. É isto

que Weber compara, sobretudo. Nesta comparação pré-existe um eixo ordenador, mais próximo de sua preocupação, qual seja: em que medida a ética econômica das religiões mundiais pode ser aproximada ou afastada do tipo ideal de racionalidade econômica contida naquilo que Weber denominou, já em 1905, “espírito do capitalismo”.

Este eixo ordenador, sob o qual as éticas econômicas podem se aproximar ou afastar é composto pela racionalidade e pelo cálculo; pelo caráter metódico e cotidiano, seja na execução do trabalho, no tipo de controle da força de trabalho, na contabilidade e administração dos capitais, ou em quaisquer outras formas de racionalização da ação econômica capitalista. Adiantamos, anulando o tom de surpresa, que existe a forte presença do tipo ideal da “ascese racional intramundana”, sempre contrastado com éticas centradas na mística, na adaptação-do-mundo, na aceitação-do-mundo, guiados por outro contraste, entre o desencantamento do mundo e a magia. O resultado, conhecido através dos estudiosos, é colocar a importância das idéias na História enquanto alavancas ou obstáculos espirituais ao desenvolvimento do capitalismo no Ocidente.

Ressaltado a ordenação conceitual da comparação histórica, retomamos a sua análise como uma modalidade de experimentação, específica no registro weberiano. Pensamos ser isto possível, dado que se comporta como evidência construída a partir de pressuposições já implícitas nas hipóteses de investigação e no interior dos conceitos. O que é comparado é artesanalmente construído para tanto, a partir do que denominamos de **artesanato do empírico**. E é feito a partir de orientações e ordenações em nível abstrato, pelo tipo ideal, pelas definições, ou seja, por estas ferramentas de trabalho cognitivo.

Colocamos a evidência como uma ferramenta heurística do trabalho cognitivo que antevê a sucessão empírica e a comparação histórica como uma forma de evidência que lida com a tentativa de validar as proposições que regem a investigação.

É uma forma de lidar com o problema da objetividade do conhecimento, um grande tema trabalhado por Weber e deixado como questão em aberto, sem uma solução fácil. Sobre as razões dessa abertura que não se fecha, tentamos encontrá-las e nossa aposta é a de que as encontramos. Entretanto, não gostaríamos de adiantá-las

agora, nesta apresentação. Esperamos que elas sejam encontradas no decorrer da leitura.



## 2 APONTAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E DE MÉTODO

Nesta seção trabalhamos com um problema epistemológico de maior relevância, presente em inúmeras correntes de pensamento e que ressoa no Pensamento Ocidental desde sua raiz platônica. Trata-se do conhecimento entendido a partir da relação entre o dado empírico horizontal e complexo e o conhecimento, restrito aos seus limites. Esta relação faz do ato cognitivo uma atividade reelaborativa de simplificação por via conceitual. Ao trabalhar num âmbito mais geral, nos restringimos ao interior da corrente filosófica do racionalismo crítico, tendo como guia a **tarefa de discorrer a respeito da especificidade com que Weber lida com questões da mesma ordem**. Partimos do fato de que estes problemas são constitutivos de um panorama intelectual presente em sua formação, a partir da influência das correntes neo-kantianas (aqui não trabalhadas em específico), e que ganham um contorno particular quando Weber os retoma para fundamentar seu próprio esquema teórico.

### 2.1. Para uma leitura do problema: o trabalho cognitivo

Num sentido lato, quando nos perguntamos sobre o que é o conhecimento, em que se fundamenta e como se torna possível, qual o seu limite, sua natureza, nos remetemos a um vasto repertório filosófico composto por tradições diferentes, designado ora por Teoria do Conhecimento e Crítica do Conhecimento, ora por Gnosiologia ou Epistemologia. Trata-se de um terreno de discussão certamente tão antigo quanto a Filosofia e, como tal, muito diverso no que se refere às abordagens possíveis. Por Gnosiologia reconhece-se um esforço de estudo do conhecimento em geral, enquanto a Epistemologia se restringe ao ato de se pensar o conhecimento científico em sua gênese e estrutura. Ambas, embora possuam abrangências não coextensivas, lidam com indagações a respeito da faculdade da cognição humana.

Quanto às áreas disciplinares e mesmo de acordo com as tradições de reflexão, Epistemologia e Gnosiologia, Teoria do Conhecimento e Crítica do Conhecimento se

complementam num contraste. O repertório de questões se estende por um amplo leque. Engloba questões a respeito da natureza do conhecimento e do sujeito cognoscente; das fontes e origens do conhecimento; de seus diversos modos de organização; dos diferentes tipos de saber; de seus limites e obstáculos; de seus avanços e retrocessos; de seu papel e importância na história humana por via das múltiplas maneiras com que pode ser utilizado, tecnificado e tecnologizado, posto a serviço de poderes, dominações e explorações, sob diversos contextos histórico-sociais concretos.

O modo como trazemos a discussão trabalha com o registro gnosiológico e epistemológico, e pode ser mais bem enfocado por meio de um importante ponto, qual seja, a idéia de pressuposto ou condição para o conhecimento em geral, bem como seu transporte para uma trajetória cognitiva mais específica. A este respeito, lidar com questões de condição e pressuposição do conhecimento significa um “projeto de saber mais acerca do que nós conhecemos e do modo como podemos conhecer melhor através do estudo de como funciona a mente” (RORTY, apud. BOAVENTURA, 1993, p. 20). Este é nosso ponto de partida e foco de leitura, tendo em vista um programa que possui como tarefa inicial localizar o caminho específico que Weber utiliza para lidar com questões de condição do conhecimento. Partimos da colocação de que questões específicas ao método, sendo uma práxis, são necessariamente fundamentadas a partir de questões epistemológicas. Paralelamente, a epistemologia também se coloca como um ponto de partida da própria reflexão que Weber empreende nos “Ensaio Reunidos de Teoria da Ciência”. Ponto de partida de fundamentação para questões metodológicas posteriormente traçadas.

A respeito do modo de organização do conhecimento, em outras palavras, do tipo de atividade que a cognição humana realiza para conhecer:

[...] se coloca como “uma técnica para a verificação” de um objeto qualquer [...] e por técnica de verificação deve entender-se qualquer procedimento que torne possível a descrição, o cálculo, ou a previsão controlável de um objeto; e por objeto deve entender-se qualquer entidade, fato, coisa, realidade ou propriedade [...] (ABBAGNANO, 1970, p.160).

Nesta passagem temos o problema de se estabelecer o que seja o ato de conhecimento. Seja, de um lado, com o termo “objeto” caracterizado num sentido lato, tal como “entidade”, “fato”, “coisa”, enfim, enquanto objeto que se oferece ao pensamento. Seja de outro lado, por via de algumas palavras-chave, tais como “descrição”, “cálculo” e “previsão controlável”. Esta segunda caracterização nos remete para o ato de conhecimento empreendido por um sujeito do conhecimento, ou seja, aquele que descreve, calcula, prevê e manipula; aquele que, enfim, controla determinado objeto, realizando o ato de conhecimento. Há, por outro lado, a caracterização do ato de conhecer como “controle” e “previsão”, num detalhe não accidental. Esta consiste em nossa primeira aproximação.

Tal colocação seja sobre o que venha a ser objeto, seja no que consista o ato de conhecer, tangencia o problema de enfrentar a relação entre o conhecimento e a realidade. Versa a respeito da natureza do conhecimento. A respeito do termo realidade e em relação à operação cognitiva, Abbagnano nos fala que “como um processo de investigação, toda operação cognitiva dirige-se a um objeto e tende a instalar com o próprio objeto uma relação da qual venha a emergir uma característica deste” (ABBAGNANO, 1970, p.160). No entanto, o que representa “fazer emergir” uma característica do objeto? Neste sentido, chegamos a um ponto fundamental, que é a questão da existência de um sujeito do conhecimento, bem como do ponto de partida do conhecimento que este realiza: as relações de identidade e semelhança, ou afastamento e superação, entre o pensamento e o real:

[...] as interpretações do conhecimento que foram dadas no curso da história da Filosofia podem considerar-se como interpretações dessa relação (conhecimento e realidade) e como tal, resumir-se em duas alternativas fundamentais: 1 aquela relação é uma identidade ou semelhança (entendendo por semelhança uma identidade fraca ou parcial) e a operação cognitiva é um procedimento de identificação com o objeto ou sua reprodução; 2 a relação cognitiva é uma apresentação do objeto e *a operação cognitiva um processo de transcendência*. (ABBAGNANO, 1970, p.161, grifos nossos)

A respeito da natureza do conhecimento, ou seja, do tipo de aproximação que reivindica para com o nível empírico, por semelhança a este ou por afastamento e superação, temos dois movimentos opostos. No primeiro, a identidade ou semelhança

do objeto com o empírico é entendida como identidade ou semelhança dos elementos do conhecimento com os elementos do empírico, numa relação direta. No segundo, porém, a identidade ou a semelhança restringe-se apenas à ordem dos respectivos elementos e o ato de conhecimento consiste em reproduzir o objeto como algo distinto do empírico. Respectivamente, no primeiro caso o conhecimento, na figura do objeto construído, é considerado como uma imagem ou retrato do empiricamente dado. Na segunda fase, está para o objeto na mesma relação em que um mapa está para a paisagem que representa.

Com esta passagem, estamos no âmbito de uma questão geral, a partir de duas referências básicas a respeito do conhecimento. A primeira cria uma identidade entre o empírico e o pensado que poderíamos dizer como total, ou seja, o conhecimento copia e cria um retrato dos dados empíricos reproduzindo-os enquanto tais. Outra, que poderíamos dizer parcial, ou seja, que cria uma representação dos dados da empiria. Na primeira, o conhecimento se define enquanto cópia; na segunda, por outro lado, o conhecimento se define como uma representação do objeto. Como diz Abbagnano, uma relação tal como a de “um mapa para uma paisagem”.

Isto nos permite a colocação de uma importante distinção entre a lógica emanacionista, derivada de Hegel, e a lógica analítico discursiva, derivada de Kant, por meio das correntes neo-kantianas. A lógica emanacionista (onde há uma identidade entre o pensamento e o real) propõe que o conhecimento atinge a essência do Ser, ou seja, há uma captação direta do real pelo pensamento, ontologicamente. A lógica analítica discursiva (Racionalismo Crítico da corrente neo-kantiana de Baden) postula que o conhecimento se restringe a uma reelaboração conceitual do nível empírico, ordenado-o e dele se distinguindo, ou seja, trata-se de uma substituição da ontologia pela lógica. Nesta segunda corrente, as questões de condição do conhecimento centram-se na “formação de conceitos”, (*Begriffsbildung*). O significado da palavra “conceito”, *Begriff*, a partir de seu componente *Griff* (cabo, punho, garra, alça) é o de “agarrar”, *greifen*. O conceito, a partir do que está em seu núcleo de significado, agarra o nível empírico de maneira seletiva e organizada, capta elementos pré determinados. Trata-se, portanto, de uma ordenação categorialmente orientada, uma relação lógica que procura se distanciar de formulações que tem no movimento dos conceitos o

movimento do próprio real. O que os conceitos movimentam não são senão os interesses de conhecimento que a mente dirige; trata-se de um movimento da representação.

A respeito da representação, uma questão que se nos impõe é a construção do objeto pelo sujeito. Isso nos remete para a valorização de um arsenal cognitivo presente no sujeito, que envolve sensibilidades e inteligibilidades; modos de apreensão e operadores cognitivos sejam categorias, signos, símbolos, entre outros registros. O papel do sujeito do conhecimento nos remete para sua centralidade no idealismo romântico alemão, cuja tese nos coloca que conhecer significa colocar, isto é, produzir ou criar o objeto, tese que permite reconhecer no próprio objeto a manifestação ou a atividade do sujeito. Neste sentido, é importante enfatizar que o sentido de “objeto” é o de objeto pensado e, portanto, abstrato. Neste sentido, nos remetemos para Fichte:

A iniciativa do sujeito, de resto, volta-se justamente para tornar presente ou manifesto o objeto, para tornar evidente a própria realidade, para fazer falar os fatos. Aquilo que se chama, com termo abreviativo, conhecer, é um conjunto de operações, às vezes muito diferentes entre si, que, em campos diversos, aspiram a fazer emergir, nas suas características próprias, certos objetos específicos (FICHTE, apud. ABBAGNANO, 1970, p. 167).

Em primeiro lugar, um reconhecimento sem hesitação da força produtiva do espírito. De outro ângulo, numa visão de ciência pautada pelo objetivismo ou por um senso de realismo enquanto identificação imediata com o empírico, esta passagem pode acusar um subjetivismo. Problematizemos. A passagem traz consigo a atividade de um sujeito construtor do conhecimento, que “torna presente o objeto”, que “faz falar os fatos”, que “apreende o objeto”. Desta passagem, que remete ao idealismo, o ato de conhecimento pode ser exposto pela imagem do processo de difração de uma lente. A visualização do objeto não é senão o desvio da luz ao passar pela lente, sendo a lente a responsável pelos desvios luminosos determinados, e como são unidos em focos, dispersões e distorções. Este problema reaparece em Habermas com o mesmo sentido de colocação do estatuto do conhecimento. Sendo assim, numa forma parecida de colocar o problema, o autor opera uma divisão entre as dimensões do “‘em si’, do ‘para isto’ e do ‘para nós’, que nomeiam o sistema de coordenadas dentro do qual a

experiência da reflexão se movimenta” (HABERMAS, 1982, p. 37). A dimensão do “para nós” remete ao conjunto de relações presentes na constituição do objeto pensado, ou objeto construído no interior de processos de percepção, o que envolve sensibilidades e inteligibilidades do “para nós”.

Na atividade de criação do conhecimento através do papel do sujeito cognoscente, encontramos a base de toda cognição possível: o limite do cérebro humano e de seus sentidos; o limite das sensibilidades e de seus arranjos, verdadeiro horizonte cognitivo; o limite das linguagens e de todo repertório da inteligibilidade. O limite, sobretudo, de conseguir organizar a experiência dos sentidos e de seu alcance. O limite racional de organizar conhecimentos desvinculados da experiência e de se desgarrar desta sempre que necessário.

Voltando a Kant, temos o estatuto do conhecimento como ordenação intelectual aproximativa do mundo empírico, ordenação conceitualmente orientada. Trata-se de uma consideração num nível que abrange o conhecimento em geral, uma formulação problemática que gostaríamos de registrar e de visualizar de que maneira reaparece em registros específicos, sendo que neste trabalho nos restringimos à ênfase ao weberiano. Num quadro racionalista, é a Razão, via suas categorias, que organiza e ordena os processos de estabelecimento de juízos. Como extensão disso, temos o Intelecto como passível de estabelecer proposições passíveis de serem referidas ao nível empírico, reconstruindo-o artesanalmente pelo processo experimental. Em ambas as formas de ordenação cognitiva, temos o problema da construção do objeto (para nós) e de sua separação qualitativa do nível empírico (em si). Uma imagem expositiva que qualifique nossa experiência encontra-se na palavra “*Bathos*”, que significa “abismo de profundidade”. Tal imagem qualifica o que podemos denominar de materiais brutos fornecidos em sua multiplicidade ao processo de conhecimento.

O ato do conhecimento se comporta como uma cadeia de processos presente na ordem da representação. A restrição kantiana à esfera da representação nos remete para o próprio limite da experiência sensível, em virtude dos limites humanos da sensibilidade. Ou seja, em uma passagem conhecida da “Crítica da Razão Pura”:

[...] não podemos conhecer nenhum objeto como coisa em si mesma, mas somente na medida em que for objeto da intuição sensível, isto é,

como fenômeno; disto se segue, é bem verdade, a limitação de todo o possível conhecimento especulativo da razão aos meros objetos da experiência [...]. (KANT, 1987, p.17)

Da problemática kantiana, que restringe a categoria “conhecimento científico” ao conhecimento capaz de organizar a experiência e de nela encontrar fundamentos, a Razão se coloca como uma faculdade que produz conceitos por si e, portanto, pode ser chamada faculdade dos princípios que age como poder decisório. A metáfora do tribunal da Razão cunhou um ponto de inflexão na História da Filosofia:

A razão tem que ir à natureza tendo numa das mãos os princípios unicamente segundo os quais os fenômenos concordantes entre si podem valer como leis, e na outra o experimento que ela imaginou segundo aqueles princípios, na verdade não para ser instruída pela natureza, não porém na qualidade de um aluno que se deixa ditar tudo o que o professor quer, mas na de um juiz nomeado que obriga as testemunhas a responder às perguntas que lhes propõe. (KANT, 1987, p.13)

No entanto, os conceitos que a Razão produz não possuem base derivada da experiência, sendo simplesmente fictícios ou imaginados. A Razão coloca-se como uma espécie de unidade de regras presente no intelecto mediante princípios organizadores, o que nos remete à unidade da consciência. Como então, em ciências que se pretendem empíricas, se dá a relação com a experiência? A solução kantiana passa pela diferenciação entre “Intelecto” (*der Verstand*) e “Razão” (*die Vernunft*). Sendo assim, o Intelecto se comporta como uma faculdade que possui a tarefa de construir a unidade dos fenômenos mediante regras, assim podendo estar presente na experiência. E estar presente na experiência significa imprimir aos múltiplos fluxos do empírico formas de organização sintéticas e/ou analíticas, em imprimir graus de generalização e individuação, classificação e descrição, prescrição e previsão, bem como demais tipos de relações lógicas. Este configura o pleno repertório da ordenação e organização, no interior do racionalismo crítico, imputados à experiência. Fora deste quadro se encontra o domínio do irracional, entendido como destituído de ordenação e organização. Trata-se do pensamento como normatividade que regula o objeto.

Para Kant, o sujeito cognoscente é de tal natureza que não recebe passivamente os dados dos sentidos. Ao contrário, sua natureza requer atividade, o que recupera a categoria trabalho como de fundamental importância. Como? De maneira elementar, no ato do conhecimento a mente dirige e estrutura os dados da sensibilidade, da experiência – forma cognitiva aqui em destaque. A comparação com os elementos do processo de trabalho descritos por Marx é muito fecunda. Segundo Habermas, a relação de equivalência se dá entre as categorias do entendimento e a consciência transcendental em Kant e atividade objetivada somada ao trabalho concreto em Marx. Em ambos os processos, de trabalho de conhecimento e de trabalho concreto, a matéria disponível adquire forma a partir dos respectivos materiais de trabalho e processos de trabalho, sejam eles exercidos e viabilizados por instrumentos cognitivos ou ferramentas.

Se compararmos os elementos do processo de trabalho com aqueles que caracterizam o processo do conhecimento – *material de trabalho*, instrumentos de trabalho e trabalho vivo com *material de percepção sensitiva*, categorias da compreensão e capacidade de imaginação – a peculiar diferença entre Kant e Marx fica óbvia. A síntese do material da percepção [...] alcança sua unidade efetiva sob as categorias do entendimento. [...] Estas regras, [...] como conceitos intelectivos puros, são um inventário da consciência enquanto tais. A síntese do material do trabalho mediante a força de trabalho adquire sua unidade efetiva sob as categorias do homem operante. (HABERMAS, 1982, p. 52, grifos nossos)

Portanto, o sujeito conhece a realidade objetiva exatamente até onde esta se adapta as suas estruturas fundamentais. Ou melhor, **até onde os processos de trabalho cognitivos reelaboram o material fornecido pela percepção. Trabalho concreto e sua outra face, trabalho cognitivo, são ambos experiência construída como reelaboração das formas brutas com que se apresentam seus respectivos materiais fornecidos.** A partir disso, o conhecimento científico origina-se segundo princípios de inteligibilidade, sendo que o único “mundo disponível” já se encontra organizado a partir de seus próprios processos. A cognição humana é canalizada pelas categorias da mente humana e o conhecimento científico deriva de formas de percepção e entendimento previamente construídas, não deriva de uma natureza externa independente, que de fato jamais pode ser conhecida. Este é o significado da



categoria trabalho, retirada de Kant e comparada esquematicamente com Marx, como esclarecimento de que conhecer é também trabalhar, construir, edificar e dar forma aos materiais brutos da experiência. Conhecimento é reelaboração intelectual. O homem conhece apenas um mundo permeado por seu conhecimento, é o exagero epistemológico kantiano. Formulado de outra perspectiva, **o conhecimento se coloca como ordenação intelectual que supera o nível empírico, reelabora o material da percepção sensitiva via trabalho cognitivo**, neste caso, das categorias do entendimento, para retomar a contribuição específica de Kant – ou pelo menos essa é sua proposta. A comparação entre o nível empírico, este *Bathos*, e o conhecimento após este trabalho é, como vimos, no máximo uma aproximação. No certo se trata de um choque, no sentido de um confronto de superação, de uma dança de confronto.

O conhecimento é uma atividade que se choca frontalmente com a totalidade do que é dado, esse abismo infinito e irreduzível. Ponto nodal de controvérsias, a respeito da totalidade do concreto poder ser apreendida em esforços de totalização pensada, “o espírito não é capaz de compreender a totalidade do real; mas ele é capaz de irromper-se no pequeno, de fazer saltar no pequeno as medidas do meramente existente” (ADORNO, 1996, p.19). Trata-se de uma arte da ordem do fantasiar mediante a combinação de elementos analiticamente separados, da formação de uma figura cujos momentos particulares são superados, e de uma iluminação do real mediante essa mesma interpretação:

E assim como as soluções dos enigmas se formam quando os elementos singulares e dispares da questão são colocados em diferentes ordenações, até que se juntem em uma figura, da qual se solta para fora a solução enquanto a questão desaparece, da mesma forma a filosofia tem que dispor seus elementos que recebe das ciências em constelações mutáveis [...] até que ela se encaixe numa figura legível como resposta. (ADORNO, 1996, p.11)

Os elementos desta atividade são tríades, quais sejam: 1) do manejo conceitual; 2) das formas de agrupamento e; 3) da ordenação da investigação. O resultado é a produção de uma imagem jamais encontrada nos materiais elementares que são conceptualizados, agrupados e ordenados.

Neste sentido, estamos no âmago da teoria do conhecimento, o que nos remete para uma questão há muito tempo aberta e que certamente assim o continuará, que é saber de que forma o ato do conhecimento estabelecido via operações cognitivas (trabalho cognitivo) se relaciona com o mundo externo ao sujeito (ao material do conhecimento). Esta relação é um problema em aberto. Em termos kantianos, trata-se de investigar de que forma o “ser para si”, produto cognitivo de atividade, se relaciona com o “ser em si”, material bruto do conhecimento.

[...] o problema cujo tratamento é o tema específico da teoria do conhecimento é o da realidade das coisas ou, em geral, do “mundo externo”. A teoria do conhecimento apoia-se em dois pressupostos: 1 que o conhecimento seja uma “categoria” do espírito, uma “forma” da atividade humana ou do “sujeito”, que possa ser indagada no universal e abstrato, isto é, prescindindo dos processos cognitivos particulares de que o homem dispõe fora e dentro da ciência; 2 que o objeto imediato do conhecer seja, como o julgara Descartes, somente a idéia ou a representação; e que a idéia seja uma entidade mental, ou seja, exista apenas “dentro da consciência ou do sujeito que pensa.” *Trata-se, portanto, de ver: 1 se a essa idéia corresponde uma coisa qualquer, ou entidade “externa”, isto é, existente “fora da consciência” (e de como se dá essa correspondência); 2 se, no caso de uma resposta negativa, existe uma diferença, e qual, entre idéias irreais ou fantásticas e idéias reais (ABBAGNANO, p. 169, grifos nossos).*

A importância desta passagem está em formular uma questão para a teoria do conhecimento. Como tal parte-se de um pressuposto no interior do idealismo, que é tratar a “idéia” como uma entidade mental, uma “forma da atividade humana ou do sujeito”. O problema conseqüente é investigar a correspondência destas idéias com as “entidades externas”, ou seja, se e até que ponto a atividade de um sujeito que pensa e constrói conhecimento corresponde ao que lhe é exterior. Em outras palavras, **se e até que ponto o material elementar do conhecimento, em sua inesgotável brutalidade, pode ser observável na anatomia do objeto produzido pelo trabalho cognitivo.** Com as palavras de Adorno, da relação entre mundo externo e a imaginação que dele criamos.

A questão passa pelo fato de que a experiência é uma construção por meio de operadores, algo que se erige a partir de um múltiplo de representações. Estes operadores se colocam como quadros de referência fundamentais, princípios

interpretativos sem os quais a mente humana seria incapaz de orientar-se em meio à experiência. A experiência quando ausente desta ordenação é um caos impossível, um desdobramento múltiplo e inteiramente informe. Trata-se do caos da experiência sem pressupostos, da experiência pura destituída da organização do intelecto. De uma experiência primeira e imediata. A sensibilidade e o entendimento humano transfiguram esse desdobramento em percepção unificada, criando ordenação. A experiência torna-se um construto da mente imposto à sensação, dirige a sensação.

Trata-se do trabalho cognitivo de construir a partir de materiais do conhecimento caóticos. Em nível mais detalhado, o sujeito organiza sua experiência (o material do trabalho do conhecimento) através das categorias de espaço e tempo, causa e efeito, substância, quantidade e relação. Trata-se do repertório da Lógica Clássica, vide a assim conhecida tábua das categorias, presente nesta disposição kantiana. As categorias teriam sua disposição em função do tipo de orientação que imprimem para a experiência, organizando esta em função:

**De quantidade:** (1) universal, (2) particular e (3) singular. As categorias respectivas ordenarão a experiência em função de atribuir: (1) unidade, (2) pluralidade, (3) totalidade;

**De qualidade:** (1) afirmativa (2) negativa e (3) indefinida. As categorias respectivas ordenarão a experiência em função de atribuir: (1) realidade, (2) negação, (3) limitação;

**De relação:** (1) categórica (2) hipotética e (3) indefinida. De forma respectiva, a ordenação da experiência se dá em função de atribuir: (1) substância, (2) causa, (3) comunidade.

**De modalidade:** (1) *problemáticos* (2) assertivos e (3) apodíticos; respectivamente, atribui-se na experiência sua: (1) *possibilidade*, (2) existência e (3) necessidade.

As categorias de modalidade, sobretudo as problemáticas que atribuem a possibilidade de determinada experiência, são denominadas enunciados ou juízos problemáticos. Sua construção necessita intrinsecamente ser submetida à experiência, requer esta como um momento fundante. Sobretudo, requer que em seu próprio interior esteja contido aquilo que pode ser dado numa experiência possível, indica o caminho de sua sobrevivência ou morte como enunciado. O caminho de encontrar as regras da experiência pode ser utilizado para confirmar (positivismo lógico) ou falsear (Karl Popper) os enunciados sob pressão. Assim, é deste tipo de enunciado que se compõe qualquer tentativa de ancorar um conhecimento na experiência, ou de ter nela um movimento de validação via verificação. O que é uma práxis limitada às ciências, ou inclusive correntes teóricas, mais voltadas ao empirismo. Sendo assim, “as ciências empíricas seriam sistemas de definições e proposições que *delimitam operações possíveis* para que juízos problemáticos possam ser submetidos à verificação” (SÊNEDA, 2004, p. 103, grifos nossos). Também podem ser denominadas de enunciados observacionais. Habermas põe assim este problema retirado do repertório positivista:

Enunciados existenciais sobre fatos só adquirem valor científico quando corretamente coordenados com proposições teóricas; pois somente a conexão analítica de assertivas universais e a concatenação lógica de enunciados observacionais com tais teorias asseguram a exatidão de nosso conhecimento. (HABERMAS, 1982, p. 96)

No que se refere ao conhecimento que necessita apoio rasteiro na experiência, tais juízos problemáticos ou observacionais são de fundamental importância, pois permitem organizar, a nível lógico (na fundamentação do pensamento), o método experimental, o que repercute num vasto repertório. A respeito desta categoria de conhecimento apoiada na experiência possível, neste construto experimental, para se conhecer um objeto, coloca-se a necessidade de provar sua possibilidade, sobretudo pelo testemunho da experiência, como também pela Razão. A grande questão é que para se atribuir validade objetiva, ou seja, possibilidade experimental (a racional é apenas lógica) a uma hipótese, requer-se visualizar e sinalizar os meios de experiência possível, o teste que decide pelos enunciados que comandam a investigação. Este

aporte lógico, aqui numa dose antipedantismo, nos revela o ponto de intersecção com o tipo de reivindicação que a ciência se utiliza para tentar se fortificar como forma de conhecimento que se pretende privilegiada. É assim que contemporaneamente, na Escola de Viena, em autores como Schilick, Carnap e Dubislav, como também em Bertrand Russell, há uma ação no sentido de restringir todo conhecimento à experiência. “Tudo que a ultrapasse é tautológico, sendo que a filosofia se converte numa instância de ordenação e de controle das ciências particulares” (ADORNO, 1996, p. 07). Estamos próximos ao núcleo do positivismo mais recente: reter o método experimental como constitutivo da operacionalidade da ciência e como indício do caráter supostamente crítico de um conhecimento que a todo o momento questiona sua possibilidade de ser válido enquanto ancorado no “real”.

Trata-se de um terreno discursivo onde se insere nosso debate, sendo que nos questionamos a respeito da especificidade da categoria experiência nas Ciências Humanas. Nelas, onde a experiência é possível trata-se de saber o caminho de sua construção, do tipo de recurso que utiliza como forma específica de método experimental. O que seguramente, dentre inúmeras possibilidades, perpassa o papel da História comparada.

Mais do que isso é de interesse questionar como se comportam correntes teóricas como a hermenêutica, cuja centralidade da experiência é deslocada pela interpretação de sentido e cujo modo de apreensão perpassa a vivência (*Erlebnis*). Ou mesmo correntes que trabalham num nível de abstração que dispense a experiência. São, evidentemente, outras categorias teóricas, outros modos de trabalho cognitivo, outras qualidades cognitivas. De outra perspectiva, outras formas de apreensão. Especificamente, no interior do debate weberiano, o modo de apreensão pela compreensão (*Verstehen*), que recupera o sentido subjetivo dos agentes sociais, aciona outras qualidades de evidência como as fornecidas pela interpretação de sentido. O tipo de material fornecido passa pela busca de significações e sua interpretação. Sendo assim, os tipos de evidência são compreensíveis e não diretamente experimentáveis. É um domínio do que é “compreensível interpretativamente e concebível interpretativamente” (SÊNEDA, 2004, p. 37) sem uma base empírica razoável, podendo até estar desprovido desta. O problema torna-se o de conjugar evidências subjetivas,

concebidas interpretativamente pelo trabalho cognitivo, com formas de explicação dos efeitos externos das ações sociais. Pois é pelo seu encadeamento, formando grandes linhas de ação reciprocamente referidas (relação social), que a explicação se conjuga com a base compreensiva. Daí para explicações históricas com base em esquemas de ação generalizados, típicos segundo sua recorrência. Conjugação de compreensão e explicação é quase um lugar comum do método em Weber, tanto que se tornou consenso falar em explicação compreensiva ou em “compreender explicativamente”. No entanto, os pontos desta conjugação são difíceis de serem entendidos. A pista que estamos seguindo é que Weber, no interior de um debate entre diversas correntes e variados modos de apreensão intelectual como o historicismo, a compreensão de evidências empáticas e o positivismo, tenta “inserir o compreensivo no quadro da reflexão kantiana”, Sêneda (2004). Trata-se de se utilizar qualidades de evidência compreensíveis e interpretáveis, ou seja, subjetivas, e de conjugá-las no interior da experiência, ou seja, de explicá-las.

Sendo assim:

Para ter a estrutura do que pode ser objeto de validação empírica, a compreensão tem de poder ser referida à experiência; e, para tanto, ela precisa de uma elaboração lógica o suficiente para o que nela foi concebido possa ser descrito por meio de regras da experiência, isto é, *para que o interpretado compreensivelmente seja constituído pela possibilidade objetiva de ser comprovável mediante regras que apreendam o que pode ser dado numa experiência.* (SÊNEDA, 2004, p.37, grifos nossos)

Trata-se do problema da validação de conhecimentos que, de início, se elevam a partir de uma base empírica mínima. A interpretação reelabora conscientemente a base empírica de evidência subjetiva para poder retirar do contínuo empírico os dados que deverão compor o momento da explicação para obter validade, continua Sêneda. Em outras palavras, no que se refere aos modos de apreensão que organizam os materiais cognitivos, vivência e experiência são complementares, num registro em que o compreensivo se insere no explicativo, em que o subjetivo se insere em curso de objetivação. Não deixam de ser, evidentemente, formas de trabalho cognitivo que retiram evidências típicas da vivência e dadas internamente na vivência para indicarem

o caminho explicativo que lida com outras formas de evidência. São com isso domínios qualitativamente diferentes de trabalho cognitivo, acionados por “ferramentas cognitivas” peculiares.

O termo “trabalho cognitivo” nos parece razoável devido à ênfase que damos ao racionalismo crítico como influente à epistemologia weberiana, no reconhecimento de que o repertório cognitivo do sujeito significa uma força produtiva do mesmo, voltada para a transformação dos conteúdos da percepção. Em face da qualificação do mundo empírico como um reino do nebuloso, esta atividade do sujeito só poderia significar uma “dança de confronto”. Construimos, assim, um guia para a colocação do mesmo problema em Max Weber, no exame de seus instrumentais cognitivos, preparando nossa mediação com o método por meio do exame do tipo ideal, que compõe a quarta seção.

Em resumo, neste caminho, nos utilizamos da noção de trabalho cognitivo enquanto experiência construída como superação das formas brutas com que se apresentam os materiais do conhecimento; conhecer é trabalhar, construir e edificar; é dar forma aos materiais brutos da experiência. Sendo assim, o conhecimento se coloca como ordenação intelectual que supera o nível empírico por via do trabalho cognitivo; a experiência ausente desta ordenação é um caos.

É um problema em aberto ver se e até que ponto o material elementar do conhecimento, em sua inesgotável brutalidade, pode ser observável na anatomia do objeto produzido pelo trabalho cognitivo. O certo é que o conhecimento no registro de uma ciência empírica necessita ser submetido à experiência, do confronto do que está em seu interior com o que pode ser criado numa experiência.

Feito este percurso de apontar uma série de problemas do conhecimento em geral e de tentar organizá-los em função disto que denominamos “trabalho cognitivo”, e de valorizar esta trajetória como uma dança de confronto com o *Bathos* da experiência, gostaríamos de apontar a maneira com que o debate mais contemporâneo põe a questão. Verificamos a derrocada da Teoria do Conhecimento e sua substituição pela Filosofia das Ciências como forma de legitimação das ciências especializadas. Verificamos que este percurso passa pela valorização do método.

## 2.2. Da Teoria do Conhecimento para uma redução à metodologia

Em meio às discussões a respeito da crise das Ciências Humanas, crise dos paradigmas, compartimentação e fragmentação dos saberes, insere-se o debate a respeito de uma crise da Teoria do Conhecimento e sua sucessão pela metodologia das ciências. No resumo desta sucessão, substituir-se-ia a tarefa de um pensamento do pensamento por uma descrição e aplicação de técnicas de pesquisa. Segundo Abbagnano, “é forçoso dizer que o ponto fundamental que constitui o objeto da metodologia das ciências é, atualmente, o caráter operativo e antecipativo dos procedimentos de que se vale a ciência” (ABBAGNANO, 1970, p. 226). Gostaríamos de enfatizar estes elementos: operação e antecipação. Em nível disciplinar, a destituição da Teoria do Conhecimento deu lugar a uma sobrevalorização do método enquanto procedimento, acrescido de um viés cientificista. Antes de mais nada, o caráter de operatividade do método, o desenvolvimento de técnicas empíricas liga-se aos fundamentos históricos da produção de Ciência, significam “uma clara inserção da ciência nos mecanismos de produção, circulação e consumo que caracterizam a sociedade do século XX” realizados “a partir de imposição da necessidade de produção de informações detalhadas para a formulação de estratégias mercadológicas” (SANTOS FILHO, 2000, p. 114). A dimensão técnico-instrumental voltada para necessidades seja da produção, seja da circulação, passa a se sobrepor. Trata-se de uma nova versão em forma de razão instrumental. No entanto, no interior das ciências, o que significa este cientificismo instrumental? Significa que:

A posição da filosofia frente à ciência, que um dia levou o nome de teoria do conhecimento, ficou insustentável pela dinâmica do pensamento [...]. Desde então a teoria do conhecimento teve que ser substituída por uma metodologia desamparada pelo pensamento filosófico. Pois, a teoria da ciência, que desde meados do século XIX adota a herança da teoria do conhecimento, é uma *metodologia acionada pela autocompreensão cientificista das ciências*. Cientismo significa a fé na ciência nela mesma. (HABERMAS, 1982, p. 26, grifos nossos)

Significa jogar a dimensão filosófica de reflexão sobre questões de fundamentação do conhecimento fora, o que implica descontextualizar todo repertório



de implicações sociais presentes no interior dos conhecimentos; significa destituir seu engajamento crítico de revelar formações e estruturações na compreensão de pensamentos e correntes teóricas; significa, inclusive, destituir um tipo de ênfase dada pelos autores clássicos da Sociologia em demonstrar os passos de construção epistemológicos e teóricos presentes em seus objetos de estudo; ou seja, significa destituir o terreno próprio com que as Ciências Sociais vem trilhando para tentar definir-se como prática cognitiva, retirar seu viés eminentemente crítico e seu poder de responder aos desafios concretos que lhe são impostos. Em nível diferente, significa uma fé na ciência, ou melhor, em suas aplicações técnicas. Ter fé na ciência é criar um conceito normativo de ciência. A metodologia reconhece determinada categoria de saber como protótipo de ciência para generalizar os procedimentos de reprodução deste saber, refundindo-o numa definição de ciência, diz Habermas. Tautologia cínica, cuja comparação superficial com outras categorias de saber está descartada. Mais do que isso, o conhecimento legítimo só seria possível no interior das ciências experimentais, num status cognitivo pretensamente superior. O movimento é o de “liquidação da filosofia pela ciência, pela lógica e pela matemática” (ADORNO, 1996, p. 07), somado a um viés de dogmatização. Diante desta pretensa colocação da ciência como forma superior de construção do saber, fica em aberto o exercício: o que diferencia o pensamento científico de formas de saber qualitativamente diferentes entre si, como os pensamentos mágicos e religiosos?

Outra dimensão significativa do cientificismo instrumental é o seu objetivismo inerente, que “dá à ciência a ilusão de um em si de fatos estruturados por leis, encobrendo assim o precedente ato de constituição destes fatos” (HABERMAS, 1982, p. 91). Neste caso, a ciência descreveria a realidade, seria uma cópia da verdade, tendo como guia seguro o “sentido dos fatos”. A expressão “realismo ingênuo” de Bertrand Russel é seminal. A ingenuidade é desconcertante. A pressuposição em voga é a da existência e positividade dos fatos enquanto tais, das coisas enquanto tais numa hipóstase do conceito de “realidade” enquanto fato. Esta é a significação do dado, categoria fundamental de todo empirismo e de todo realista. O “real propriamente dito” é o real dos fatos, da faticidade, sendo que “toda e qualquer ciência visa expor os fatos em pensamentos” (MACH, apud. HABERMAS 1982, p. 105). A questão da construção

do objeto científico está descartada, bem como todo o trabalho cognitivo. A questão é que não se:

[...] examina a dependência do objeto relativa ao quadro categorial; não investiga como o ato de constituição dos fatos depende do método e da técnica de pesquisa. Há uma hipostasia dos sistemas de referência como sendo a própria realidade. As regras metódicas destinadas a apreender a realidade são projetadas como a realidade, em vista de uma ontologia do real factual. (HABERMAS, 1982, p. 108)

O que está em voga parece ser uma revitalização do positivismo do século XIX como tarefa de fundamentar a ciência, mas de maneira simplificada tendo no objetivismo o apoio da pressuposição do real factual.

Se a ênfase na epistemologia a coloca como fornecedora de pressupostos ao conhecimento e de fundamentação da prática das ciências, essa redução tecnicista coloca o problema de se pensar o lugar do método. Os termos em voga são diversos, como “metodologia”, “método” ou “metateoria”, até se denomina o método como a própria teoria em ato. A pista que queremos seguir é trazer a epistemologia para o método, sendo que consideramos o método como a própria construção do conhecimento, a partir do que enunciamos como trabalho cognitivo, trabalho de descobertas. E que se diferencia de outros saberes apenas por questões do tipo de orientação que imprime para a experiência, não sendo uma categoria superior de saber. Mera diferença, cada vez mais certificada pelo acúmulo de informações fornecidas pela Antropologia que lida com cosmologias ameríndias. Existem evidências concludentes de que povos ameríndios realizaram observações astronômicas com um grau de precisão e de previsão superior ao dos europeus contemporâneos. O repertório etnográfico nos mostra um empirismo assombroso por parte de classificação e utilitarismo de um sem número de elementos naturais. Perdoem os etnógrafos esta generalização, mas ela é convincente. Rejeitamos, portanto, esta forma hierárquica de colocar os saberes, enraizada no século XIX, porém atual. Sendo assim, o que significa este termo “metodologia”? Como se propõe enquanto instância de legitimação da ciência? Trata-se de uma simples descrição e redução às técnicas. Esta questão também foi trabalhada por Bourdieu:

Ao designar por metodologia, como acontece freqüentemente, e o que não passa do decálogo dos preceitos tecnológicos, escamoteia-se a questão metodológica propriamente dita, ou seja, a da escolha das técnicas [...] por referência à *significação epistemológica* do tratamento a que será submetido, pelas técnicas escolhidas, o *objeto* e a significação teórica das questões que se pretende formular ao objeto ao qual são aplicadas. (BOURDIEU, PASSERON, CHAMBOREDON, 1999, p. 53, grifos nossos)

Qual a questão metodológica propriamente dita? Trata-se da referência à significação epistemológica que a pesquisa submete o objeto ao construí-lo. Portanto, Bourdieu aposta na significação epistemológica do tratamento do objeto e das questões a ele formuladas, para posteriormente se escolher as técnicas. Se pudéssemos empreender um esquema, teríamos em Bourdieu o seguinte itinerário: 1) parte-se da significação epistemológica do tratamento do objeto; 2) chega-se à definição de uma teoria e hipóteses de trabalho; 3) com isso, tem-se o passo da construção do objeto; 4) tem-se, por fim, a escolha das técnicas. Transformando este percurso em questões, temos: 1) Qual a significação epistemológica à qual o objeto será submetido? 2) Qual, portanto, a significação teórica das questões a que se pretende formular em relação ao objeto? 3) Em função disto, como escolher as técnicas e como definir o método? Bourdieu percorre uma discussão no interior da teoria do conhecimento, para assim caracterizar o que chama de a questão metodológica propriamente dita. Trata-se de rastrear um pressuposto ao conhecimento do social que consiste em entender que isto a que chamamos “objeto” científico é produto de uma construção e, como tal, rompe-se com o “realismo ingênuo”, de que fala Russell, ao propor a construção dos próprios fatos com base em uma teoria e hipóteses formuladas. Trata-se de uma formulação específica do que em metáfora chamamos de dança de confronto. Em outras palavras: “(...) um objeto de pesquisa só pode ser construído em função de uma problemática teórica” (BOURDIEU, 1999, p.48). Trata-se de que a teoria comanda o processo de criação do conhecimento científico, como um modo de transformar a realidade em objetos teóricos a partir de prévia formulação de hipóteses. Quando citamos Bourdieu, o que se coloca é uma reflexão sobre aqueles pontos “1” e “2” e uma reflexão sobre a fundamentação desta categoria de saber que se utiliza do método.

Quando afirmamos que partimos de uma recusa de encarar a questão do método reduzindo-a à “metodologia” enquanto uma reflexão que se prende unicamente “ao decálogo de técnicas”, o fazemos no sentido de que tal operação suprime os momentos 1 e 2, para sobrevalorizar o momento 3. A metodologia, quando considera apenas as técnicas, suprime toda a reflexão epistemológica e propõe em seu lugar, numa forma de redução, “o problema da validade dos processos efetivos voltados para a verificação e para o controle dos objetos nos diferentes campos de pesquisa” (ABBAGNANO, 1970, p. 169).

Qual a relação da teoria com o manejo empírico? Esta questão ganhou importância em “A estrutura das revoluções científicas” de Thomas Kuhn. Quando o autor formula sua noção de “Paradigma” na descrição da “Ciência Normal”, o problema que levanta se refere à circularidade da teoria. Sendo assim, o paradigma acaba delineando determinadas orientações para a investigação empírica no sentido de testar suas previsões. A “Ciência Normal” consiste numa atualização obtida quando se amplia o conhecimento de fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, pela correlação desses fatos com as previsões do paradigma e com a articulação do próprio paradigma. Isso significa uma tentativa de “forçar a natureza a se encaixar dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis do paradigma” (KUHN, 2001, p. 44-5). A Ciência Normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos, na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma freqüentemente nem são vistos:

O historiador da ciência que examina as pesquisas do passado a partir da perspectiva da historiografia contemporânea pode proclamar que, quando mudam os paradigmas, muda com eles o próprio mundo. Guiados por um novo paradigma, os cientistas adotam novos instrumentos e orientam seu olhar em novas direções. E o que é ainda mais importante: durante as revoluções, os cientistas vêem coisas novas e diferentes quando, empregando instrumentos familiares, olham para os mesmos pontos já examinados anteriormente. É como se a comunidade profissional tivesse sido subitamente transportada para um novo planeta, onde objetos familiares são vistos sob uma luz diferente e a eles se apregam objetos desconhecidos. [...] após uma revolução, os cientistas reagem a um mundo diferente. (KUHN, 2001, p. 145-6)

Evidentemente, cabem ressalvas à utilização de Kuhn para as Ciências Sociais, dado que o autor se apóia em exemplos extraídos principalmente da Física e da Astronomia. No entanto, podemos colocar o problema de que os universos de pesquisa sejam ajustados em função de concepções teóricas que submetem os fenômenos sociais a esquemas conceituais previamente estabelecidos. Em outras palavras, depois de determinado recorte de um conjunto de enunciados retirados de um corpo teórico, seguir-se-ia uma delimitação de determinadas fontes empíricas, inseridas a título de exemplar confirmatório dos enunciados recortados. Levantemos problemas paralelos.

Constatamos, com auxílio de autores de tradições idiossincráticas, Habermas e Bourdieu, que a teoria orienta a obtenção e a interpretação dos fatos, via elaboração de hipóteses de pesquisa que orientam as técnicas e o método. Segundo Kuhn, quando nomeamos determinado paradigma e lhe conferimos uma agenda de pesquisas no sentido de testá-lo, caímos no problema da reprodução de determinado conjunto articulado de enunciados. Isto implica recortes empíricos como exemplares confirmatórios; isto implica circularidade e rivalidade na manutenção de concepções teóricas; isto reproduz idiossincrasias na disputa pelo poder no interior do “campo acadêmico” numa coexistência competitiva entre grupos de intelectuais. No entanto, a questão que gostaríamos de enfatizar não é a reprodução paradigmática na luta de espaço no interior do campo acadêmico, aliás seria no mínimo uma questão em aberto a possibilidade de existência de paradigmas coesos no interior das Ciências Sociais, análogos, por exemplo, ao paradigma da Mecânica Celeste newtoniana. Mas a comparação é apelativa. A questão que reivindicamos a partir de Kuhn é o fato de que uma ciência, que se pretende empírica, ter de organizar o *Bathos* dos fenômenos sociais à luz de paradigmas que cumprem o papel de instrumentos cognitivos ao serem guias de correlação de fatos. Também uma formulação específica do problema geral do conhecimento, sendo que o paradigma faz uma reelaboração do nível empírico.

De um ponto de vista da lógica contemporânea, de testabilidade, o método pode ser entendido como um conjunto de operações possíveis delineado em regras que possam realizar procedimentos de verificação de proposições e enunciados. Sendo que tais proposições são problemáticas e observacionais, como vimos na tábua das categorias. Se a questão for a falseabilidade, ponto de vista popperiano, o método

encaixa-se como conjunto de regras que possibilitam realizar procedimentos de falseação de proposições e enunciados, havendo nestes procedimentos uma unidade problemática, reconhece Popper. Trata-se de um encontro, muito caro ao discurso da ciência, entre o pensamento e a empiria, ou entre a Razão e o Intelecto com o nível empírico factual. Trata-se da centralidade da experimentação. Cabe aqui a definição de Abbagnano do conhecimento como “um mapa para uma paisagem”. Bela imagem expositiva, o mapa, como o juiz kantiano, informa a experimentação que imprimirá à paisagem: o caminho e o itinerário. Este é o mesmo problema contido no papel de orientação e de comando da teoria (Bourdieu e Habermas) e do paradigma (Kuhn) na agenda de pesquisa: traçar um caminho, que não é o de contemplar paisagens, mas instrumentalizá-las. O problema exposto aqui visualiza o terreno das condições do conhecimento a partir do fato incontestável do problema do dado empírico, desta horizontalidade complexa, desta “profundeza” da experiência, quando ausente dos processos de ordenação intelectual. Trata-se do nível do **empiricamente dado ausente do ordenado cognitivamente**, recolocado em diferentes correntes teóricas e por pensadores de diferentes formações, na Filosofia por autores como Habermas, na História da Ciência por autores como Kuhn, na Sociologia por autores como Bourdieu.

Colocamos o problema do estatuto do conhecimento enquanto ordenação aproximativa do empiricamente dado por via do trabalho cognitivo. Trata-se da “passagem do reino do caos e do transitório, para o reino da ordem, do perene. É uma caracterização aplicável ao mundo natural, é certo, mas também ao mundo dos homens” (SANTOS FILHO, 2000, p. 150). Trata-se de uma contraposição entre o nível do acontecimento, destes materiais do conhecimento caóticos, horizontais e transitórios, e o nível do conhecimento enquanto uma verticalidade. A respeito desta contraposição entre um nível horizontal extensivo e uma ordenação vertical do conhecimento,

[...] os procedimentos de generalização em Sociologia são considerados como deslocamentos dos fenômenos da ordem empírica para a ordem epistêmica. E uma avaliação das diferentes tentativas de generalização encontráveis no trabalho sociológico só confirmaria a inserção da Sociologia nessa tradição da locação tópica em termos de uma horizontalidade dos acontecimentos e uma verticalidade do conhecimento. (SANTOS FILHO, 2000, p. 152)

Tal passagem da ordem empírica para o epistêmico, através de procedimentos teórico-conceituais de generalização, implica uma reconstrução dos dados brutos da empiria no sentido de simplificar a variedade e uniformizar a multiplicidade dos fatos, tendo como função a superação do multiforme, do individual e do singular, em detrimento de um nível caracterizado como o geral:

Alcançando o conjunto das Ciências Sociais, esse movimento de passagem do nível do acontecimento para o nível do conhecimento, do “caos” para a “ordem”, é reconhecido como imprescindível. Trata-se de uma discussão que, em um campo teórico mais elaborado, sinaliza a recusa do “fato puro” como componente da elaboração científica (SANTOS FILHO, 2000, p. 152).

Feito este caminho de rejeitar a redução do método ao tecnicismo e a valorização da dimensão epistemológica, sobretudo numa busca de questões que versem a respeito dos **limites do conhecimento como impasses a serem mediados pelo método**, urge seguirmos um norte: como considerar o método em função destas questões? Com base nisto, incorporamos uma hipótese já formulada:

Neste sentido, o que nomeamos como método do conhecimento sociológico é um caminho, uma via. Na verdade, é uma estratégia que, a partir de certos **pressupostos** ontológicos, antropológicos, gnosiológicos e epistemológicos, comporta um conjunto de operações conceitualmente norteadas que fazem emergir como acontecimentos teóricos os objetos - os objetos do conhecimento pretendidos pela sociologia [...] De fato, justo na medida em que podemos definir o método como algo que dá lugar a acontecimentos, não podemos deixar de entendê-lo fora de cenários onde atuam com força de legitimidade concepções sobre o ser do objeto, a natureza do sujeito, o caráter das relações que sujeito e objeto estabelecem entre si. (SANTOS FILHO, 2000, p. 161, grifos nossos)

Nesta citação se encontra a nossa orientação de reconstruir o método como uma via de mediação que está no meio termo entre o nível epistemológico e o nível do conhecimento sociológico, uma instância de colocação dos instrumentais cognitivos e da operação do trabalho do conhecimento.

### 3 O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO EM WEBER

Nesta seção, trabalhamos a forma **singular** com que o problema do caos da experiência sem pressupostos é colocado por Weber, por meio da definição do dado empírico como um reino nebuloso e do sujeito caracterizado por seus limites cognitivos, revelando um impasse epistemológico. Chamamos este de o “problema gerador da pesquisa” após contrastar como Weber trabalha conjuntamente o problema do dado empírico e do sujeito cognoscente.

#### 3.1. Para uma revisão do tema: a contribuição dos estudiosos

A caracterização do pensamento weberiano a partir de uma discussão que recupere uma teoria do conhecimento não é nova. Portanto, para uma primeira aproximação do tema, devemos reter algumas indicações de outros pesquisadores, para depois examinar e interpretar as passagens de Weber. Julien Freund (1970), parte da afirmação de que para Weber, assim como para Kant, o conhecimento não é cópia integral do mundo empírico, tanto no sentido extensivo quanto no compreensivo. O autor enuncia um problema da teoria do conhecimento, ao qual nos referimos por via da relação entre conhecimento o mundo empírico:

Fiel ao espírito da epistemologia kantiana, Weber nega que o conhecimento seja reprodução e cópia integral da realidade, tanto no sentido intensivo como no da compreensão. A realidade é infinita e inesgotável. Para tanto, o problema fundamental da teoria do conhecimento é o das relações entre lei e história, entre conceito e realidade. Qualquer que seja o método adotado, realiza uma seleção na infinita diversidade da realidade empírica. (FREUND, 1970, p.38-9)

Nesta passagem, há uma associação de Weber com a formulação de um problema de condição do conhecimento, muito parecida com o que discutimos até aqui. Freund localiza tal ponto de partida quando recupera a definição de realidade com os termos específicos “infinita” e “inesgotável”, sendo a necessidade de seleção uma



conseqüência. Veremos mais adiante, com maior detalhamento, como se delineia este problema. Qual a solução deste problema de condição e possibilidade de conhecimento que denominamos impasse epistemológico? Freund sinaliza-a, em Weber, na adoção de uma síntese dos dois procedimentos então em voga, quais sejam, o método generalizante (objetos determináveis mediante regras genéricas) e o método individualizante (objetos apreendidos mediante ocorrências singulares concretas). O primeiro opera o recorte de traços recorrentes, selecionados no sentido de serem generalizados; o segundo opera o recorte de traços individuais no sentido de serem particularizados. Tais operações, sintetizando estes dois princípios, estariam presentes em Weber. Freund também aponta a busca da univocidade dos conceitos, ou seja, a busca da clareza do conteúdo de sentido.

O que definitivamente nos importa quando levamos em conta Freund, é o modo como insere Weber num terreno que remete a determinadas concepções fundamentais, recorrentes à época. No fundo, dado a comparação a Kant, o autor insere Weber nas correntes do neokantismo, tanto que ele abre seu livro com uma caracterização, paralela à citação anterior:

[...] ainda que Weber evitou levar suas interrogações e explicações a um núcleo e princípio únicos, parte, sem embargo, de uma intuição originária e fundamental: a da infinidade extensiva e intensiva da realidade empírica. Isto significa que a realidade é incomensurável para o poder de nosso entendimento, de sorte que este nunca termina de explorar os acontecimentos e suas variações no espaço e no tempo e de atuar sobre eles. (FREUND, 1970, p. 12)

Esta caracterização versa, sem sombra de dúvidas, sobre as possibilidades de conhecimento expressas no qualificativo “incomensurável”. No interior do racionalismo crítico entendido como mensuração (ou ato de medir), o que não pode ser medido torna-se um obstáculo ao conhecimento. Freund recupera a ligação entre esta “intuição originária e fundamental” – um terreno que se faz presente como constitutivo do próprio ato de conhecer – e o método (seleção individualizante e generalizante). Devemos, neste momento, reter de Freund duas coisas: primeiro, a qualificação dos materiais do conhecimento com os termos “infinita”, “incomensurável” e “inesgotável”; segundo, a necessidade de seleção que é a conseqüência para o conhecimento.

Maurício Tragtenberg coloca, enfaticamente, que a obra de Weber é “um ponto de vista que tem como ponto de partida a noção de que o real é infinito, (...) sendo que Weber procura ordenar a aparência ‘caótica’ do mundo vivido” (TRAGTENBERG, 2001, p. XXVI). De forma menos generalizada, Pierucci localiza o problema na expressão *Vorgänge der Welt*, ou “os ‘processos/sucessos do mundo’, que continuam caóticos, nebulosos e indomáveis, sendo a vida real nestes termos, confusa e embaralhada (e) a realidade em fluxo permanente” (PIERUCCI, 2003, p. 38).

Neste caminho de interpretar o método de Weber à luz de suas raízes epistemológicas também está Raymond Aron (1999), que parte de uma caracterização dos métodos generalizante e individualizante, até então uma das maneiras de separação e de demarcação da fronteira entre as ciências naturais e sociais, tendo sido proposta por Wildelband. O primeiro seria característico das ciências sistemáticas nomotéticas, típico das ciências da natureza e o segundo idiográfico, típico das ciências históricas ou da cultura. A questão levantada por Aron, ao encontro de Freund, é que Weber opera com ambos os registros, inclusive com a utilização de “regras da experiência” e de procedimentos de generalização em forma de regras do acontecer. De forma similar a Freund, Aron aproxima Weber das correntes do neokantismo, todavia sem redução. A aproximação é com Rickert:

Rickert, um neokantiano [...] o que é dado primordialmente ao espírito humano é uma *matéria informe*, infinita, portanto, o investigador deve selecionar, fazer uma opção com respeito à realidade: uma seleção dos fatos e a elaboração de conceitos que exigem um procedimento do tipo relação aos valores. (ARON, 1999, p.454, grifos nossos)

Esta passagem, em primeiro lugar, aponta aquilo que retemos de Freund, ou seja, a realidade infinita e a necessária operação de seleção, o que aparenta um viés de consenso. Porém, adianta algo fundamental, que é sinalizar o “procedimento com relação aos valores” como um critério de seleção. Devemos incorporar este avanço porque ele nos suscita discutir a questão da objetividade do conhecimento. Aron aproxima Weber de Rickert, sobretudo, porque ambos rejeitam a ciência acabada, seja no âmbito das ciências naturais ou no das sociais (ou “do espírito”, na terminologia de Dilthey). Para ambos (Rickert e Weber) não há um sistema hipotético dedutivo

abrangente, totalizador e acabado. Mesmo na Física, trata-se de um ideal nem sempre alcançado. Nas ciências “naturais” que lidam com objetos concretos singulares, torna-se inviável. No entanto, sobretudo nas ciências da cultura, na ausência de um sistema hipotético-dedutivo, há a presença de um conjunto de interpretações, todas seletivas e inseparáveis do sistema de valores escolhido. Há, em ambos, “a reconstrução generalizadora e, ao mesmo tempo, singularizante com base nos valores” (ARON, 1999, p. 456).

Para efeito de nossa leitura de Weber, Aron nos adianta um traço fundamental a partir deste referido caráter informe e infinito com que a realidade se apresenta ao pensamento: a seleção a partir dos valores e o trabalho de elaborar conceitos na esfera da representação. Esta mesma questão reaparece em Saint-Pierre: “a relação com os valores é que guiará o interesse científico no necessário recorte do infinito e incessante fluir das ações humanas, de suas manifestações e realizações, para desta maneira construir seu objeto de conhecimento” (SAINT-PIERRE, 1994, p. 33).

A importância desta passagem está no trecho: “no necessário recorte”, sobretudo na palavra “necessário”. O que significa isso? Significa, e isto consistirá numa chave de leitura desta pesquisa, que a seleção se coloca como uma derivação da possibilidade do conhecimento. Trata-se de uma ferramenta cognitiva que realiza um trabalho singular, que é o de lidar com o obstáculo do múltiplo empírico, constituindo um trabalho de ordenação, segundo a idéia de experiência sem pressupostos (seção 2). Trata-se da própria construção do objeto de pesquisa, seja na seleção inicial com o trabalho empírico, seja na construção da hipótese que o norteie, seja no próprio estabelecimento das conexões causais. Em todas estas fases, a seleção se mostra um meio de lidar com o nível empírico, sobretudo quando este se coloca como um horizonte do conhecimento e um obstáculo. No referencial weberiano, não cabe ao conhecimento dar conta da totalidade do real, fazendo do infinito fluxo empírico um “infinito fluxo pensado”. A passagem de Adorno (seção 2) quando se refere à construção de uma imagem-figura que sintetiza elementos analiticamente separados do real, em detrimento da captação da totalidade pensada, nos mostra as influências de Weber na colocação do problema, dado o contato entre ambos. Retomando o problema

sob outro ângulo, os escritos metodológicos de Weber têm por fim responder a uma questão de fôlego, qual seja:

O ato científico, enquanto conduta racional, se orienta pelo valor da verdade universalmente válida. Ora, a investigação científica começa por uma escolha que só tem justificação subjetiva. Quais são, portanto, os *procedimentos que permitem*, para além desta escolha subjetiva, *garantir a validade universal dos resultados da ciência?* (ARON, 1999, p. 457, grifos nossos)

Esta importante questão articula-se necessariamente com as caracterizações acima a respeito do investigador, do sujeito do conhecimento que, a partir de um terreno que é subjetivo porque composto por valores, articula a produção do conhecimento a partir da seleção. Isso para solucionar o dilema com que se apresenta o campo da realidade social e histórica (uma forma do *Bathos*). Este dilema é atingir o valor da verdade universal, como recupera Aron. Neste ponto se inserem os procedimentos lançados para validar os resultados da ciência que, segundo hipótese por nós investigada, se dá por meio do referido uso da comparação histórica como tática de validação empírica. Isso já nos responde em parte o questionamento sobre a especificidade da categoria experiência em Weber. Perpassa o viés histórico fundamentalmente. Se existe a possibilidade de denominá-la como uma forma específica do estatuto experimental, ela se encontra nos exercícios de comparação histórica realizados pelo autor. Veremos isso numa fase posterior desta pesquisa quando recuperarmos as táticas comparativas em sociologia da religião, levantando os conceitos norteadores da comparação histórica (seção 4).

Cohn (1979) recupera a incorporação historicista de Weber. Esta relação aparece na definição dos limites empiricamente dados para a generalização dos resultados da pesquisa, dos limites da validade dos próprios conceitos e dos limites dos problemas que exprimem os interesses dos pesquisadores. A definição dos limites empíricos de generalização dos resultados realiza-se por meio de um empirismo não radical. Esta formulação nos é muito importante, pois recoloca a construção dos conceitos e de sua relação com a realidade histórica.

[...] o caráter genético do tipo, que remete aos pressupostos valorativos da atribuição de um caráter significativo ao campo do real selecionado para exame [...] o caráter genético do tipo deriva da circunstância de que sua construção está subordinada à importância significativa dos traços dos eventos ou dos processos empíricos selecionados para compô-lo [...]. Tomando na sua acepção plena o tipo é, portanto, a expressão metodológica da orientação do interesse dos cientistas que o constroem e o aplicam. (COHN, 1979, p. 95-96)

Neste trecho temos reforçado o consenso quanto a um ponto importante: a seleção é inerente à construção do tipo ideal, a partir de pressupostos valorativos que conferem uma importância significativa aos traços selecionados. Cohn acrescenta que o pressuposto valorativo é inerente à construção do tipo ideal, sendo inseparável dos conceitos: “[...] é totalmente equivocado conceber o tipo como um ‘esquema’ ou ‘modelo’ aplicável a qualquer análise, independentes de seus pressupostos ou, pior ainda, como livre de pressupostos, visto que eles são inerentes ao próprio conceito” (COHN, 1979, p. 96).

Examinemos a relação entre o conceito e o real em Weber. É conhecido que, para este, a ciência se constitui na articulação conceitual entre problemas e não na articulação objetiva entre coisas. Neste sentido, o tipo ideal teria o papel de formular os problemas para a pesquisa, não perdendo de vista suas referências empíricas, sendo que um tipo é formulado para se relacionar com outros tipos: “o importante é que uma vez construído, o tipo passa a ser relacionado com outros conceitos e não lhe cabe ‘retratar’ o real e, por isso mesmo, ele não tem valor se tomado isoladamente na pesquisa” (COHN, 1979, p. 96-7). Isso estabelece uma disjunção e/ou separação entre a realidade e os conceitos, aliás, atribuída por Freund às influências neokantianas em Weber (como vimos na lógica analítica). Se lembrarmos nosso ponto de partida, que foi uma tentativa de colocar o problema do conhecimento de modo simplificado, veremos a diferença entre “retratar o real”, que consiste na definição clássica do conhecimento como “identificação com o real”, numa cópia quase perfeita deste, como num “reflexo” (lógica emanacionista, ontológica) e, por outro lado, a definição do conhecimento como “representação”, como uma aproximação da realidade (lógica analítica discursiva). Evidentemente que, para a primeira definição, as possibilidades do conhecer são mais

“otimistas”, o que se inverte para a segunda definição, a qual estabelece um claro limite (crítico) para o conhecimento.

Vemos a construção de conceitos enquanto instrumentos de trabalho cognitivo, ferramentas de seleção e recorte, sistematização e comparação, significação e interpretação de dados retirados (agarrados) do múltiplo empírico. A construção conceitual se coloca como uma instância de ordenação do caos da experiência sem pressupostos. O que a singulariza no registro weberiano é que o conteúdo de sentido dos conceitos forjados se constrói orientado por uma “relação com os valores” (*Wertbeziehung*). Veremos com mais detalhes ao examinar o tipo ideal (seção 4).

Observar as relações entre o conceito e a realidade nos permite recolocar o trabalho cognitivo feito por meio de ferramentas conceituais como atividade que transforma os materiais do conhecimento. Permite-nos também observar a relação entre o conhecimento e mundo empírico a partir de duas formas muito contrastantes. Novamente, a respeito desta relação entre os conceitos e o real, Cohn compara Weber a Hegel; a resolução é muito interessante:

Na posição estritamente metodológica assumida por Weber o *conceito* é o instrumento que o *pesquisador forja* para *ordenar um segmento da realidade e construir seu objeto*. Entre o *conceito* e o *real* estabelece-se uma *enfática separação*. Na perspectiva hegeliana, o conceito em sua acepção mais ampla, é o próprio real no seu processo de constituição, ou então cada manifestação particular do conceito capta um momento deste processo. Cabe ao pensamento acomodar-se a esse movimento do real, acompanhá-lo e captar suas determinações [...] significa invocar o real pelo seu nome, que é o conceito. Além disso, não encontramos em Weber nada que se assemelhe à dialética entre o geral e o particular, sempre presente no pensamento hegeliano. Ao contrário, Weber restringe-se ao particular, tomado explicitamente de modo unilateral [...] e repele qualquer referência ao geral. (COHN, 1979, p. 116, grifos nossos)

Em primeiro lugar, deste trecho devemos frisar que, para Weber, o conceito é forjado, diferentemente de Hegel, que faz do conceito o “nome do real”, o pensamento sobre o Ser. Sendo o conceito forjado, ou seja, criado pelo investigador, há a enfática separação deste em relação ao nível empírico, que passa a ser ordenado pelo conceito. Gostaríamos de ressaltar: **o conceito ordena a realidade para construir o objeto de conhecimento**. Neste sentido, para Weber, como veremos mais detalhadamente, o

conceito se coloca como uma ordem de transformação do real na esfera da representação. O tipo ideal se coloca como tal, sendo uma representação de parcelas extraídas da realidade empírica mediante seleção operada pelo investigador na construção de seu objeto. Como vimos, o conceito, a partir do que está em seu núcleo de significado, agarra o nível empírico de maneira seletiva e organizada, capta elementos pré determinados. Mede a realidade, opera em comparação com outros tipos, submete a si um trabalho de comparação histórica, que não é senão a medição dos tipos ideais perante o nível empírico, perante a História. Ora, estamos falando de uma solução estritamente metodológica que, dado sua configuração, não é senão o resultado de determinada concepção geral, pressuposto segundo o qual o conceito não capta a realidade em sua apresentação empírica imediata (infinita), isto é, há uma separação entre conceito e o real que é resultante da definição do limite do conhecimento. Não seria isso uma consideração que versa a respeito da origem e possibilidade do conhecimento traduzida numa forma de construção do método? As pontes com nossa definição inicial, qual seja, a que tem no conhecimento uma identificação indireta com a realidade, representacional, se colocam aqui.

Temos que levar em conta outro autor, Jaspers, este mais próximo de Weber, que nos traz elementos importantes para esta aproximação com uma leitura epistemológica. Ele afirma que Weber não almeja apreender a totalidade, pelo contrário, seu movimento “não procura [...] a totalidade do mundo humano [...] sabe que a sua existência é questionável e, de qualquer forma, infinita e inesgotável pela pesquisa” (JASPERS, 1977, p. 126). O autor complementa que, com isso, Weber só almeja à totalidades relativas. Levando ao limite esta caracterização da recusa da totalização, Jaspers recupera seu pressuposto de que “o mundo das coisas humanas se lhe apresenta de início como totalmente fragmentado para perguntas sobre causas” (JASPERS, 1977, p. 127). Ao comentar que a erudição de Weber parecia aos outros como penetrando totalmente nas coisas, ele sinaliza que, em verdade, ela “é um conhecimento que tem persistente medo do real, que jamais é conhecido senão com respeito a algo” (JASPERS, 1977, p. 127). É a partir disso que Jaspers situa o tipo ideal, ou seja, “estes tipos são para ele [Weber] um instrumento para se chegar à

realidade, e não a própria realidade” (JASPERS, 1977, p. 129), o que nos remete para a definição de conhecimento enquanto representação.

Os conceitos são para Weber, assinala Jaspers, uma medição do real para levar à máxima consciência o que é específico da realidade humana em cada caso. O conhecimento, neste sentido, valoriza o particular e o unilateral, em detrimento das formas de captação da totalidade, o que torna particular o caráter da pesquisa, sendo o todo inacessível. A este respeito:

Se conhece, partindo de pontos de vista relativos, regras e leis que apenas atingem aspectos do real e, somente se conhece totalidades relativas, nunca o todo [...]. A realidade é individual, infinita, inesgotável em cada uma de suas figuras: as leis que valem para estas não permitem que delas se deduza o real [...]. Sempre e em qualquer tempo a realidade é individual, numa infinita diversidade histórica [...]. Nada há, portanto, que permita deduzir o que realmente existe. (JASPERS, 1977, p. 131)

Este era o horizonte de Weber, lembra Jaspers. Um horizonte para o conhecimento, acrescentamos. Sendo um horizonte, se coloca como limite, uma forma de caracterizar a possibilidade do conhecimento. Análogo ao limite que o horizonte imprime à visualização da esfera celeste. Por ora, já temos sinalizado que o método se articula com estes pressupostos, com esta epistemologia, ou, com esta “visão de mundo”, como dizem Jaspers e Freund. A leitura do método em Weber, a partir da recusa da construção de uma totalidade que abarque o real, do caráter unilateral do conhecimento, logo, da pesquisa, bem como a reconstrução de totalidades sempre relativas enquanto individualidades históricas e, por fim, “de que nada se pode apresentar ao saber possível que não incorra na sua relativização” (JASPERS, 1977, p. 134), são (e isto é fundamental) decorrências da fraqueza do conhecimento e da infinitude do empiricamente dado. Trata-se de uma caracterização, fundante para o conhecimento, sobre o caráter ou natureza do sujeito cognoscente e da realidade a ser conhecida. Logicamente, se Weber parte de um pressuposto de definição do dado empírico num âmbito geral, isso se transporta para o campo das Ciências Sociais.

Dentre os autores citados não há este foco de reconstruir o método como necessariamente erigido a partir de determinado pressuposto epistemológico, o que



queremos com nossa abordagem é justamente seu melhor detalhamento. Freund realiza uma exposição geral da obra de Weber. Recupera, como citamos, as influências de determinadas idéias advindas do neokantismo – como a de que as “visões de mundo” são influentes no método –, porém não como uma preocupação central e detalhada. Aron, de modo geral e didático, realiza uma interpretação sobre vários aspectos do pensamento weberiano, entretanto amplia pouco o foco em abrangência e profundidade. Jaspers recupera outro importante elemento, a “visão de mundo”, ou seja, o terreno epistemológico sobre as possibilidades do conhecimento, no entanto não o enfatiza enquanto uma clara decorrência para o método, sobretudo para o tipo ideal. Por sua vez, Cohn intenta “destacar o que é específico, e mesmo, original do pensamento do autor em meio a uma quase exaustiva recuperação das perspectivas intelectuais mais importantes que o influenciaram” (COHN, 1979, p. 74).

O que está em nosso alcance é realizar uma mediação entre as formulações epistemológicas em Weber, em sua especificidade, com alguns esboços mais gerais do problema, como fizemos em nossa recuperação do Racionalismo Crítico em Kant e sua discussão em autores como Kuhn, Bourdieu, Boaventura.

A respeito das discussões mais atuais referentes ao método nas Ciências Sociais, apesar da evidente variação e diversidade, Boaventura (1993, p. 80) é capaz de sintetizar o “discurso metodológico de hoje”, este seria uma conjunção do construtivismo racionalista de Bachelard e do realismo anglo-saxônico de Giddens. Em relação aos pontos deste “possível” consenso, Boaventura destaca: (1) A teoria comanda o processo de criação do conhecimento científico; (2) Teoria não é quadro de ordenação ou de classificação de fatos pré-construídos, numa nova forma de colocar o “problema geral do conhecimento”; (3) Teoria é modo específico de conceptualizar a realidade e transformá-la em objetos teóricos para formular hipóteses e proceder à validação (ponto também presente em Habermas e Bourdieu); (4) Não há a busca de verdades absolutas, sendo o conhecimento provisório e falível; (5) O conhecimento e a realidade material são realidades qualitativamente diferentes. Independente da possibilidade destes princípios serem unânimes, nossa atenção em relação a eles consiste em localizar sua presença em Weber. Os pontos de 1 a 5 estão presentes em Weber de uma maneira peculiar. Em nossa análise, aparecem com muita clareza,

sobretudo, os pontos (2) e (3). Em (2), a teoria guia o estabelecimento de pressuposições para a classificação e interpretação dos fatos. O nível dos fatos, a abundância dos materiais do conhecimento, quando ausente de pressupostos de orientação, é denominado por Weber pelo termo “infinitude” e “diversidade”, em resumo, caos. O que se retira do nível empírico precisa ser ordenado pela construção de conceitos. Em (3), a teoria orienta a formação de conceitos na construção de objetos teóricos, destes emergem as hipóteses, que seguem daí para a validação. Em Weber, este proceder recai “nas perspectivas especiais e parciais graças às quais estas manifestações (da experiência) possam ser (...) selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa” (WEBER, 2001, p. 87).

### 3.2. O infinito concreto: qualificação específica do nível empírico em Weber

De acordo com o que denominamos como um foco mais rico e detalhado de discussão do tema, o momento é o de acompanhar mais de perto a construção do problema em Weber. Faremos um quadro com todos os qualificativos retidos dos estudiosos citados. Tais qualificativos se reportam, sobretudo, para os materiais do conhecimento em sua forma bruta. Além disso, reportam-nos para uma qualificação específica do tipo de trabalho cognitivo a ser realizado e para como se realiza a “dança de confronto” entre este último e os referidos materiais.

Infinito	<b>Infinito</b>
Inesgotável	<b>Inesgotável</b>
Informe	<b>Informe</b>
Incomensurável	<b>Incomensurável</b>
Indomável	<b>Indomável</b>
Caótico Nebuloso Confuso Embaralhado	

Fluxo	
-------	--

**Quadro 1:** Materiais do conhecimento, em sua forma bruta, ao nível empírico

**Fonte própria.**

Na coluna da direita, repetimos os termos à esquerda grifando seu prefixo pelo fato de que, em todos os casos e de maneira não acidental, há uma indicação de restrição. Todos os prefixos são restritivos e evidenciam a incapacidade do conhecimento de apreender a totalidade do real e, portanto, colocam em relevo seus limites. Do ponto de vista do trabalho cognitivo e de seu instrumental, trata-se de trabalhar com o **finito**, porque os fins cognitivos são delimitados, circunscritos, e o infinito dos materiais de que se serve representa um obstáculo. Do ponto de vista de da atividade cognitiva, trata-se, em princípio, de **esgotar** um trajeto investigativo e sistematizar as questões levantadas num fechamento ao menos provisório. O campo das fontes do conhecimento, inesgotáveis, e dos nexos causais plurais representam outro obstáculo. Em outras palavras, trata-se de dar **forma**, sentido e qualidade ao objeto moldado, porque é resultado um trabalho que traz consigo um fim já antecipado. Aliás, desde o ponto de vista da brutalidade dos materiais do conhecimento, o trabalho cognitivo dá forma ao caráter informe de tais materiais. Ainda no interior do racionalismo crítico, talvez mais próximo de seu núcleo, o trabalho cognitivo é **mensuração**, é medida, cálculo, previsão, antecipação, cujo exemplo clássico encontra-se na História da Astronomia Ocidental, toda ela fundamentada na tentativa de medir, mensurar, prever os comportamentos orbitais observáveis, sua lei e estrutura. Em medir, no coração do matematismo, a geometria do universo e sua lei de evolução previsível. A mensuração também se coloca como ferramenta cognitiva dos empreendimentos de explicação históricos, porque implica em selecionar e combinar fatores históricos específicos e em ver sua relação de causação. Isto porque mensurar significa **imputar**, ou seja: limpar; calcular; atribuir responsabilidade a algo; verificar e estimar; obter graus de determinação verificáveis. Uma qualidade do trabalho cognitivo que tem de **domar** os aspectos incomensuráveis dos materiais do conhecimento.

Isto nos remete ao adjetivo “nebuloso” que destacamos em Pierucci (2003). Trata-se de uma imagem que gostaríamos de associar à Astronomia. O que é uma

Nebulosa? O que a singulariza é sua forma desordenada e desorganizada, uma colcha de gases incandescentes, sobretudo hidrogênio e hélio a altas temperaturas, repleta de colisões e interações, no entanto mantida em sua agregação instável devido à força gravitacional. Ao telescópio se assemelha a uma mancha esbranquiçada que avança em algumas direções e retrai-se em outras, destituída de geometria e mais parecendo uma névoa. Portanto, é uma imagem de excelência do informe, do indomado e do embaralhado, uma imagem de qualificação para nosso problema, por isso destacada no quadro de nossos adjetivos.

Refaremos o quadro 1 acrescentando a atuação do trabalho cognitivo. A idéia é observar o trabalho de superar os prefixos de restrição. A coluna da direita representa o trabalho cognitivo no registro racionalista de ordenação e organização. A coluna da esquerda representa os materiais da percepção desorganizados, postos sob o que denominamos *Bathos*. A forma de organização toma por base pares de oposição.

<b>Desordenado</b> <b>Materiais da Percepção</b>	<b>Ordenado</b> <b>Trabalho Cognitivo</b>
Infinito	Finito
Inesgotável	Esgotável
Informe	Forma
Incomensurável	Mensurável
Indomável	Domável
Caótico <i>Nebuloso</i> Confuso Embaralhado Fluxo	Organizado Centro Gravitativo Claro (Clareza) Seqüenciado (Concatenado) Estabilidade

**Quadro 2:** Organização e ordenação dos materiais da percepção pelo trabalho cognitivo

**Fonte própria**

Todos estes elementos colocam o conhecimento como ordenação, como racionalização intelectualmente dirigida por estas ferramentas cognitivas, que são os adjetivos destituídos de seus prefixos restritivos. A meta do racionalismo crítico é justamente destituí-los de seus prefixos de restrição para se tornarem análogas aos instrumentais da inteligibilidade que destacamos de Kant. De outro ponto de vista, é a meta do que chamamos de **trabalho cognitivo**, sendo que os qualificativos despojados de sua restrição representam o horizonte de alcance cognoscente possível. Os referidos adjetivos de restrição beiram algo o incognoscível, o desordenado, o desorganizado, lado oposto do racionalismo, o irracional.

Partindo da formulação de Weber, quais são os trechos que enunciam uma qualificação do concreto e que definem a realidade a ser conhecida pela Ciência Social? Existem algumas passagens fundamentais a este respeito, sendo que o núcleo mais decisivo se encontra na seguinte:

Acontece que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta *imediatamente* a vida, verificamos que ela se nos apresenta “dentro” e “fora” de nós, sob uma quase **infinita diversidade de eventos** que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente. E a **absoluta infinitude dessa diversidade** subsiste, sem qualquer atenuante no seu **caráter intensivo**, mesmo quando voltamos atenção, isoladamente, a um único objeto [...] e isso tão logo tentamos descrever de forma exaustiva essa “singularidade” entre todos os componentes individuais, e, ainda muito mais, quando tentamos captá-la naquilo que tem de causalmente determinado. (WEBER, 2001a, p. 124, grifos nossos)

Devemos prestar atenção em “infinita diversidade de eventos” e em “absoluta infinitude dessa diversidade”. Nestes dois enunciados Weber define nossa experiência cognitiva imediata do mundo empírico. Qualifica os materiais do conhecimento. Nestes dois enunciados, ele define, portanto, a realidade a ser conhecida pelas Ciências Sociais: a realidade histórica ou social, as quais mantêm os qualificativos de “infinitude” e “diversidade”. Weber, quando define realidade no sentido lato, transporta-a para a realidade que interessa para as Ciências Sociais. Não se trata da infinitude da Astronomia, abrangente, enigmática e infinita por definição, nem da Biologia, enfim. Trata-se da história e do presente das sociedades humanas.

**Trata-se da infinitude do real socialmente definível.** O termo “infinito” e suas derivações possuem um significado muito marcante: sem limite, sem contorno, “inumerável e sempre maior que qualquer variável”, diz o dicionário Aurélio da língua portuguesa (1988, p. 285). Quando tal termo qualifica nossa experiência primeira dos eventos e/ou fenômenos, torna-se ainda mais marcante. Isto transposto para o ato de conhecimento e/ou para as fases da pesquisa, concerne ao momento anterior ao estabelecimento da organização pela seleção de dados, fatos, fenômenos na composição do objeto via conceitos, o que se dá segundo determinada perspectiva ou ponto de vista. É desta maneira que Weber, por um caminho peculiar, qualifica a experiência imediata ausente de pressupostos como caótica, desorganizada, irracional, sem sentido, um verdadeiro abismo de profundidade, um caos de juízos.

**Isto nos permite afirmar que o conhecimento é entendido a partir de sua fragilidade, o que torna condicionados seus limites e seu alcance.** Sendo assim, é possível observar outro ângulo da definição do empiricamente dado: **a fraqueza do conhecimento é precedência lógica e, por isso, a realidade é infinita.**

Voltemos ao problema: em primeiro lugar, Weber define o campo do real que interessa às Ciências Sociais como infinitude, inesgotabilidade e diversidade. Devemos guardar estas palavras-chave. Nesta passagem seguinte, fica claro uma necessária decorrência para as possibilidades do conhecimento e para a imputação causal, cara às ciências e presente nas tentativas de explicação históricas, bem como em suas táticas de comparação:

Mesmo com o mais amplo conhecimento de todas as “leis” do devir ficaríamos *perplexos* diante do problema **de como é possível**, em geral, a **explicação causal de um fato individual**, posto que nem sequer se possa pensar a mera descrição exaustiva do mais finito fragmento da realidade. Pois o *número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos*, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em consideração. (WEBER, 2001a, p.129, grifos nossos)

Possibilidades do conhecimento: uma perplexidade perante o real, um “persistente medo do real”, como já nos lembrou Jaspers. Nesta passagem, a definição de realidade se torna extensiva, pois se coloca presente para um fato individual, ou

seja, um acontecimento individual dotado de uma teia causal infinita. Aqui se encontra o problema da imputação causal em fenômenos singulares concretos, seja para objetos naturais, seja para objetos históricos singulares. Por isso Weber tem problemas para lidar com a totalidade, ao contrário de Marx ou Durkheim. Imprescindível prestarmos atenção no fato de que o mesmo problema da experiência imediata ausente de pressupostos de ordenação, se transfere para o momento de imputação causal. A imputação causal quando ausente de pressupostos de seleção e ordenação é desorganizada e caótica: o número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento individual são sempre infinitos.

[...] como é possível, de maneira geral, e em princípio, a imputação de um resultado concreto a uma causa singular, e como deve ser feita esta imputação, tendo em vista que sempre uma *infinitude de momentos causais condicionam* o surgimento de um processo singular (além do que) poderia afirmar-se que todos aqueles momentos causais foram imprescindíveis? (WEBER, 2001b, p.197, grifos nossos)

Esta ramificação do problema para a imputação causal é fundamental. O interesse do conhecimento não reduz o empiricamente dado ao que lhe é genérico, o que coloca a questão da construção de cadeias causais singulares e de objetos singulares. A questão decisiva, a este respeito, é isolar os componentes da cadeia causal e, para tanto, a maneira trabalhada por Weber recupera o sentido de imputar: limpar, selecionar, calcular, responsabilizar, mensurar e atribuir responsabilidade a algo. Assim: “toda comparação no âmbito do histórico supõe de antemão que [...] já se fez uma seleção que, *deixando de lado toda uma infinitude de elementos empiricamente dados*, [...] determina positivamente a meta e o sentido da imputação da causa” (WEBER, 2001b, p. 168, grifos nossos). Em outro momento: “para a imputação causal histórica [...] está implicada a exclusão de uma infinidade de elementos do fato real” (WEBER, 2001b, p. 197). Acrescentamos que imputar possui um sentido muito próximo ao termo “juízo” (*Urteil*): deliberação, eleição, decisão, separação e distinção. Em suma, trata-se de uma enunciação de um propósito, de uma operação de atribuição de um predicado a um sujeito, de afirmação ou de negação. Em todos eles existe a implicação de selecionar, mensurar e esgotar.

Um conhecimento que pretende apreender seu objeto de forma singular, elimina o genérico e o quantitativo enquanto modos de ordenação racional e coloca em seu lugar a questão construir combinações de fatores necessários, e, dificilmente suficientes, para compor a explicação.

A causalidade em Weber tem um viés complexo. Recuperando a perspectiva histórica, “a causa não é uma condição suficiente para a eclosão do efeito; é um fator que, em conjunção com outras condições básicas, até certo ponto pode produzir o desfecho em lugar de outras alternativas, sendo portanto adequado para produzi-lo” (RINGER, 2004, p. 15). A apreensão cujo fim cognitivo é obter um objeto concreto singular tem que lidar com a irrepetibilidade quantitativa e a singularidade qualitativa de seus fatores causais. Trata-se da construção da imputação causal a partir de uma combinação de fatores necessários para a explicação de determinado evento histórico, sabendo que a combinação pode ser inesgotável. Trata-se de uma forma de colocar um problema comum ao historicismo alemão, que é o de apreender totalidades históricas específicas ao ponto da singularidade. Em outras palavras, obter um “indivíduo histórico” irrepetível em contraste com uma tentativa de generalizar por comparação. Examinaremos estas questões com mais detalhes quando recuperarmos o papel da história comparada como tentativa de validar empiricamente afirmações teóricas de longo alcance, numa busca por sustentar a objetividade (seção 4) por meio das táticas comparativas.

Seu movimento nunca é o de simplificar determinado elemento como necessário e suficiente para a eclosão de determinado efeito. Tampouco de eleger determinado eixo causal e de tomá-lo como determinante em última instância. Sua estratégia é a de elaborar combinações de fatores necessários no sentido de isolar totalidades concretas como “indivíduos históricos”. E tais fatores podem ser retirados de múltiplas ordens, daquilo que se convencionou chamar de econômico, político, simbólico, etc.

O mundo das ciências culturais e sociais surge como uma rede infinitamente complexa de relações causais entre dados específicos. Nós explicamos aspectos deste mundo mediante comparações probabilísticas e contrafactuais entre o que de fato aconteceu e o que teria acontecido na ausência das causas adequadas - ou conjunto de causas. (RINGER, 2004, p. 16)



A causalidade em Weber está posta numa sobredeterminação, afirma Cohn (1979), como examinaremos na seção 4. Os exercícios contrafactuais são meramente lógicos, baseados em regras da experiência, e possuem o papel de realizar a imputação em meio ao complexo de fatores em exame. Trata-se de ver a produção do desfecho concreto de determinada configuração histórica, imaginando possíveis desfechos alternativos na ausência dos elementos tidos como adequados. Esse exercício imaginativo, utópico se quisermos, se comporta como uma tática contrafactual, pois possibilita verificar a(s) causa(s) adequada(s) em apreço, em meio a complexos comparativos de conjunções de fatores.

Existe um outro problema que é encarar a realidade anterior ao trabalho de ordenação cognitiva como irracional:

A tentativa de um conhecimento da realidade *“livre de pressupostos”* só conseguiria produzir um caos de “juízos existenciais” acerca de inúmeras concepções ou percepções particulares. E o mesmo resultado só seria possível na aparência, já que a realidade de cada uma das percepções, expostas a uma análise detalhada, ofereceria um sem número de elementos particulares que nunca poderão ser expressos de modo exaustivo nos juízos de percepção. (WEBER, 2001a, p. 129, grifos nossos)

O presente trecho lança a importância do estabelecimento de pressupostos no ato do conhecimento, dado que: “a realidade irracional da vida e o seu conteúdo de possíveis significações são inesgotáveis” (WEBER, 2001a, p. 153). Deste ponto de vista, a ausência de pressuposição nos conduz ao reino do nebuloso, da percepção caótica entendida como o oposto da ordenação. Trata-se da referida concepção racionalista crítica, de uma razão que antevê seus limites. Sendo assim, seguimos a pista que nos coloca Max Weber como um pensador cuja ótica “racionalista é a perspectiva de se encontrar os fenômenos sócio-históricos quanto ao sentido e grau de coerência racional, o que envolve procedimentos lógicos a respeito das irracionalidades” (NOBRE, 2004, p. 32). A outra dimensão deste racionalismo teórico é a questão da significação ou atribuição de valor como um ato circunscrito pelo repertório subjetivo do sujeito cognoscente. É o que veremos a seguir.

### 3.3. O sujeito cognoscente em Weber

Neste tópico exploraremos os elementos que Weber utiliza para trabalhar com uma caracterização do sujeito cognoscente. Nossa atenção maior consiste em focalizar o sujeito a partir da limitação da cognição possível, numa caracterização que explora a relação entre a apresentação dos elementos empíricos e a possibilidade de sua apreensão. Em outras palavras, queremos observar a relação entre o concreto e o conhecimento, cujo desfecho consiste numa relação de contradição, num impasse epistemológico.

A passagem que temos que levar em conta para uma primeira aproximação com a qualificação weberiana de sujeito é:

Assim, todo conhecimento da realidade infinita realizado *pelo espírito humano **finito***, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado desta realidade **poderá** constituir de cada vez o objeto da compreensão científica e de que só ele será ‘essencial’ no sentido digno de ser conhecido. (WEBER, 2001a, p. 124, grifos nossos)

Grifamos “espírito humano finito” intencionalmente. Trata-se do ponto de partida de qualquer conhecimento quanto a suas **possibilidades**, ou seja, seus limites. Atente-se que nesta passagem há, de um lado, a caracterização acerca da natureza da realidade a ser conhecida (“infinita”) e, do outro, a do sujeito cognoscente (“finito”). Temos, enfim, um sujeito com capacidade cognitiva limitada, com uma possibilidade de conhecimento limitada, portanto. Atente-se à palavra “poderá”. O sentido de “possibilidade” do conhecimento tem como núcleo epistemológico o fato de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto de compreensão científica. Em resumo: de um sujeito finito, por definição, provém um conhecimento finito enquanto possibilidade. Este foco de leitura poderia ser classificado como céptico moderado: “os cépticos moderados costumam sustentar que há limites no conhecimento [...] os limites de que se fala são limites dados pela estrutura psicológica do sujeito cognoscente, pelas ilusões dos sentidos [...]” (MORA, 1994, p. 122). Devemos acrescentar: ilusões dos sentidos na experiência primeira.

Voltando para a definição de sujeito, vemos uma operação de restrição. Apenas se refere ao conhecimento e ao seu limite e toma como referência cognitiva privilegiada a operação da Razão. É um terreno clássico de discussão do problema, que ressalta a boa operação do espírito com predominância do intelecto enquanto faculdade superior, apta a dirigir as sensibilidades e os afetos, a filtrar suas influências. O sujeito da teoria do conhecimento, o sujeito kantiano, é um grande filtro das camadas mais “rasteiras” do espírito. O “tribunal da Razão” é uma instância autônoma. É o que na tradição durkheimiana se conhece como o afastar as pré-noções, ou os Ídolos baconianos.

No entanto, Weber não deixa de lado uma dimensão do sujeito comumente desprezada na teoria do conhecimento kantiana, a dimensão subjetiva. O ato de valorizar e atribuir significado, o que envolve escolher, preferir e hierarquizar, colocar-se-á como um guia do ato de imputação envolvido na construção conceitual e na elaboração de hipóteses heurísticas. Trata-se da dimensão subjetiva que valoriza, hierarquiza e avalia. No limite, trata-se de escolher pelo que é mais significativo, o que traz consigo um caráter inequivocamente parcial.

Seguindo os conceitos de Weber, o sujeito é portador de uma “relação com valores” ou de uma “relação com respeito aos valores” (*Wertbeziehung*). Outro termo específico para cunhar este ato de valorizar está contido na expressão (*Kulturwertideenn*), ou “idéias culturais de valor”.

Contemporaneamente, operação similar foi operada pela diferenciação entre uma Psicologia do Conhecimento e uma Lógica autônoma do conhecimento. Trata-se de uma distinção nuclear para se discutir o problema da objetividade. A primeira lida com questões como a origem do conhecimento em suas raízes subjetivas e imaginativas, numa atmosfera influenciada pelos afetos e sentimentos, intuições, analogias e valorizações, sendo também designada como a esfera da descoberta ou da intuição criadora (Bergson). A segunda, filtrada deste nível do sujeito, lida com questões de validação dos conhecimentos, é local de uma espécie de serenidade despojada de subjetividades e sentimentalidades, lócus de objetividade. Uma formulação contemporânea desta separação entre Psicologia e Lógica, encontra-se em Karl Popper, sobretudo em “A lógica da investigação científica”.

Feito este parêntese, Weber reconhece que estes terrenos são interconectados. Sua ênfase na importância da atribuição de significado e valorização coloca o sujeito como uma totalidade. O sujeito epistêmico do tribunal kantiano não pode ser abstraído do Homem ou Mulher que carrega o ato de conhecer. Trata-se de um sujeito historicamente referido, não um sujeito transcendental. Sua dimensão de emitir juízos de valor, normativos (dever ser), é relevante no ato de tomar posicionamentos com respeito a valores. Por outro lado, sua dimensão de emitir juízos com respeito a valores (ser significativo), o que deixa de ser normativo, é relevante como precedência na escolha de objetos e recortes dos materiais cognitivos. Trata-se do universo da “significação” (*Bedeutung*). Weber reconhece a importância fundamental das “idéias culturais de valor” e da “kultur” como “cultura pessoal”, numa dimensão do sujeito que remete para suas convicções e valores pessoais. Como afirma Weber: “[...] todo indivíduo histórico está arraigado, de modo logicamente necessário, em idéias de valor” (WEBER, 2001a, p. 131).

A premissa transcendental de qualquer ciência da cultura reside não no fato de considerarmos valiosa uma “cultura” determinada, mas na circunstância de *sermos homens de cultura*, dotados *da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente em face do mundo e de lhe conferirmos um sentido*. Seja qual for este sentido, ele influirá para que, no decurso de nossa vida, extraiamos dele **avaliações** de determinados fenômenos da vida humana e assumamos, perante eles, considerados significativos, uma posição positiva ou negativa. (WEBER, 2001a, p. 131, grifos nossos)

Nesta passagem temos trechos significativos. Ser um homem de cultura significa assumir posições e lhes conferir um sentido e se relaciona com o problema do conhecimento porque responde à necessidade de se ter um pressuposto de seleção perante o real infinito. Significação é um processo cognitivo, é uma dimensão do sujeito que lhe confere um modo de lidar com a infinitude do real, dado que a “relação com os valores” (*Wertbeziehung*) em Weber se coloca como o critério de seleção, como o “pressuposto valorativo” que orienta a seleção de traços do real. Nas palavras do autor, “basta lembrar que a expressão relação com valores refere-se unicamente à interpretação filosófica que precede à seleção e à constituição empírica” (WEBER, 2001b, p. 377). Sua importância para o problema é que “por certo sem as idéias

culturais de valor do investigador, não existiria nenhum princípio de seleção [...]” (WEBER, 2001a, p. 132).

Há um reconhecimento do sujeito enquanto um intercruzamento de diversas camadas, portanto. De início, reconhecemos as atribuições epistêmicas e todo seu repertório no interior da lógica (como vimos em nossa intersecção com o Racionalismo Crítico). Como instância vizinha, temos a possibilidade de apreensão do concreto, e, em coexistência, a influência da subjetividade via suas faces, tais como a parcialidade, a valorização, a hierarquização e a significação, (*Bedeutung*). Esta segunda classe de elementos tem em comum o fato de reforçar a voz de expressão de um conjunto de filiações mundanas no qual o próprio sujeito se insere. Weber o exprime na questão da luta entre “pontos de vista” ou na metáfora da luta entre os “deuses e os demônios de cada um”, que tem em comum o caráter de serem irreconciliáveis. Sua ênfase recai nos valores, nos pontos de vista e nas perspectivas, todos eles sendo irreconciliáveis, porque cada qual parcial.

Isto significa a impossibilidade de afirmação do sujeito transcendental kantiano. Embora Weber não o caracterize nas minúcias, sua concepção de sujeito é histórica. A referência ao caráter irreconciliável dos valores revela isso. Valores são historicamente datados e indissociáveis de relações concretas no chão dos interesses. O intercruzamento dos valores com sua possível derivação a partir da constelação de interesses políticos e econômicos presentes no sujeito é sempre referida em seus escritos. Sobretudo nas conferências sobre a “Política como vocação” e a “Ciência como vocação”, que exaltam uma ênfase ética (de um isolacionismo neutro), por parte do intelectual, de separar sua atividade de cientista de sua atividade política e de suas convicções políticas, advindas de seus próprios interesses ou de sua inserção em círculos de interesse. Veremos isso posteriormente, em outro nível de colocação do problema, não focado no sujeito cognoscente. Aqui, nos limitamos a enfatizar que as idéias e os valores (os pontos de vista) **podem** ser associados a interesses concretos, pois, neste momento, isso não nos interessa enquanto questão de pesquisa. Nosso ponto consiste em observar a “dança de confronto” weberiana, em outras palavras, a colocação de um problema epistemológico fundamental, do qual veremos as principais implicações em outros níveis.

### 3.4. O Impasse epistemológico: problema gerador da pesquisa

Estamos no momento de colocar uma questão que exprima o problema com que trabalhamos até aqui no sentido de sintetizá-lo. Segundo o que extraímos das definições de realidade e de sujeito, a experiência imediata se caracteriza por ser infinita, inesgotável, caótica, nebulosa, indomável, confusa, embaralhada, um fluxo informe e incomensurável. Por seu turno, o sujeito se caracteriza por possuir uma cognição finita, com um conhecimento finito e limitado, possui, portanto, um horizonte cognitivo limitado.

**A relação entre o concreto e o conhecimento se dá, portanto, por meio de um contraste fundamental entre a qualificação do primeiro enquanto reino do infinito e do segundo enquanto um campo de limites.** O conceito de infinito possui um viés marcante para esta relação. Quando utilizado numa referência de qualificação do concreto, nos gera uma imagem de um fluxo de interações sem limite e sem fronteiras. Gera a imagem de um “cosmos social” repleto abundantemente de interações, também elas sem limites ou fronteiras.

No que se refere ao ato de conhecer e, mais especificamente, à construção do conhecimento nas Ciências Sociais, Weber nos traça um impasse, que é a finitude do conhecimento em face de um real infinito e irracional. Sugerimos que esta forma com que Weber coloca o problema pode ser expressa pela metáfora da “dança de confronto”.

Neste sentido, formulamos uma questão que sintetiza o problema gerador desta pesquisa: **se a realidade a ser conhecida pelas Ciências Sociais se define como infinita e diversa, caótica e irracional, e se, ao mesmo tempo e como agravante, o sujeito cognoscente se caracteriza como finito, com um conhecimento possível finito, como lidar com isso? Como Weber lida com este impasse e quais suas implicações?**

Aparentemente, o termo “impasse” não aparece na literatura epistemológica desta forma. O utilizamos com o sentido de dilema e obstáculo epistemológico. Em relação ao último termo, nos aproximamos da noção de “obstáculo epistemológico” de Bachelard (2001) em “A Formação do Espírito Científico”:

Não de obstáculos externos, como a complexidade e fugacidade dos fenômenos [...] nem de incriminar a fragilidade dos sentidos e do espírito humano [...] mas é no próprio ato de conhecer que aparecem [...] lentidões e conflitos (BACHELARD, 2001, p. 17).

Dito de outro modo, o ato de conhecer possui lentidões e conflitos, possui fraquezas, e isso molda seus limites e o campo da complexidade do mundo da vida.

## 4 O MÉTODO EM WEBER: CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E COMPARAÇÃO HISTÓRICA

Nesta seção observamos os conceitos tipos ideais e a importância do papel subjetivo da “significação” (*Bedeutung*), ou seja, da atribuição de valor de conhecimento a determinadas questões, num contraste hierárquico com o não significativo. Discutimos com isso o problema da objetividade a partir da implicação da dependência do conhecimento aos pressupostos valorativos. Observamos que Weber lança a pressuposição de um conhecimento incondicionalmente válido para tentar lidar com a questão, sendo que para tanto se utiliza das táticas históricas comparadas como forma de submeter hipóteses teóricas e imputações causais (significativamente orientadas) à experimentação. Isso nos lança para observar a especificidade do diálogo experimental, a partir do tipo de formulação problemática que necessita ser submetida à possibilidade de ser dada numa experiência. Seu método de comparação nos parece ser intrinsecamente ordenado pela construção típico ideal. Isso repercute numa parcialidade do trabalho empírico, e colocamos este a partir de um qualificativo: **artesanal**. Sendo assim, o manejo empírico em Weber trabalha o registro histórico comparado como passível de fornecer evidência a partir da pressuposição de hipóteses de trabalho que ordenem preventivamente **o que deve** ser comparado e **como deve** ser comparado.

### 4.1. Trabalho cognitivo como superação do impasse epistemológico

Vimos que na qualificação do concreto (materiais do conhecimento) a partir do registro específico de Weber, estava contida o qualificativo infinito. Qual a implicação mais elementar de um “cosmos social” repleto abundantemente de interações, também elas sem limites ou fronteiras? Tendo por base o que denominamos de trabalho cognitivo no interior do Racionalismo Crítico, o que está em jogo é a irracionalidade. O infinito é o reino da irracionalidade, do que é desprovido de medidas, de limites e de formas. Como enunciamos na seção 2, “o material de nossa percepção é horizontal e



verticalmente variado e tem que ser transformado e simplificado, por meio da formação generalizadora ou individualizadora de conceitos” (SCHLUCHTER, 2000, p. 38). Tendo em vista que esta filiação epistemológica pressupõe a ordenação do concreto, através de seus instrumentais inteligíveis, trata-se de fazer operar qualidades cognitivas como a determinação e a causalidade, a previsão e o controle.

Trata-se de um problema geral. A cosmologia pós Newtoniana ao mesmo tempo em que postulava um universo infinito e desprovido de centro, colocava a instância do cálculo matemático por expressões simples em forma de leis, como orquestração do infinito. Como orquestrou ele o infinito? A abundância incomensurável de estrelas, observada desde tempos imemoriáveis como uma faixa esbranquiçada que atravessa o firmamento, passa a ser regida pela gravitação universal. Assim como a variedade impressionante de corpos, cada vez mais observada como formações sucessivas de grandeza, de sistemas planetários, de aglomerados estelares, de nebulosas, galáxias e aglomerados delas, e assim continuando. Qual a função de uma equação como a gravitação universal? Trata-se de cortar a ampla diversidade do observável, riqueza abundante de detalhes, por via da seleção do que é **reversível**. A reversibilidade é o alvo, bem como a circularidade e a repetição constante.

Sugerimos este exemplo como o terreno em que a implicação epistemológica do infinito se coloca em sua maior clareza. Sobretudo porque ele nos coloca, abstraindo sua peculiaridade, a importância de uma ferramenta cognitiva de validade universal, que lida com este obstáculo epistemológico, que é a seleção.

Como selecionar?

Em primeiro lugar, colocamos o alerta de que no registro das Ciências Sociais, sobretudo na corrente onde se insere Weber a partir do historicismo, a seleção jamais se opera pela busca do que é reversível, circular e constante. O caminho de criar leis em forma de enunciados com alto teor de generalização é vedado como fim último. O que ocorre, ao contrário, é a valorização dos fenômenos propriamente históricos como intrínsecos a uma ordenação temporal irreversível, não circular, portanto. Cada mudança histórica, ao lado de cada permanência, é da ordem do ocorrido e do irreversível, como uma “flecha do tempo” que não retorna. A orientação temporal é a da

singularidade. A seleção segue os traços de uma combinação singularizante de elementos, auxiliada por uma busca, paralela, de generalização.

Como Weber seleciona?

Neste sentido, devemos recuperar o elemento de definição do sujeito, a saber: ele é portador de valores. Os valores, ou como diz Weber, “a relação com os valores” (*Wertbeziehung*), são meios de lapidar a seleção do real infinito na construção do objeto do conhecimento. Mais do que isso, a relação com os valores, ao nortear a seleção e a construção do objeto de pesquisa, imprime uma determinada **perspectiva** para a sua construção. Neste processo, o sujeito ordena a realidade enquanto objeto de conhecimento no sentido de negar seu caráter irracional e caótico.

Podemos chegar à conclusão de que, se no início da pesquisa, anteriormente a qualquer seleção e construção do objeto de conhecimento, a realidade aparece como infinita, inesgotável e irracional, após este trabalho cognitivo (seleção a partir de valores), o objeto ganha significado: é uma reconstrução do real mediante uma perspectiva. Se lembrarmos o quadro de adjetivos que qualificam a experiência imediata, este trabalho cognitivo possui como meta superar o caráter inesgotável e torná-lo esgotável para a pesquisa. Em passagem fundamental de Weber: “[...] somos conduzidos à peculiaridade do método nas ciências da cultura; ou seja, das disciplinas que aspiram a conhecer os fenômenos da vida segundo sua significação cultural” (WEBER, 2001a, p. 92).

Vejamos com mais detalhes:

E o que há de decisivo é o fato de a idéia de um conhecimento dos fenômenos individuais só adquirir sentido lógico mediante a premissa de que *apenas uma parte finita da infinita diversidade de fenômenos é significativa* [...] esse caos só pode ser *ordenado* pelo fato de que, em qualquer caso, unicamente um *segmento da realidade* individual possui *interesse e significado para nós*, posto que só ele se encontra em *relação com as idéias culturais de valor com que abordamos a realidade*. Portanto, só alguns aspectos dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma significação geral para a cultura, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto de explicação causal. (WEBER, 2001a, p. 129, grifos nossos)

Em primeiro lugar, temos que prestar atenção na palavra “ordenado”. Como tal, “ordenado” aparece, senão como sinônimo, ao menos como paralelo ao procedimento

de seleção. O “caos” da realidade infinita se “ordena”, o que já pressupõe o recorte, a seleção, ou seja, trata-se de “um segmento da realidade” e não da realidade tal como é definida e tal como se apresenta enquanto ausente do trabalho de conhecimento do sujeito. Lembremos Jaspers quando afirma a recusa de Weber de pensar a totalidade. Há, portanto, uma enfática separação entre o nível empírico dos acontecimentos, dos fenômenos, e o de sua presença enquanto objeto de conhecimento. Há também uma dosagem de imputação e podemos falar num processo de abstração, ou seja, numa “operação mediante a qual alguma coisa é escolhida como objeto da percepção, atenção [...] pesquisa, e isolado de outras coisas com que está em uma relação qualquer” (ABBAGNANO, 1970, p. 04). A seleção, portanto, é um processo de abstração. Isso também nos remete para a ordenação no interior do Intelecto, aquilo que referimos como uma concepção racionalista de conhecimento.

A seleção pelo ordenamento lida com o impasse, pois supera ao menos provisoriamente o caráter caótico e irracional do real; neste momento o real é objeto de conhecimento significativo, pois se relaciona com “idéias culturais de valor” (*kulturwertideen*). Paralelamente, o real se ordena a partir de uma determinada perspectiva, o que, no fundo, não é senão a manifestação traduzida dos valores na construção do objeto de conhecimento.

A irracionalidade do real (quando ausente do ordenamento do sujeito) é superada com a “eleição” de determinada quantidade de fenômenos pela sua significação e por sua referência aos valores e à perspectiva. Por seu turno, o caos e a infinitude do real (também anteriores ao ordenamento do sujeito), são superados ao serem construídos enquanto objeto do conhecimento. Logo, há uma separação entre o campo empírico de manifestação dos fenômenos, anterior ao ordenamento do sujeito, e o campo do objeto enquanto objeto pensado. Há também uma separação entre o nível empírico e o objeto dele abstraído no trabalho do sujeito; por isso, como nos lembra Cohn, para Weber há separação entre a História e o conceito.

Dos elementos do impasse epistemológico (infinitude, caos e irracionalidade do real, bem como sujeito e conhecimento possível limitado), que são condição do conhecimento, registramos o trabalho cognitivo que Weber mobiliza, o que repercute no método: **a seleção que supera o impasse de um sujeito limitado em face de um**

**real infinito; a perspectiva e a relação com os valores que superam o caráter irracional do real, sendo critérios de seleção; por fim, o conhecimento como representação, que constitui um ponto de chegada do conhecimento, após todo o trabalho do sujeito. Poderíamos denominá-los como a dança de confronto weberiana.**

Com isso supera-se, ao menos provisoriamente, o impasse. Mas esta solução ao impasse é provisória. Por que? Existem algumas advertências de Weber à natureza das Ciências Sociais. Elas são, como diz o autor, “ciências jovens”. Assim se definem, pois em hipótese alguma os cientistas sociais alcançarão um quadro geral e sistemático da realidade social. Não alcançarão um conjunto de leis universais e incondicionalmente válidas, tal como em Física e em Cosmologia se pretendeu e ainda se pretende chegar com determinadas porções de equações matemáticas: não temos o sonho dos cosmólogos. Esta seria uma conclusão facilmente extraída da definição do “modo como se nos apresenta a vida”, que Weber transfere para as Ciências Sociais. Sendo o mundo humano infinito e inesgotável, esta natureza manter-se-ia indefinidamente, pelo menos enquanto o cientista social não se tornar onipresente, onipotente e capaz de reproduzir um “real infinito e pensado”. Isso evidentemente não é dado.

Mas existe outra razão para se levar em conta que esta superação do impasse, tal como a chamamos, seja provisória. Trata-se de que, além desta definição de realidade que enfatiza o limite do conhecimento “que só se realiza com respeito a algo”, como diz Jaspers, a realidade social e a História são dinâmicas. Como tal, os problemas levantados como relevantes ao conhecimento, os problemas significativos, os quais norteiam a pesquisa, se transformam a todo momento:

O fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade. Os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante sob um aspecto diferente, e permanecem variáveis: o âmbito daquilo que, no fluxo eternamente infinito do individual, adquire para nós importância e significação se converte em “individualidade histórica” [...]. (WEBER, 2001a, p. 133)

As Ciências Sociais serão sempre “ciências jovens”: é o que se apresenta no trecho citado. Portanto, a solução ao impasse do conhecimento é provisória. Assim

Weber se refere ao seu próprio empreendimento, como posto na epígrafe de nossa pesquisa:

[...] nenhum desses sistemas de pensamento, que são imprescindíveis para a compreensão dos elementos significativos da realidade, pode esgotar a sua infinita riqueza. Todos não passam de tentativas *para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito de nosso interesse* [...] O aparelho intelectual que se desenvolveu no passado mediante uma elaboração reflexiva da realidade imediatamente dada [...] correspondia ao estado do conhecimento e à orientação assumida pelos interesses, encontra-se em contínuo confronto com tudo o que podemos e queremos adquirir quanto ao conhecimento novo da realidade. (WEBER, 2001a, p. 148, grifos nossos)

Provisória, mas consiste em nossa sinalização do trabalho cognitivo em Weber, qual seja: a referência a valores confere o caráter de seleção, o caráter do conhecimento entrelaçado em pontos de vista particulares (perspectivas), numa construção do objeto de pesquisa. Portanto, a seleção se sobrepõe ao impasse original que se coloca no limite do conhecimento finito. Eis outra aproximação com o método: a reivindicação de pontos de vista particulares, como veremos ao desenvolver o problema da perspectiva. A solução ao impasse é provisória, sobretudo porque engendra outro impasse, qual seja: a possibilidade de que a pesquisa, em todas as suas fases (seleção inicial do nível empírico, articulação em termos de nexos causais, lógica interna), seja dependente de sua relação inicial com os valores, sobretudo quando estes se traduzem em perspectiva.

Com isso, exploraremos a possibilidade da neutralidade axiológica ou da “liberdade de valores” (*Wert-freiheit*), bem como da possibilidade da existência dos “juízos de fato”. Por enquanto, devemos reter esta sinalização do método (seleção e significação) bem como de onde ela deriva, ou seja, de seu pressuposto: “[...] apenas um fragmento limitado desta realidade poderá constituir o objeto da compreensão científica e de que só ele será ‘essencial’ no sentido de ser digno de ser conhecido” (WEBER, 2001a, p. 124). Como finalização desta primeira aproximação do método em Weber em função da epistemologia, “a relação com os valores é que guiará o interesse científico no necessário recorte do infinito e incessante fluir das ações humanas, de

suas manifestações e realizações, para dessa maneira construir seu objeto de conhecimento” (SAINT-PIERRE, 1994, p. 33, grifos nossos).

#### **4.2. Construção de tipos ideais: significação e ordenação da investigação.**

Em nosso exame de Weber, resumidamente, recuperamos a discussão referente às possibilidades do conhecimento, apoiando-nos e retendo questões de alguns estudiosos. Logo após, numa interpretação de Weber, recuperamos estas definições (de realidade e de sujeito) e verificamos a conseqüência para um impasse do conhecimento. Posteriormente, lançamos a questão da maneira como Weber soluciona este problema de condição de conhecimento. A seleção realizada a partir de valores informa determinados pontos de vista e de perspectiva para a construção do objeto de conhecimento.

Nesta seção nos aproximaremos melhor do método, a partir de um exame do tipo ideal. Como Weber caracteriza o tipo ideal? Como o tipo ideal incorpora estas dimensões do método já traçadas, ou seja, a seleção a partir de perspectiva e a construção do objeto de conhecimento enquanto representação? O tipo ideal não é construído como reflexo do real, muito pelo contrário: “é pelo seu afastamento do real concreto e através da acentuação unilateral das características de determinados fenômenos que ele chega a uma explicação mais rigorosa do caos existente no social” (TRAGTENBERG, 2001, p. XXXVI). Segundo esta pista, podemos colocar a relação entre o caos empírico e a explicação, por via do afastamento e da acentuação unilateral atribuídas a estes conceitos.

Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação unilateral* de um ou de vários *pontos de vista* e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e *que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados*, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. (WEBER, 2001a, p. 137-8, grifos nossos)

Destacamos “acentuação unilateral” e “pontos de vista”. Quando levamos em conta a seleção, a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista (*gesichtspunkte*) permite o encadeamento dos fenômenos para a formação do quadro de pensamento. Neste sentido, é o ponto de vista, ou a relação com os valores que orienta o encadeamento dos fenômenos, sua seleção. A novidade é a acentuação da perspectiva no trato com o material empírico, pois o encadeamento dos fenômenos se orienta por essa “refração” a partir de um ponto de vista unilateralmente acentuado, ou seja, do que é significativo. Sendo assim, a construção do tipo ideal é orientada por uma perspectiva: o acentuamento de determinada perspectiva não é senão a tradução de determinados pontos de vista valorativos, logo, o acentuamento de determinada constelação de fatos extraídos do nível empírico.

A passagem decisiva, talvez a principal, que reivindicamos como aproximação fundamental do método em Weber, é:

*Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural ou [...] dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas **perspectivas especiais e parciais**, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa. (WEBER, 2001a, p. 87, grifos nossos)*

A perspectiva se coloca como critério de construção do objeto de pesquisa, via seleção, análise e organização do nível empírico no nível do objeto. O que significa isso? Como lembra Cohn, significa que o objeto do conhecimento social não se impõe à análise, como já dado, mas é construído nela própria, através dos procedimentos metódicos do investigador:

*[...] não se trata de reproduzir em idéias uma ordem objetiva já dada, mas de atribuir uma ordem a aspectos selecionados daquilo que se apresenta à experiência como uma multiplicidade infinita de fenômenos. É claro que isto envolve uma postura ativa do pesquisador, que não é concebido como um metódico registrador de “dados”, mas tampouco é mero veículo para a introdução de tais ou quais “visões de mundo” nos resultados da pesquisa. (COHN, 2001, p. 22)*

Lembremos a advertência de Aron de que no início da investigação científica localiza-se uma escolha de orientação subjetiva, o que coloca a questão de se lidar com a objetividade. O tipo ideal depende de seus pressupostos, que são inerentes à formação destes conceitos. Weber reconhece que o conhecimento via formação conceitual se amarra a premissas subjetivas, pelo menos em seu ponto de partida:

O conhecimento científico-cultural, tal como o entendemos, encontra-se preso, portanto, a premissas “subjetivas”, pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentam alguma relação, por muito indireta que seja, com o acontecimento a que conferimos uma significação cultural. Apesar disso, continua naturalmente a ser um conhecimento puramente causal [...]. (WEBER, 2001a, p. 132)

Weber não lança dúvida alguma a respeito do caráter subjetivo das idéias de valor. Chega mesmo a afirmar que “disto resulta que todo conhecimento da realidade cultural é sempre subordinado a pontos de vista especialmente particulares” (WEBER, 2001a, p. 131). Se lembrarmos a irracionalidade e caos do real, são justamente as idéias de valor que conferem sentido à parte finita, selecionada para exame enquanto objeto de conhecimento. No entanto, temos que enfatizar que a tentativa weberiana de superar este “problemático” ponto de partida subjetivo da construção do tipo ideal e do objeto de pesquisa, se coloca através do trabalho comparativo ou método comparativo. Trata-se da comparação do tipo ideal com a História e da verificação das possibilidades empíricas de validação de hipóteses. Neste sentido, a História, na medida em que fornece a possibilidade de validade da construção teórica, é o meio de avaliar as hipóteses formuladas com auxílio desses conceitos.

Trata-se (tipo ideal) de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade a maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito – limite, puramente ideal, em relação ao qual se *mede a realidade* a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual é comparada [...]. (WEBER, 2001a, p. 140, grifos nossos)



No trecho citado fica claro que o conceito construído pelo pesquisador não se coloca como uma cópia da realidade histórica, não emana da realidade, mas, ao contrário, pressupõe um hiato irracional para com a realidade, esta jamais atingida.

Não existe o “fato puro” do positivismo nem sua categoria do “dado”, muito menos sua reprodução no espelho do conhecimento (vimos a atualização deste problema na seção 2, no exame de Habermas, Kuhn e Bourdieu).

Os conceitos tipos ideais são uma utopia, uma construção intelectual referida aos elementos empíricos extraídos e agrupados, via determinada perspectiva, a ser comparada com o próprio nível empírico a que se refere. A ser comparada com alguns elementos do nível empírico. Com quais elementos? Com os dados empíricos significativos, selecionados de forma não arbitrária, ou seja, com um nível da realidade empírica que se quer esclarecer via tipo ideal. Há um confronto dos tipos ideais com o nível empírico em forma de comparação histórica, orientado segundo o que é significativo de se conhecer. **A acentuação de determinados fenômenos na construção dos tipos ideais se acompanha, pois, de um procedimento paralelo que é a acentuação daquilo que, na realidade, se colocará como critério de validade empírica dos tipos construídos.**

Se o tipo ideal não se coloca como uma cópia da realidade, sendo produto de seleção e de acentuação de determinada cadeia de fenômenos mediante perspectiva, portanto, levando em conta o hiato para com a realidade empírica, redimensiona uma definição de conhecimento que é definida pela representação. Weber trabalha uma epistemologia representacional do conhecimento.

Por certo que, sem as idéias de valor do investigador, não existiria nenhum princípio de seleção, nem o conhecimento sensato do real singular, da mesma forma como sem a crença do pesquisador na significação de um conteúdo cultural qualquer, resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade individual, pois *também a orientação da sua convicção pessoal e a difração de valores no espelho de sua alma conferem ao seu trabalho uma direção.* (WEBER, 2001a, p. 132, grifos nossos)

A importância do uso desta citação está em que, isto que em metáfora, Weber caracteriza como “difração de valores” influencia o andamento da investigação. Na

difração, a luz provinda de um ponto de partida, ao passar pelo meio óptico, difrata-se e adquire novas direções. Nesta metáfora de Weber, o meio óptico representa o ato de conhecer, sendo que o nível empírico (luz do ponto de partida) é transformado na ordem da representação (a luz desviada); há uma separação, até mesmo uma ruptura, entre os dois níveis (a luz é desviada). Metáforas e analogias, por mais que esclareçam pontos centrais, têm o seu limite:

*Somente captamos a realidade através de uma cadeia de transformações na ordem da representação (...). De certo, nada há de mais perigoso que a confusão entre teoria e história, nascida dos preconceitos naturalistas. Esta confusão pode apresentar-se sob a forma da crença na fixação de quadros conceituais e teóricos do conteúdo 'propriamente dito' (...) no qual a história deverá ser introduzida à força, e hipostasiando as 'idéias' como se fossem a realidade 'propriamente dita', ou as 'forças reais' que, por trás do fluxo dos acontecimentos, manifestam-se na história. (WEBER, 2001a, p. 140-1, grifos nossos)*

As idéias não são a realidade, nem exprimem as “forças reais”. Aqui se encontra o afastamento de questões ontológicas. Lembre-se que o real propriamente dito é incognoscível. Weber repudia a teoria do conhecimento antiga e Escolástica cujo ato de conhecimento se põe como identificação direta com o empírico a partir de uma identidade quase absoluta entre os conceitos e a realidade. Como vimos isto está fora da base epistemológica em que Weber se apóia. Em relação a esta base, por mais que tenha sido incorporada peculiarmente pelo autor, é preciso que deixemos bem claro que ela é explicitamente traçada por ele próprio:

*Para aquele que desenvolve, levando às últimas conseqüências, a idéia fundamental da moderna teoria do conhecimento baseada em Kant, segundo a qual os conceitos são e só podem ser meios intelectuais para o domínio espiritual do empiricamente dado [...] não constituem a realidade empírica, nem a podem reproduzir, mas que permitem ordená-la de modo válido pelo pensamento. (WEBER, 2001a, p. 149-52)*

O que significa isso? Neste momento, temos um primeiro fechamento: significa que o conhecimento, enquanto uma representação, consiste no tipo ideal como um meio de apreensão e medição da realidade, é o ponto de chegada de um trabalho que

possui o pressuposto mais profundo de que ao conhecimento não é possibilitada a reconstrução do empiricamente dado, ou seja, a possibilidade de conhecimento faz deste, por definição, finito e seletivo. Trata-se, portanto, de uma ordenação aproximativa do concreto. Em forma de síntese do percurso de Weber, as idéias de valor mostram sua importância no ato do conhecimento em Ciências Sociais, sobretudo por ser um critério que organiza a necessária seleção. Vimos o quanto estas idéias de valor, que remetem para a esfera das convicções, da *kultur*, constituem parte fundamental da definição de sujeito para Weber. Portanto:

A 'objetividade' do conhecimento no campo das Ciências Sociais depende antes do fato de o empiricamente dado estar constantemente orientado por idéias de valor, que são as únicas e conferir-lhe valor de conhecimento [...] *A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de possíveis significações são inesgotáveis*, e a configuração concreta das relações valorativas mantém-se flutuante, submetida às variações do futuro obscuro da cultura humana; a luz propagada por essas idéias supremas de valor ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do curso caótico de eventos que fluem através do tempo. (WEBER, 2001a, p. 153, grifos nossos)

Portanto, no que se refere ao impasse originário da dimensão epistemológica, recuperada do autor, temos o papel dos valores não só como um ponto de chegada da trajetória do conhecimento e de sua operação por parte de um sujeito, mas também como princípio ordenador do nível caótico dos fenômenos que se traduz numa hipótese de trabalho, sendo o tipo ideal um meio heurístico para tanto. No entanto, por mais que tenhamos este papel dos valores como parte de uma solução ao impasse epistemológico inicial, um problema permanece. Os valores se colocam de maneira inerente e indissociável das várias fases da pesquisa inclusive no seu término?

#### **4.3. O nível de dependência do conhecimento aos pressupostos valorativos**

Nesta seção examinaremos a questão da neutralidade axiológica. O que queremos saber é até onde se estende o ponto de vista orientado por valores: se consiste apenas numa orientação da hipótese de trabalho e da construção conceitual

ou se também está presente em outros níveis, como na articulação causal e na validação. Se, como uma possibilidade a ser investigada, tal ponto de partida subjetivo se incorpora também numa dimensão de articulação lógica dos enunciados, de sua articulação causal e de sua validade empírica, como encarar a questão da objetividade da ciência, tão cara a Max Weber? O modo de se posicionar perante a questão passa pela possibilidade de se sustentar a autonomia de uma lógica do conhecimento apta a operar o nível da fundamentação, por via, sobretudo, da purificação dos valores, que são, aqui, uma classe de elementos da psicologia do conhecimento.

O encaminhamento destas questões nos permite uma aproximação crítica em relação à proposta de Weber no que se refere a uma ciência livre de juízos de valor. Segundo o que já recuperamos do autor é sabido que, no começo da pesquisa, há a necessidade da “relação com os valores” (*Wertbeziehung*) como um necessário critério de seleção do nível empírico e, no seu término, estas “idéias de valor culturais” (*kulturwertideen*) deveriam ser separadas dos resultados da explicação e validação empíricas, ou seja, trata-se da busca de uma neutralidade axiológica dos resultados. A busca é a “liberdade de valores” (*Wert-freiheit*) no sentido de se criar uma espécie de “vigilância epistemológica” em relação aos juízos de valor normativos. Tal empreendimento se faria, sobretudo, através do constante confronto com a História. Na corrente deste pensamento, parte-se de pontos de vista axiológicos para a separação dos resultados da pesquisa, livres de julgamentos de valor. Neste sentido, as conclusões da investigação empírico-causal deveriam ser aceitáveis, objetivas, válidas de uma maneira unânime.

Weber, neste sentido, propõe que através do processo de demonstração científica validada pelo método, os resultados, o ponto de chegada da pesquisa, têm validade unânime. O problema a ser examinado se refere ao círculo de influência de outro elemento subjetivo, os juízos com respeito aos valores ou relação com valores (*Wertbeziehung*). Examinaremos especificamente a influência da significação na construção conceitual bem como na validação empírica.

Trata-se de um posicionamento que pressupõe a possibilidade de um conhecimento incondicionalmente válido, por via dos critérios de demonstração corretos, mediados pela universalidade do método científico, o que significa uma

antecipação do que mais contemporaneamente resultou na autonomia de uma lógica do conhecimento, como vimos em Popper. Aqui, podemos retomar o trabalho cognitivo, no interior da operação da Razão e do Intelecto, como modo de manutenção da serenidade do espírito.

Neste sentido, o método seria responsável por garantir a passagem da “relação com valores” (*Wertbeziehung*) para a validação, a partir da separação dos juízos de fato dos juízos de valor. “Deve-se” separar o ser do dever ser. A questão que Weber coloca é a não dedução dos fatos a partir dos valores. No entanto, os valores estão incorporados nos critérios da necessária seleção, mas não devem orientar juízos de valor na chegada das respostas ou conclusões. Se o objeto de pesquisa também se define a partir do ponto de vista valorativo e da acentuação da perspectiva, o trato empírico dos fatos, sua combinação e composição causal estão submetidas “a regras objetivas e universais, a um tipo de conhecimento de validade absoluta” (LÖWY, 1987, p. 37). Os valores, segundo Weber, orientam: a escolha do objeto; a direção da pesquisa; o que é importante ou irrelevante (significativo); a orientação do aparelho conceitual utilizado; a problemática e as questões que se colocam à realidade. Estariam restritos, portanto, à esfera da descoberta. No entanto, “com o auxílio do método, há a garantia da separação entre valor e fato” (LÖWY, 1987, p. 38).

Os resultados da pesquisa, mesmo jamais se igualando ao nível empírico, medem sua validade por ele. É justamente neste ponto, nuclear, que se encontra o argumento de Weber para defender a possibilidade de um conhecimento incondicionalmente válido: uma “ciência da realidade” confronta suas elaborações conceituais ou típicos ideais com o nível empírico. Aqui se encontraria o nível da validação.

No contexto weberiano, o que significa validar? Em primeiro lugar, significa o exame dos critérios formais a partir do trabalho ordenador no interior do Racionalismo Crítico (tabela 2, seção 3) e da superação do impasse epistemológico (subseção 4.1); significa a busca de rigor e de clareza na construção de conceitos; significa a tentativa de validação intersubjetiva, ou seja, a exposição do conhecimento ao debate e à crítica, ao contraste de pontos de vista. Como gostaríamos de enfatizar, significa lutar pela validade das hipóteses históricas empíricas propostas. Sendo assim, “o critério de

validação para hipóteses históricas empíricas [...] é, para Weber, o exame a partir dos dados empíricos existentes” (PAIVA, 1995, p. 24). O esforço de Weber se concentra na lógica de demonstração, a partir de “procedimentos de validação e de falsificação dessas hipóteses [históricas]” (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p. 50).

Adentramos em um ponto que já nos referimos algumas vezes como a especificidade da categoria experiência: a História. A História mede as condições de possibilidade e de validade do nível teórico. Aí se encontra a incorporação do historicismo por Weber. A História mede as condições de possibilidade e de validade das hipóteses através “dos limites empiricamente dados para a generalização dos resultados da pesquisa e dos limites da vigência dos problemas que exprimem os *interesses* dos pesquisadores” (COHN, 1979, p. 95). No entanto, o papel da História não é o de acompanhar como um trilho empirista a vigência dos conceitos. Weber repudia o empirismo radical.

Qual o papel da História em face do problema da subjetividade e da perspectiva?

Trata-se da idéia de verdade do conhecimento histórico, da possibilidade de vigência empírica a partir da formulação de hipóteses que podem dar encaminhamento a evidências de demonstração correta. Em outras palavras, da possibilidade de se submeter juízos problemáticos, hipóteses, ao histórico e de ter nele o terreno da busca de provas corretas. Daí a importância dos juízos problemáticos (seção 2). Neste ponto aparece certa afinidade de Weber com o positivismo: “existem muitas histórias, mas somente uma ciência legítima, ou, mais precisamente, existe a unidade do método científico” (COHN, 1979, p. 107). Uma passagem de Weber torna claro este ponto:

É preciso não darmos a tudo isso (dependência inicial da relação com os valores) uma falsa interpretação no sentido de que consideramos que a autêntica tarefa das Ciências Sociais consiste numa perpétua caça a novos pontos de vista e construções conceituais. Pelo contrário, convém insistir mais do que nunca sobre o seguinte: *servir o conhecimento* da significação cultural de **complexos históricos e concretos** constitui o único fim último e exclusivo ao qual, juntamente com outros meios, está também dedicado o trabalho e crítica de conceitos. (WEBER, 2001a, p. 127, grifos nossos)

Esta passagem nos aproxima de uma outra característica do método em Weber que lida com a questão do perspectivismo no sentido de superar seja seu relativismo,

seja seu nível de utopia: **um método de comparação que “serve” de história concreta às conclusões teóricas.** Neste sentido, para Weber, a “validade do conhecimento empírico obtido se mede pelo confronto com o real e não com quaisquer valores ou visões de mundo” (COHN, 2001, p. 22). Trata-se da citada presença do historicismo e do positivismo como estratégias lançadas para exorcizar o necessário ponto de partida na relação com os valores, no sentido de sempre superar os tipos ideais. O centro de tal postura para com a História é ter nela a prova dos fatos, as evidências.

A questão é “servir” de História o perspectivismo para que ele não caia num subjetivismo e, mais em específico, para que ele não caia numa impossibilidade de se praticar uma ciência livre de juízos de valor. No entanto, no que se refere à comparação entre a construção teórico-conceitual e a História, o nível empírico se ordena pela perspectiva e pelo viés significativo forjado em conceitos.

O que temos que trabalhar é a noção de evidência. Constatamos uma ambigüidade em Weber: no nível de elaboração do tipo ideal, em seu limite de vigência empírica, os fatos são “artesanalmente” construídos. Entretanto, na fase de validação, os fatos se colocam como prova, como se no confronto das hipóteses históricas com os fatos, a dimensão de relação aos valores e a perspectiva perdessem centralidade. Isso é o significado da autonomia da validação: os fatos, no nível do método comparativo devem ser prova, pois são evidências. No limite, representam a garantia de que ao necessário aporte subjetivo se sobreponha uma ciência da realidade a partir da perspectiva: a História seria o juiz. Esta é a proposta que Weber lança para lutar contra o impasse, no entanto, temos de problematizá-la.

O que é uma evidência? **Pensamos a evidência enquanto uma construção não arbitrária, no sentido de levar consigo os elementos conceituais significativos, ou seja, de não poder ser tomada independente da esfera da descoberta: trata-se de uma reconstrução empírica significativa, ordenada conceitualmente.**

Para uma tentativa de superar o ponto de partida inicial da seleção significativa e lhe sobrepor uma saída, citamos de forma esquemática alguns pontos: 1) Tem-se de controlar a possibilidade de que a perspectiva da investigação oriente previamente a

conclusão e a causalidade. No entanto, isso pode resultar num irracionalismo, numa quebra de inteligibilidade. 2) Tem-se de controlar a possibilidade de que o método comparativo através da História faça com que esta se comporte como fornecedora de evidências agrupadas e construídas pela perspectiva da pesquisa. Trata-se de fazer da História o juiz, deslocando a perspectiva. O irracionalismo, novamente, é o perigo. 3) Tem-se de admitir a possibilidade de existência de fatos e evidências não distorcidos por este processo, ou seja, a separação entre juízos de valor e juízos de fato. Tem-se de admitir a possibilidade de se superar o próprio enviesamento da História.

A construção do objeto de pesquisa como representação é um nível problemático em que a possibilidade de um ponto de chegada livre de seu ponto de partida na relação com os valores é questionada. Esta é uma colocação importante para defender o caráter de construção da evidência e da imbricação entre descoberta e validação. O que ocorre aqui, e Weber toma consciência, é a impossibilidade de se trabalhar com evidências puras no nível do confronto do tipo ideal com a História, ou seja, da possibilidade de a História ser de fato utilizada tão somente como fornecedora de juízos de fato, de evidências, independentes da hipótese e da perspectiva.

Em outras palavras, o problema em aberto consiste na eficácia do método comparativo em fornecer evidências ou confirmar evidências empíricas ausentes de subjetividade. O conhecimento em Weber, como vimos, não pode ser engendrado sem perspectiva; é ela que dá inteligibilidade ao real. Perspectiva é uma espécie de tradução ou sublimação da *kultur*, é a definição de um segmento finito que, do ponto de vista do homem, possui significado em face de uma infinidade carente de sentido – o mundo, na definição de realidade em Weber. Este é o pressuposto do conhecimento, derivado da definição de sujeito cognoscente e, no limite, também de uma definição de homem (ontologia).

O pensamento weberiano afirma que os resultados da pesquisa se colocam como representação, delineando um horizonte cognitivo.

A relação com valores não pode ser confinada somente ao primeiro estágio do procedimento científico e se limitar a definir a área de pesquisa. Ao contrário, a referência com as hipóteses de valor é evidenciada em todos os estágios posteriores de investigação. As hipóteses de valor determinam a direção geral e as decisões



metodológicas que daí decorrem; e, sob forma de hipóteses explicativas, eles influenciam o desenvolvimento da explicação. Se isso é verdade, a adoção de certas hipóteses de valor influencia, direta ou indiretamente, os resultados da pesquisa – mas esta conclusão Weber negava. (ROSSI, 1997, p. 347)<sup>2</sup>

Nas passagens que já recuperamos de Weber, isto fica claro. Todavia, segundo ele próprio: “A orientação pessoal e a difração de valores no espelho de sua alma conferem ao trabalho uma direção” (WEBER, 2001a, p. 132). Trata-se de uma lealdade ao que é imprescindível no começo da pesquisa e, por conseguinte, de seu fio condutor. No limite, o que gera significação e inteligibilidade ao real. Mais do que isso, representa uma postura de ambigüidade de Weber perante a questão, pois autonomizar a validação é “atirar no próprio pé”. Ora, a partir desta curta e expressiva citação, há uma tensão com o papel que se traça para a História, ou seja, a possibilidade de se afirmar a existência de “juízos de fato” encontra-se questionada. A colocação do conhecimento como representação, indissociável da perspectiva que o engendra, faz uma alusão a este problema. A *Wert-freiheit* de Weber sempre traz consigo a *Wertbeziehung*, se não diretamente como afirmam alguns (Löwy, 1987; Rossi, 1997; Fleishmann, 1977; Saint-Pierre, 1994), indiretamente e traduzidos na própria perspectiva. Os valores, estes “deuses e demônios” de cada um, sempre em eterna luta, dificilmente se “evaporam” do ato de conhecer, sendo seu exorcismo no mínimo questionável, sobretudo em suas formas traduzidas.

Trata-se de uma intersecção entre os pontos de vista valorativos do sujeito cognoscente e seus interesses de conhecimento. Trata-se de uma hierarquização do que é mais ou menos significativo de se conhecer e, num nível que extrapola sua implicação epistemológica, de uma relação de mútuo condicionamento entre idéias e interesses presente no sujeito. Trabalhamos a questão do sujeito como uma totalidade que não abstrai seus diferentes elementos, inclusive os advindos de uma subjetividade avaliativa, que toma decisões e orquestra ênfases, que toma posições e reforça

---

<sup>2</sup> Traduzido do inglês: “The value relationship cannot simply be the first step of the scientific process and consist only in the delimitation of the field of research. On the contrary, the reference to value hypotheses is to be found in all the succeeding steps of research. The value hypotheses determine both the general direction and the resulting methodological decisions; in the form of explanation hypotheses they also influence the explanatory process. If that is true, the adoption of certain value hypotheses influences, directly or indirectly, even the results of research – with conclusion Weber denied” (ROSSI, 1997, P.347).

perspectivas de análise. Em outras palavras, o que temos explorado não é senão a influência epistemológica da significação (*Bedeutung*).

No entanto, trata-se de lapidar esta afirmação no sentido de melhor visualizar de que maneira a relação com valores, anunciada no conhecimento enquanto representação e nisto que poderíamos chamar de **perspectivismo**, se incorpora em outras dimensões do conhecimento. Sendo assim, nos parece evidente que: **se a seleção supera o impasse de um sujeito de cognição limitada em face de um real infinito, a relação com os valores que operaram-na, via perspectiva, direciona a pesquisa em vários âmbitos**. Como afirma Rossi, isto se reveste como uma hipótese de trabalho que acompanha a pesquisa em sua fase de composição causal, demonstração e conclusão, para além da escolha inicial que resulta na construção do objeto e da questão de pesquisa. A hipótese de trabalho se coloca como um fio condutor de toda a pesquisa, sobretudo quando faz das questões levantadas um guia para a relação dos fatos, articulação causal e construção de resultados. O ponto de chegada não é senão a perspectiva inicial enriquecida pelo caminho que percorre.

Nesse sentido, **há uma articulação dos fatos, uma seleção das evidências e dos “juízos de fato”, que guia o método comparativo: a perspectiva informa o juiz da história**. A imputação histórica e causal se constrói antevendo a construção da evidência. Mais do que isso, tal hipótese é uma radicalização do dilema enfrentado por Weber. Um dilema engendrado nos próprios limites de sua orientação epistemológica, no interior do Racionalismo formal. Temos o problema da questão de pesquisa, Löwy o levanta:

Como vimos, Weber reconhecia a influência dos valores na definição das questões, mas não das respostas da pesquisa científico-social. Ora, a primeira observação que se impõe é esta: o tipo de resposta possível não é já *largamente predeterminado pela própria formulação da questão?* (LÖWY, 1987, p.40, grifos nossos).

De acordo com esta observação, na medida em que se formula uma questão de pesquisa, se define uma problemática que não é somente um recorte e construção do objeto, como vimos na “seleção”. Trata-se de um “campo de visibilidade (e de não visibilidade), [que] impõe uma certa forma de conhecer este objeto, e circunscreve os

limites de variação das respostas possíveis” (LÖWY, 1987, p. 40). A afirmação de Löwy é categórica: a carga valorativa da problemática repercute no conjunto da pesquisa; estabelece um horizonte. Radicalizando o argumento, **a questão de pesquisa nos parece engendrar uma hipótese que antecipa a construção da evidência**. A problemática inicial fornecida pelos valores determinaria, portanto, o corte do objeto; a definição do campo de visão e de não visão, o que repercute numa forma de conceber o objeto; circunscreve os limites das respostas possíveis. Quando falamos no “limite das respostas possíveis”, o que fazemos é orbitar em torno da definição do conhecimento como representação e perspectivismo: já se enuncia que “respostas possíveis” são respostas possíveis dentro do horizonte da perspectiva, trata-se de seu próprio horizonte cognitivo.

A adoção de certas hipóteses de valor determina não apenas a direção e o campo de pesquisa, mas também a direção das relações que são investigadas por propostas explicativas. Isto significa que as Ciências Sociais nunca podem fornecer uma completa e exaustiva explicação de algum processo particular, mas somente uma explicação de processos considerados a partir de certos pontos de vista e por apenas uma série de condições particulares, as quais elas mesmas são ligadas a outras séries de condições (...) (ROSSI, 1997, P. 346).<sup>3</sup>

Tal afirmação se refere, sobretudo, ao desenvolvimento da explicação guiada por hipótese. Temos um desenvolvimento do argumento: se for correto que a relação com os valores (*Wertbeziehung*) se faz presente no ponto de partida da pesquisa através do recorte do objeto, da construção conceitual e das questões que lança para a investigação; se for correto que a formulação da questão sob a “refração” de determinada perspectiva, acaba determinando o horizonte de respostas possíveis, como diz Löwy; se for correto que isso se desenvolve traduzido num fio condutor hipotético, podemos, então, afirmar que a *Wertbeziehung* acaba orientando a pesquisa e, de tal maneira, orientando o momento da explicação por orientação histórica.

---

<sup>3</sup> Traduzido do inglês: “The adoption of certain value hypotheses determines not only the direction and field of research, but also the direction of the relationships which are investigated for explanatory purposes. This means that social sciences can never provide a complete and exhaustive explanation of any particular process, but only an explanation of the process considered from certain angles and a particular series of conditions, which are them selves linked with other series of conditions (...)” (ROSSI, 1997, p. 346)

Neste sentido, os resultados da pesquisa são resultados que orbitam em torno da perspectiva inicial. Mas os resultados não são meramente a perspectiva. **Trata-se, e isto é fundamental, de uma postura cognitiva de reconstrução do concreto, de uma base epistemológica racionalista de ordenação do empírico.** O trabalho empírico por intermédio da comparação histórica enriquece a perspectiva à refração de determinada hipótese, orientando a ordenação e a organização do concreto.

Usando uma série de tipos ideais, ele (Weber) constrói uma concepção de determinado caso histórico. Em seus estudos comparados, usa as mesmas concepções do tipo ideal, mas *serve-se da História como um armazém de exemplos para tais conceitos*. Em suma, o respectivo interesse de pesquisa – na elaboração de um conceito ou na construção de um objeto histórico – determina seu processo. (GERTH e WRIGHT MILLS, 1971, p. 79, grifos nossos)

Mais do que isso, o trabalho comparativo com a História, ou, a busca de “servir” o conhecimento de “complexos históricos e concretos” não se faz arbitrariamente através do abarcamento de fatos e evidências empíricas puros. Se assim o fosse, recairíamos na definição de realidade infinita e inesgotável, pois um registro “puro” das evidências não orientado pelo que **interessa ao conhecimento** reincidiria no real infinito, sendo justamente este o dilema inicial do limite do conhecimento, seu pressuposto inicial. Isso simplesmente não é dado ao conhecimento, não lhe é possível nem sequer enquanto possibilidade: se assim o fosse, o ato do conhecimento como um todo seria “dinamitado”, nos termos de Weber, seria, novamente, uma recaída “num caos de juízos existenciais”.

Como conceitos gerais, os tipos ideais são instrumentos com os quais Weber **prepara o material descritivo** da História mundial para a análise comparada. Esses tipos variam em intensidade e no nível de abstração. (GERTH e WRIGHT MILLS, *Ibid*, p. 79, grifos nossos)

O conhecimento se constrói a partir de pressupostos e de critérios de seleção. **O conceito prepara o material descritivo.** Há uma seleção da evidência, uma seleção no trabalho com a História: por isso colocamos o fato como **construído** e não como “puro”. O método comparativo não se opera arbitrariamente. O que é que se compara? O que é que importa na História? O que podemos observar é que sua utilização

acompanha as referidas aproximações do método, ou seja, seleção com relação aos valores, perspectiva e o acentuamento empírico. Como afirmou Löwy, as questões formuladas já antecipam o campo das respostas possíveis, como tal, já trazem consigo uma forma de **trabalhar** a evidência empírica. Ausente esta dimensão, o que resta ao sujeito cognoscente é um registro sem pressupostos de uma multiplicidade sem sentido de eventos que vêm e vão: a recaída no irracionalismo. O ponto de chegada (validação) do conhecimento pela comparação, traz consigo os pressupostos de sua construção, mas de maneira enriquecida pelo **trabalho artesanal de construção empírica**. Descoberta e validação se entrelaçam, portanto. Fechando este ponto, colocamos a evidência como uma ferramenta heurística do trabalho cognitivo que antevê a sucessão empírica. Trata-se de uma construção. A comparação histórica é uma forma de evidência que lida com a tentativa de validar as proposições que regem a investigação. A experiência, neste sentido, é uma construção do Intelecto imposta aos materiais cognitivos, às fontes históricas, sejam documentais, orais, etc. Aqui, reaparece a “dança de confronto” com o *Bathos* nebuloso desta forma “com que se apresenta a vida”.

Para se fazer um balanço conclusivo da questão da objetividade em Max Weber, temos que passar pela possibilidade de separação entre descoberta e validação, uma separação já operada por Weber. Isto nos coloca um divisor de águas perante a questão. O balanço da literatura nos revela isso. Dividimos a bibliografia em dois grupos, um que é crítico da proposta de Weber ao negar que em seu esquema se possa atingir a neutralidade axiológica, dado que a validação é prenhe da esfera da descoberta. É um ponto de vista defendido, por vias diferentes, por autores como: Rossi (1991), Saint-Pierre (1994), Fleishmann (1977) e Löwy (1987). Chamamos estes autores de grupo (1), sua tese é a de que o esquema de Weber não consegue superar o ponto de partida subjetivo inicial. Weber seria um subjetivista da representação, ou um perspectivista “engessado”.

O grupo (2), ao contrário, considera a estratégia de Weber sofisticada o suficiente para se atingir a validação, separando-a dos elementos da descoberta, sobretudo da significação subjetiva presente na construção conceitual. É um ponto de vista defendido por Sêneda (2004), que afirma que os “Ensaio reunidos de teoria da ciência” consistem num esforço de fundamentação a partir de problemas específicos do

campo de investigação das Ciências Sociais. Para o autor, Weber operaria um movimento de inserir o compreensivo no quadro da reflexão kantiana, com a utilização de recursos de validação empírico-explicativa. Isto Weber conseguiria realizar a partir de um recurso lógico formal, sobretudo da colocação de juízos problemáticos testáveis empiricamente. Este ponto de vista também está contido em Paiva (1995), que põe assim o problema da objetividade:

(1) a realidade é inesgotável e infinita; (2) todo conhecimento opera uma seleção do material empírico; (3) influem nessa seleção valores do pesquisador, o que implica um subjetivismo e relativismo; (4) para que se tenha objetividade deve-se julgar o conhecimento através de critérios formais, como o rigor e a clareza dos conceitos e a adequação desse conhecimento aos fatos empíricos conhecidos: passando por estas provas, um conhecimento é declarado objetivo. Os pontos (1) e (2) seriam as condições sob as quais todo conhecimento seria produzido; o ponto (3) remeteria ao contexto da descoberta; o ponto (4) ao contexto da validação. (PAIVA, 1995, p. 25)

Trata-se de um ponto de vista popperiano que pressupõe que os fatos empíricos possam se colocar como “prova” passível de falsear os enunciados que regem a investigação, como se o reino empírico fosse um juiz que decidisse de forma autônoma e sem carregar os guias de inteligibilidade que constroem o próprio “teste”. Torna independente, portanto, a validação, porque tal esfera se coloca enquanto fundamentação da descoberta, suspendendo suas subjetividades. Esta discussão aparece de uma maneira singular através da utilização de um processo de fundamentação lógica na “construção de conceitos” (*Begriffsbildung*), extraído da influência de Rickert. E os conhecimentos pretendidos são articulados por meio de definições heurísticas e de hipóteses orientadas por via conceitual. Trata-se de um encontro entre formalismo e empiria, por meio de uma “(...) racionalidade teórica que designa a busca de um conhecimento válido e prescreve, para tal, o uso rigoroso de recursos lógicos formais (conceitos e juízos causais) voltados para a explicação e evidência empírica” (NOBRE, 2004, p. 30).

Em nossa abordagem, **isto não é suficiente para se afirmar a independência da validação, ponto (4), dado que carrega consigo as ordenações conceituais, significativamente fundadas em (3), que estabelecem a construção dos fatos como evidência.** Não há como “adequar o conhecimento aos fatos empíricos

conhecidos” sem a colocação de questões a respeito **do que** tem de ser adequado, de como tem de ser adequado e **como** deve ser “testado”. E, para tudo isso, as pressuposições de (3) são fundamentais. Isto para não entrarmos nos méritos de trazer para as Ciências Humanas essa categoria do “teste”, mais característica de um modo de conceitualizar a experimentação em outros campos científicos, como a Física.

O “tribunal da Razão” nos informa as condições de construção da experiência, ou seja, do ponto (4). Para tanto, ao questionar o que deve ser comparado e como deve ser comparado, tem que trazer consigo as questões e orientações conceituais significativamente fundadas, ou seja, tem que trazer consigo os pontos (1), (2) e (3). **Descoberta e validação estão entrelaçadas, como afirmamos com a expressão “artesanato do empírico”**. Por isso, realizamos uma mediação das condições do conhecimento com o método, tendo em vista seu entrelaçamento.

Sintetizamos, portanto, elementos dos dois grupos de estudiosos. A esfera da descoberta possui na questão da “significação” (*Bedeutung*) algo muito importante para todas as fases da pesquisa. Gera inteligibilidade ao real, o que é significativo; orienta a construção conceitual e a construção de hipóteses, ou seja, **do que** será posto “à prova”. Mas nem por isso Weber é subjetivista e relativista. Aqui discordamos do grupo (1). Isso porque os conceitos e os tipos ideais são instrumentos para a construção de hipóteses históricas, o que permite enriquecer empiricamente o que é significativo de se conhecer. Tampouco a testabilidade empírica pode tornar a validação separada radicalmente da descoberta. Aqui discordamos do grupo (2). O “teste” empírico (teste das “provas”) é, como supomos neste trabalho, orientado/ordenado por ferramentas cognitivas forjadas em intersecção com a subjetividade, no interior do que é significativo (relação com valores), sendo que o “teste” possui uma característica: é construído. “O que é que se compara?”, perguntamos. A experiência é construída, se comporta como evidência **artesanamente modelada**. É construída pela descoberta.

#### 4.4. Táticas de Sociologia histórico-comparada

Abrimos nossa última seção com uma passagem em que Weber nos remete para a dança de confronto com o concreto: “a luz propagada por essas idéias de valor supremas ilumina, *de cada vez*, uma parte finita e continuamente modificada do caótico curso de eventos que flui através do tempo” (WEBER, 2001a, p. 126, grifos nossos).

Ao chegarmos neste ponto, colocamos uma questão de maior importância para o autor, que é a maneira de trabalhar a imputação causal em fenômenos históricos, central a este trabalho artesanal com o empírico. Trata-se da imputação causal por via da apreensão de processos históricos singulares e concretos, num trabalho que tem que lidar com combinações de eventos. A questão, colocada através dos usos de evidência construídos por Weber, é como imputar relações causais de sobredeterminação e, sobretudo, como validá-las empiricamente por meio de táticas comparativas orientadas conceitualmente.

Para o exame da Sociologia histórica comparada de Weber escolhemos sua Sociologia da Religião. Justificamos esta escolha temática a partir de um alerta que nos remete para seu caráter fortemente empírico comparado. Trata-se de uma análise “fortemente histórica e metodologicamente bem travejada para exercitar-nos nos moldes categoriais de uma sociologia cada vez mais histórica e comparativa” (PIERUCCI, 2003, p. 19) que transcende seu foco de investigação e nos lança para o terreno das investigações teórico reflexivas de Weber.

A pergunta que colocamos é a seguinte: o que é que Weber compara? Para respondê-la, partimos de um exame da construção conceitual que orienta sua comparação. Seguimos aqui outro alerta, o de que “um conceito não pode ser tão proteiforme; algum núcleo duro de significado ele certamente terá” (COHN, 1995, p. 15).

Antevemos que as táticas comparativas de Weber não pretendem contrastar totalidades históricas em torno da contextualização das referidas religiões. Este esforço é cortado pela diagonal de um recorte parcial de aspectos que são significativos para seu objeto, já contidos no núcleo de significado de seus conceitos, qual seja: a ética econômica das religiões mundiais que, aliás, é o grande tema dos três grandes volumes dos “Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião” e de seu ensaio que leva o título



original como “Introdução”, (*Einleitung*), conhecido em português como “A psicologia social das religiões mundiais”.

O movimento teórico de Weber concatena duas ordens de fatores, a filiação religiosa e a estratificação social. Seus conceitos tipos ideais sempre articulam relações entre estas duas ordens. Retoma uma distinção feita no “Ensaio da objetividade”, (2001a, p. 118), entre fenômenos “econômicos”, “economicamente condicionados” e “economicamente relevantes”. Por meio do que denomina “economicamente condicionado”, analisa os interesses econômicos do portador (*Träger*) presentes na incorporação da religião, ou seja, presentes na propensão de determinado grupo social a se filiar a determinada religião, em interpretá-la e segui-la em afinidade com seus interesses. Não se trata, em seu esquema, de derivar a religião do interesse, mas demonstrar a imbricação entre ambos. Por outra via, pelo que denomina de “economicamente relevante”, Weber examina o núcleo da religião a partir da propensão de estimular determinadas condutas, numa espécie de alavanca espiritual da ação em afinidade com os interesses presentes no portador. Isto significa que os tipos ideais construídos possuem um núcleo de significado estritamente relacionado com tipos de ética econômica. Este caminho de mão dupla se orienta pela autonomia destas duas esferas de ação, mostrando sua relação de mútuo condicionamento.

O programa de estudos é marcado por uma advertência, “a ânsia de salvação, qualquer que seja sua natureza, é de interesse especial, na medida em que traz conseqüências para o comportamento prático na vida” (WEBER, 1999, p. 357). Trata-se da influência das idéias de inspiração religiosa via um “processo que já neste mundo projeta de antemão suas sombras ou transcorre intimamente dentro deste mundo” (WEBER, 1999, p. 357). Importante dizer que estes juízos problemáticos, submetidos à História, que relacionam interesses materiais e idéias (aqui de inspiração religiosa), seguem alguns de seus conceitos de maior generalidade, sobretudo a vinculação entre ação e sentido subjetivo. Qualquer ação orientada religiosamente possui na religião uma esfera motivadora de sentido, muito embora a ação ocorra ou seja relevante em outra esfera, a dos interesses econômicos e políticos, por exemplo. De qualquer forma a relação entre idéias e interesses perpassa os conceitos que vamos examinar e está exposta na conhecida passagem:

Não as idéias, mas os interesses (materiais e ideais) é que dominam diretamente a ação dos humanos. O mais das vezes, as 'imagens de mundo' criadas pelas 'idéias' determinaram, feitos manobristas de linhas de trem, os trilhos nos quais a ação se vê empurrada pela dinâmica dos interesses. (WEBER, apud. PIERUCCI, 2003, p. 91)

Tendo nessa passagem uma pista, começamos com o conceito *Anpassung an die Welt*, “adaptação ao mundo”, ou sua derivação *Rationalismus der Weltanpassung*, “racionalismo de adaptação ao mundo”. O núcleo de significado do termo “adaptação” sugere uma ética marcada pelo tradicionalismo rígido e pela acomodação em relação a uma determinada ordem social existente. Este conceito foi forjado no exame do Confucionismo chinês, uma religião caracterizada por ritualismos mágicos, crença em espíritos e tabus invioláveis; ausência de necessidade de salvação; substituição de uma ética por uma doutrina artificial, oportunista e utilitária, esteticamente nobre e convencionalista; que prega o dever do culto aos antepassados e a piedade filial como fundamento universal da subordinação; que propaga a conservação inquebrantável da magia, especialmente o culto aos antepassados.

[...] tendo em vista que os meios mágicos já comprovados e finalmente todas as formas adquiridas de conduta de vida não podiam ser violadas sob a pena de atrair a ira dos espíritos, a crença na magia conduz à inviolabilidade da tradição. (WEBER, 2001e, p. 158)

Em resumo, o núcleo de significado do conceito orbita a tradição, o convencionalismo, a subordinação e o tabu. Tais são os tipos de conduta espiritualmente motivados. A grande questão é sua afinidade com o portador desta religião, a elite mandarim, cujo interesse se localiza em elementos como a formação para a carreira, o convencionalismo e a subordinação, acrescidas da tradição.

Outro conceito construído é *Weltflucht*, “fuga-do-mundo”, aplicado por Weber para caracterizar as religiões asiáticas, como o Hinduísmo. Trata-se de uma forma de religiosidade centrada na mística enquanto uma busca de repouso no divino; de uma ausência do agir no mundo, num esvaziar-se dele; numa minimização do fazer interno e externo, porém repleta de ritualismos e encantamentos mágicos. Há uma posse do divino, uma união mística com ele por meio de uma contemplação que elimina os

interesses cotidianos, daí o significado de fuga absoluta e contemplativa do mundo. A afinidade da doutrina do Carma com o sistema de castas indiano é impressionante. A persistência da tradição e da ordem estamental está presente na “supra-divindade da ordem eterna do mundo” (WEBER, 1999, p. 355), da qual a própria ordem de castas faz parte. Sendo assim, o mundo é entendido como um cosmos ininterrupto de retribuição ética para aqueles que seguem à risca o cerimonialismo e o ritualismo cotidiano, cuja alma transmigrará para uma casta superior numa vida futura.

O Budismo está ligado à doutrina de salvação de uma camada de intelectuais, recrutadas nas castas privilegiadas (guerreiras). Incorpora as necessidades metafísicas do espírito a respeito da meditação sobre questões éticas e religiosas. Também é caracterizado como um ascetismo de fuga do mundo e possui o mesmo elemento presente no Confucionismo e no Hinduísmo, qual seja, esta tendência de acomodação meditativa de esvaziamento dos interesses mundanos e uma conduta que favorece uma passividade em relação ao mundo, ou seja, a perpetuação da tradição.

Em situações em que o portador em exame é um estamento como as camadas da nobreza guerreira de cavaleiros medievais, guerreiros do Islã, ou monges budistas guerreiros, a religião em afinidade com o interesse prega uma ética religiosa não racional; uma ausência de providência bondosa; a aversão aos conceitos de “pecado”, “redenção” e “humildade”, tidos como indignos; valoriza o sentimento de enfrentar a morte e exige proteção contra as feitiçarias; promove um sentimento de dignidade estamental adornado por convenções. A conduta motivada religiosamente se alinha à ordem e tranquilidade disciplinadas.

O que chama a atenção em todos estes casos é que todos os portadores estão submetidos a uma situação estamental, seja das camadas superiores seja das inferiores. Isto significa que sua situação concreta de interesse tem de estar referida a esta ordem social, tendo que lidar com uma situação onde o *status* social condiciona a forma de estratificação. Em se tratando do caráter tradicionalista inquebrantável deste “cosmos social”, sua influência no corpo religioso torna-se notável ao ponto de inscrever os mesmos elementos para a conduta de vida. Tendo em vista que estes elementos perpassam o tabu, tais formas de religiosidade são conceitualizadas com termos próximos, como adaptação ao mundo, fuga do mundo, contemplação do mundo,

ritualismos mágicos inquebrantáveis de explicação e aceitação da ordem cósmica. O que todos possuem em comum é que caracterizam uma conduta de vida perpassada pela passividade, numa situação onde a ação do indivíduo cede lugar à ação da tradição.

Este quadro de coisas muda quando a situação de estratificação é orientada pelas classes sociais. Deste modo, segundo o viés de Weber, os interesses ganham possibilidade de serem flexibilizados, sobretudo, porque o interesse econômico se insere no repertório de exigências profissionais do mercado e nas formas de aquisição econômica. A tradição cede lugar ao indivíduo. Como, então, nesta forma de estratificação, há uma afinidade entre interesse e ética religiosa? Se, por um lado, a religiosidade ligada à situação estamental valoriza a dignidade e a distinção, a perfeição na condução de vida e o “ser qualitativo interior”, por outro, as classes sociais que Weber denomina de positivamente privilegiadas na aquisição, ou seja, a burguesia moderna, valorizam a idéia de vocação profissional. Trata-se de uma dignidade que lhes foi atribuída como “legitimação de sua sorte” e “direito ao sucesso” (WEBER, 1999, p. 335) por intermédio de uma atividade profissional. Evidentemente, uma forma de legitimação de interesses econômicos, dado a valorização de uma ética de trabalho como se fosse a responsável pelo sucesso.

Haja vista a ausência de *status*, os sentimentos de dignidade, esta asa espiritual do interesse, perpassam a promessa garantida e vinculada a uma profissão mundana, e, aqui, cabe o universo diversificado da pequena burguesia que possui o interesse de valorizar a atividade profissional. Daí o exame do conceito de Vocação (*Beruf*), uma asa espiritual afim a uma situação econômica concreta em que o sujeito depende de sua eficácia, estando “desgarrado” de uma estabilidade estamental. As camadas da burguesia industrial estão concatenadas com uma religiosidade congregacional racional, pautadas por uma ética rigorista e empreendedorista. A hipótese histórica presente na “Ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”, da afinidade eletiva entre o espírito do capitalismo, pautado pela racionalidade e pelo cálculo cotidianos, e a ética protestante, pautada pela ascese racional intra-mundana, cabe aqui como uma forma histórica da imbricação de uma situação de interesse de classe e idéias que os

alavancam, muito embora sejam fenômenos que surgiram cada qual seguindo seu curso.

Importante dizer que o conceito de ascese vocacional ou profissional (*Berufsaskese*) implica uma ética de dominação do mundo (*Weltverneinung*) que é oposta à passividade ligada às situações estamentais. No interior do Protestantismo Ascético, trata-se de uma posição em que o crente se sente um instrumental do divino, dado a peculiaridade da salvação por meio do obrar pela glória de Deus. Este obrar nada mais é do que a ação no mundo, sua dominação racional, constante e calculada, na formação de um *habitus* global da personalidade, da busca disciplinada na profissão, desejada por Deus, que guie uma vida moral metodicamente racional.

Imprescindível acrescentar, em nível da causalidade weberiana posta a partir da autonomia das esferas sociais, que seguem sua legalidade própria (*Eigengesetzlichkeit*), que o propósito em jogo nas religiões não é senão a salvação da alma. Weber sempre trabalha com o princípio de “definir certas entidades como instrumentos subordinados a fins externos a elas” (COHN, 1979, p. 123) e lança atenção especial para as conseqüências não intencionadas da busca da salvação no Protestantismo Ascético. Por mais que os conteúdos religiosos possuam condicionamentos econômicos até o nível dos dogmas elementares, Weber sempre negará sua determinação em função da constelação de interesses materiais de seu portador. Em outras palavras, temos que pensar a salvação da alma como uma questão existencial para aqueles que possuem “ouvido musical para a religião”.

Sua demarcação com respeito ao pensamento marxiano é sempre visível. O pensamento weberiano pressupõe a legalidade própria de cada esfera, no caso em exame, da religiosa e da econômica. Importa para ele “saber como, *em situações particulares*, as legalidades próprias das diversas esferas de ação se articulam [...]” (COHN, 1979, p. 144). A respeito da determinação, “o termo determinado figura como efeito ou modo de expressão de um termo determinante que lhe é externo, ou de vários simultaneamente” (COHN, 1979, p. 145). A comparação com Marx toma por base a idéia de uma totalidade determinada dialeticamente, na qual:

[...] a especificação das diferenças no interior de um processo tomado como um todo, no qual um dos termos – no caso, o momento da

produção – figura como determinante na medida em que necessariamente está presente no interior do conjunto das formas assumidas pelas demais, passando no entanto pela especificidade de cada qual; sendo que ‘necessário’ significa aqui que somente se realizam as formas adequadas à dimensão determinante e que esta, por sua vez, não se realiza senão através dessas formas, e que o processo todo não tem como assegurar a sua (COHN, 1979, p. 145)

Retomando a hipótese da “Ética”, Weber teve em mente observar as formas do Protestantismo Ascético enquanto “economicamente relevantes”, dado a alavanca espiritual para o desenvolvimento do “espírito do capitalismo”, outro tipo ideal. Tal alavanca não foi senão estimular a racionalização em outra esfera, e isto é uma relação causal adequada: a da ação econômica capitalista em diversos elementos de importância, como a organização racional e o controle da força de trabalho na tendência para a uniformidade na vida, que contribui para a padronização capitalista da produção; a organização racional da contabilidade de toda uma sorte de condições gerais de produção; organização do trabalho formalmente livre e do proletariado enquanto classe; organização de um mercado regular. Pela via inversa, analisou a ética protestante enquanto “economicamente condicionada” pela posição de seu portador enquanto classe, a burguesia dos empresários empreendedores. O núcleo de seu interesse como “classe aquisitiva positivamente privilegiada” não é senão o de controlar sua fonte de aquisição (capital) no momento da troca no mercado. E de que tipo de troca se trata? Entra em cena o capital, a expectativa de ampliar o valor adiantado mediante troca: seja na contabilidade que supera despesas; seja na venda que supera o custo; seja em outra troca no mercado, a do valor produzido pela força de trabalho que supera o valor a ela adiantado na forma salário – esta ênfase é nossa, não de Weber. São estes elementos específicos de racionalização da ação econômica que compõem a situação de interesse da burguesia moderna, e que possuem, como vimos, uma estreita afinidade eletiva com o tipo de valorização da ação racional cotidiana como desejável a Deus. Embora Weber não faça na “Ética” uma valorização do outro lado da relação de afinidade, em outro lugar ele a categoriza como uma “legitimação de sua sorte” por parte da burguesia (WEBER, 1999, p. 335).

Esta é a relação em exame presente nos seus conceitos. Esta é a seleção de seu conteúdo de significado, a “perspectiva parcial” que lapida a evidência bruta do

empiricamente concreto. Parcialidade de iluminação focalizada que não conhece senão com respeito a algo, como já nos lembrou Jaspers. Esta é, por fim, a comparação histórica em vista, o conteúdo do que é acentuado quando Weber compara religiões que, se entendidas na complexidade que encerram, o fariam perder de vista o próprio horizonte.

A passagem seguinte, retirada da “Ética”, esclarece a relação de causalidade adequada em exame. **Nela, o recorte parcial e a seleção de um elo de mediação em meio a uma teia de condicionamentos, se ressalta:**

Em face da enorme barafunda de influxos recíprocos entre as bases materiais, as formas de organização social e política e o conteúdo espiritual das épocas culturais da Reforma, procederemos tão-só de modo a examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer determinadas ‘afinidades eletivas’ entre certas formas de fé religiosa e certas formas da ética profissional. Por esse meio e de uma vez **só serão elucidados**, [...], o modo e a *direção* geral do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre a cultura material. (WEBER, 2004, p. 83, o grifo em negrito é nosso)

Após colocarmos de forma muito esquemática o que está em jogo em sua sociologia histórica comparada das religiões, e de fazê-lo a partir do exame do núcleo interpretativo dos conceitos utilizados para tanto, urge retomarmos nossa afirmação da construção da evidência a partir de uma seleção significativa do *Bathos* empírico. O que está em jogo na referida comparação? A resposta nos pareceu estar indicada nas diversas formas de afinidade entre ética religiosa e interesse econômico e político, resguardando suas legalidades próprias. Sobretudo no contraste obtido a partir do exame desta relação em termos comparados. Esse é o tom de uma boa comparação: o contraste. Nada mais afastado do que as respectivas relações de afinidade entre interesses estamentais e adaptação ao mundo e interesses aquisitivos e dominação do mundo via valorização do trabalho. **O contraste se constrói, portanto, entre as diversas formas de concatenar idéias religiosas em seus efeitos sobre a conduta de vida e os interesses desta vida, também diversos.**

Trata-se de um tipo de ênfase, aquela que entrecruza dois vetores, filiação religiosa e estratificação social, dentro de um contexto comparativo maior. É sobre este contexto que temos que lançar a atenção agora. Recolocamos uma questão posta

acima, qual seja, o que importa na História no sentido de ser um problema significativo à investigação? Nossa pista é a de que a grande questão de pesquisa de Weber focaliza a apreensão da especificidade histórica da Modernidade Ocidental. Os contrastes comparativos se orientam para o foco deste “indivíduo histórico” em exame. Tenbruck (1997) localiza o processo histórico religioso de desencantamento do mundo e o processo de racionalização ocidental como duas forças explicativas mobilizadas por Weber a ponto de constituírem um núcleo temático de sua obra, respondendo às questões de sua unidade e coerência a par de sua conhecida fragmentação. A questão de pesquisa significativa por excelência nos parece estar sinalizada por Weber (2001) na “Introdução do autor” (*Vorbemerkung*) que indaga a respeito da combinação de circunstâncias para que aparecessem no Ocidente, e somente ali, fenômenos culturais que possuem um desenvolvimento universal no significado e na validade.

Como então o terreno histórico comparado se prepara? Uma pista interessante é a de que Weber,

Em lugar de submeter a pré-história do Ocidente à regra de uma lei necessária, ou de um *telos* que prescreva imperativamente seu curso, esta hipótese conduz a tratar esta pré-história sob as categorias do **obstáculo**, do desenvolvimento impedido. Os traços distintivos das civilizações e sociedades não ocidentais (ou pré-modernas) são postos, então, como simples **negativos** daqueles da modernidade ocidental: todo o seu sentido e interesse repousam nesta negação. (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p. 76, grifos nossos)

As perguntas seguintes são, pois: obstáculo a quê? Negativo a quê? A resposta passa fundamentalmente pelos fenômenos que possuem um significado universal e, ao mesmo tempo, singular ao indivíduo histórico em questão, qual seja, a Modernidade e o Capitalismo. Os contrastes comparativos interpõem obstáculos e elementos negativos, fora do Ocidente, que se colocaram como obstáculos ao Capitalismo. São vários e de diferentes ordens, das bases econômicas às estruturas políticas.

Quando reconstruímos os tipos ideais segundo seu núcleo de significado, que entrecruza conduta de vida e interesse, observamos que existe um eixo ordenador que os dispõe em função da aproximação e do afastamento da Tradição, que é o traço marcante das religiões asiáticas e, por imagem invertida do Ocidente Moderno, o



obstáculo por excelência. O pólo oposto, Ocidental, é marcado pela racionalização presente em diversas formas, na ciência, na religião e no capitalismo. Ocorre que a ênfase weberiana recai sobre os fatores religiosos responsáveis por este “obstáculo espiritual” que perpetua a Tradição.

Correlacionando diretamente magia com estereotipia e, por conseguinte, com estagnação e tradicionalismo, à medida que avançam seus estudos histórico comparativos entre as altas culturas Weber passa a considerar sempre mais a questão da ‘remoção da magia’ na chave da ‘remoção de obstáculos’ ao desenvolvimento do capitalismo. [...] Em diferentes momentos dos estudos comparativos sobre a religiosidade da China, da Índia e do Oriente Médio, esta é uma outra chave a partir da qual a magia passa a ser tratada: como obstáculo que é [*Hindernis*], barreira [*Schranke*]; entrave [*Hemmung*] a uma racionalização ética da conduta de vida ‘eletivamente afim’ à racionalidade econômica do capitalismo moderno. (PIERUCCI, 2003, p. 131)

Em outras palavras, trata-se de um obstáculo espiritual ao livre desenvolvimento disso que Weber chamou de “espírito do capitalismo”, obstáculo que é um ponto co-determinante da manutenção do tradicionalismo econômico que, no Oriente, sempre esteve em associação com estruturas patrimoniais de dominação e bases econômicas que no máximo atingiram o Capitalismo comercial.

É neste sentido que a Sociologia da Religião weberiana nos parece ser guiada pelo objetivo de encontrar os fatores que serviram de obstáculo ou estímulo ao racionalismo do ocidente. Em relação ao estímulo, a busca de Weber é sintetizada no conceito de desencantamento do mundo (*Entzauberung der Welt*). Trata-se de um processo localizado na ciência e na religião ocidentais. Na ciência, os fenômenos perdem sentido, deixam de “significar”, ou seja, perdem um estatuto análogo ao aristotelismo e são substituídos por mecanismos causais de explicação. Parafraseando Weber, as coisas apenas são e acontecem, não significam mais nada. No caso da religião, seu aparecimento histórico se dá desde a profecia do judaísmo antigo, se associa com o pensamento helênico, desemboca e se desenvolve sobretudo no Protestantismo Ascético. O núcleo de sentido que nos importa no conceito é a desmagificação da religião. Sua ênfase é repelir os meios mágicos de salvação como superstição e sacrilégio e instalar, a partir de sua profecia racional, uma racionalização

da vida dotada de consistência e motivos constantes. Trata-se do tipo ideal do “ascetismo intramundano”.

Nada mais significativo do que a caracterização do “espírito do capitalismo”, construção que Weber toma como típica da ação econômica racional, calculada, que possui o fim último da valorização, o fim da reprodução do capital e de sua ampliação. Ação econômica contrastada fundamentalmente à tradição, ao comportamento econômico estanque, de reprodução simples sem ampliação, de manutenção dos ganhos sem vistas à acumulação. O efeito gerado pela reforma, sintetizado no conceito de desencantamento do mundo, foi o de violar a magia, foi o de desmagificar. A magia, como vimos, constitui um “entrave, travação, pedra no caminho a ser removida da mentalidade ou atitude ou orientação econômica” (PIERUCCI, 2003, p. 132). Por alastramento e geração de efeitos em outros campos, a Reforma acabou incentivando uma direção de violação da tradição.

Esta não é senão a hipótese histórica da “Ética”. Também nos atrevemos a afirmar que se trata de uma questão de pesquisa que orienta os contrastes de comparação histórica da Sociologia da Religião de Weber.

Em relação à seleção de elementos que confeccionam essa individualidade histórica, Capitalismo e Modernidade, Weber focaliza com viés de exagero o elemento de mentalidade. Enfatiza a alavanca espiritual que entra em afinidade com o tipo de racionalismo e conduta metódica necessários para a criação e reprodução de empreendimentos produtivos, da acumulação ampliada de capital, da circulação e regularidade do mercado, da contabilidade, da educação da força de trabalho em termos de disciplina e regularidade, enfim, dos elementos que caracterizam o Capitalismo moderno. Trata-se, em verdade, de um incentivo à acumulação de capitais e de um duplo incentivo que acompanha o processo, a disciplinarização da força de trabalho e da gestão (ambas metódicas e rigorosas). Isto Weber bem coloca no último capítulo da “Ética”, embora deslocado de seu campo focal. Trata-se, portanto, de algo advindo da religião que rompe o obstáculo (*Hindernis*), a barreira (*Schranke*) e o entrave (*Hemmung*) a esta face marcante do capitalismo moderno, que é a acumulação sempre ampliada e o controle da força de trabalho.

Trata-se de um incentivo historicamente passageiro, análogo aos foguetes que colocam satélites em órbita para, posteriormente, retomarem seu curso e caírem no oceano. Este incentivo auxiliou na criação do capitalismo enquanto cultura. Aí se encontra sua ênfase, seu exagero. Trata-se de um foco de análise.

Weber afirma que essa mentalidade é peculiar ao Ocidente, especialmente no que se refere ao surgimento histórico da burguesia, seu portador por excelência. No entanto, isto não lhe é suficiente para afirmar que a ausência do ascetismo intramundano no Oriente é **suficiente** para explicar o não desenvolvimento do capitalismo tal como ocorrido no Ocidente, em seu desenvolvimento a partir do século XVI, pois outros elementos se colocam como obstáculos, entretanto não precisam ser enfatizados.

O que se torna a esta altura fundamental, recuperando a idéia de sobredeterminação, é que o ascetismo intramundano possui o grau de um elemento **necessário** enquanto componente causal da explicação do surgimento histórico, no Ocidente, do Capitalismo e, logo, de sua ausência em outras partes do mundo. Sendo um componente causal, é um condicionante necessário para responder a questão colocada por ele sobre a combinação específica de fatores responsáveis pela civilização ocidental moderna e pelo Capitalismo. Inversamente, seguindo o curso da ausência e do obstáculo deste componente causal, trata-se de um fator necessário para a não eclosão do fenômeno em outras partes do mundo.

A rigor, Weber submeteu **este** fator condicionante à análise histórica. Analisou a religião pela perspectiva parcial de observar como ela pode entrar em relação de afinidade ou tensão com os interesses econômicos, como pode se inserir em contextos históricos concatenada a diferentes configurações econômicas, políticas e sociais. Evidentemente, na orientação obtida a partir de seus conceitos, este ângulo de visão é parcial. Não atinge o estatuto de uma análise causal que chegue ao resultado da questão sobre a combinação de fatores em vista, **nem** para esgotar a sobredeterminação que gera o Capitalismo, **nem**, tampouco, para esgotar a sobredeterminação invertida, a dos obstáculos, que não engendra o capitalismo. Nada mais característico de sua Epistemologia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste trabalho, nos deparamos com um problema gerador: o limite do conhecimento humano que não é onipotente e onipresente, fazendo-o lidar com não muitas coisas ao mesmo tempo. No entanto, atente-se o quanto é simplista a acusação que tem em Weber um subjetivista e relativista. Quando problematizamos a possibilidade de “fatos puros” e de “evidências em si” e afirmamos que o que ocorre é um trabalho artesanal com os fatos, numa construção dos fatos, isso não significa “subjetivismo”. O argumento é simples: significa unidade interna do ato de conhecimento, significa o necessário desdobramento empírico-factual do que interessa (significativo) ao conhecimento. Significa uma questão erigida sobre pressupostos valorativos, traduzida numa hipótese e enriquecida por um trabalho de construção empírica. Esta é a questão, e poderia ser posta desta forma:

[...] as Ciências Sociais não tem condições de explicar *completa e exhaustivamente um processo histórico*. Pelo contrário, *renunciando à possibilidade de abranger a totalidade de fatores determinantes* daquele, terá de **selecionar uma série particular de condições** que possibilitem o vir-a-ser do processo a explicar [...] a causalidade [weberiana] é condicional. Ora, se *as séries causais são produto de seleção*, dever-se-á admitir que o pressuposto axiológico não só não é neutralizado pelo recurso à explicação causal, mas constitui o *alicerce da própria causalidade*. (SAINT-PIERRE, 1994, p.40, grifos nossos)

É evidente a necessidade do mesmo trabalho seletivo no estabelecimento da imputação causal. Uma tentativa de imputação totalmente livre de pressupostos recai em uma teia causal desorganizada, infinita e caótica. Vimos isso na seção 3, a partir da ênfase no conceito de infinito.

As acusações que são destinadas a Weber, neste sentido, tencionam afirmar a total impossibilidade do “exorcismo” dos valores, portanto, de um resultado que não escapa a um relativismo e a um subjetivismo (autores do grupo 1). Enquanto questionamento da possibilidade da objetividade nas Ciências Sociais, segundo a intenção da total “purificação” da subjetividade, a questão até cabe. Reiteramos que, em Weber, os pressupostos do conhecimento não se encontram no “sujeito valorativo”,

mas sim na fragilidade ato de conhecer como uma conseqüência de um pressuposto: o *Bathos*, abismo de profundidade.

Entretanto, quanto à questão da objetividade, o próprio Weber reconheceu o problema, como já demonstramos a partir de algumas passagens, as quais explanam acerca do ponto de chegada do conhecimento como representação. O detalhe, não accidental, da palavra objetividade vir entre aspas é sinônimo do reconhecimento do problema por parte de Weber. Um problema por ele deixado em aberto.

É verdade que, no setor de nossas atividades científicas, continuamente são introduzidos elementos da cosmovisão pessoal, bem como na argumentação científica. Eles sempre causam problemas, fazendo com que nós atribuamos pesos diferentes na elaboração de simples relações causais entre fatos, na medida em que o resultado aumenta ou diminui a possibilidade da realização de nossas idéias pessoais (WEBER, 2001a, p. 111).

Por mais que Weber não tenha resolvido o problema, ou se mostrado de maneira ambígua perante ele, houve de sua parte um esforço significativo para superá-lo. Tal esforço se encontra em sua busca incansável no terreno da História, na tentativa de servir as construções teóricas, reconhecidamente orientadas por utopias, de evidências e de fatos, porque reconhecia o peso da significação como simplesmente o que guia o sentido e a inteligibilidade do conhecimento. Se parafrasearmos Weber, a “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais ou da cultura depende de o empiricamente dado estar constantemente referido à idéias de valor. Temos de lembrar que o **“empiricamente dado”, sem as idéias de valor, é irracional. É uma “infinitude carente de sentido”, inesgotável, isso é o “fato puro”. Sendo que, quando se transforma em “empiricamente construído”, já a partir de valores e perspectiva, torna-se significativo.**

Lembremos nossa hipótese de que a relação com os valores (a significação) supera a irracionalidade do real. Portanto, a questão de se verificar a possibilidade da neutralidade axiológica, dentro deste caminho interno ao pensamento de Weber, não é tão simples quanto sua redução à mera impossibilidade. Sendo a questão mais complexa, tem-se de investigá-la novamente em sua raiz epistemológica.

Wolfgang Schluchter trabalhou a questão muito ao encontro de nossa interpretação: “não é verdade que a tese do politeísmo de valores e da colisão de valores destrói a objetividade do conhecimento valorativo e a possibilidade de objetivar nossa condução de vida orientada por valores?” (SCHLUCHTER, 2000, p. 44). Sua conclusão foi a de que a resposta jamais poderia ser dada como um simples sim ou não. Chegou a lançar a hipótese de que Weber operaria uma distinção entre questão de **objetividade** e questão de **relevância**. Tudo o que diz respeito à significação, inclusive o pressuposto transcendental do ato de valorizar, seria relativo à questão de tomar posição, ou seja, de atribuir relevância. Sendo que para a objetividade a questão seria diversa, a respeito de uma interpretação histórica causal e da busca de conexões empíricas. Por fim, refutando a hipótese da distinção weberiana e reconhecendo a interconexão destes pólos, enunciou que “perguntas teóricas e perguntas práticas sejam colocadas numa conexão intrínseca” (SCHLUCHTER, 2000, p. 44).

Temos como referência a idéia de **perspectivismo**. Ela representa um auxílio no fechamento do problema. Como tal, de acordo com a referida qualificação do concreto como um caos, a perspectiva em associação com a significação nos coloca a ruptura com a irracionalidade e a infinitude do real, pois são justamente as idéias de valor culturais que conferem sentido ao real selecionado, ao que é “significativo”. As *kulturwertideen* conferem sentido ao mundo destituído de sentido e isso define o conhecimento em geral, define uma gnosiologia.

Encontra-se ressaltada a importância que Weber atribui para a luta de valores nas Ciências Sociais. Temos a discordância no âmbito da escolha do que é significativo para o exame do conhecimento e no âmbito do conflito de visões de mundo. Vimos esta implicação quando examinamos o sujeito historicamente referido e não transcendental. Como colocamos, **valores são historicamente datados e indissociáveis de relações concretas no chão dos interesses.**

O intercruzamento dos valores com sua possível derivação a partir da constelação de interesses materiais e ideais presente no sujeito é latente nos escritos de Weber, que não levou a fundo a investigação desta trama, mas a exprimiu com a famosa metáfora dos deuses e dos demônios desencantados na forma de poderes impessoais. Deuses que são representativos da idéia de “luta”, porque saem de seus

túmulos e aspiram poder sobre nossas vidas e recomeçam suas lutas uns contra os outros.

Entretanto, a discussão aparece de forma explícita em sua diferenciação entre a vocação para a política e a vocação para a ciência, a primeira admitindo posicionamentos diretamente articulados a interesses e a segunda admitindo a vigilância das posições valorativas na postura de uma ética de neutralidade. O político agiria motivado por interesses e por sua expressão valorativa; o cientista deveria tomar consciência dos valores que o orientam, e a ênfase dada por Weber se encontra numa pedagogia movida por esta clareza.

No entanto, seguindo entrelinhas, as idéias e os valores (os pontos de vista) **podem** ser associados a interesses concretos, dado a já referida concepção do sujeito como uma totalidade composta por camadas diversas que provém do que se convencionou chamar de esferas da descoberta e da validação. Fica muito bem caracterizado por que Weber recusou terminantemente a universalidade dos valores presente em Rickert e o sincretismo de valores presente em Simmel, como afirma Cohn (1979). A relação com os valores (*Wertbeziehung*), ou mesmo as idéias de valor culturais (*kulturwertideen*), ou os pontos de vista (*gesichtspunkte*) estão em luta entre si e os conhecimentos engendrados a partir de diferentes pontos de vista são idiossincráticos.

Weber reconhece a derivação das ênfases de significação a partir dos interesses cognitivos que estão por trás. No entanto, não há uma demarcação explícita de como é possível derivar os interesses cognitivos dos interesses materiais e ideais do próprio sujeito. Apesar deste problema, propomos que em seu esquema epistemológico e metodológico existe um triângulo que é composto pelos elementos **seleção, significação e interesse**. São elementos indissociáveis do ponto de partida que é composto pela colocação do universo concreto como uma infinidade e do conhecimento possível como uma limitação. Por uma questão de ênfase, vamos reproduzir a relação numa pirâmide representativa do sujeito cognoscente enquanto totalidade demarcada historicamente, sobretudo a partir da colocação dos interesses e da significação que o habitam:

## Seleção

### Significação Interesse

Lembremos a epígrafe deste trabalho, a qual recupera esta relação e a coloca para o universo das Ciências Sociais, no interior das possibilidades de sua produção teórica.

Num certo sentido, ao colocar na arena epistemológica a questão dos interesses, Weber nos mostra o conjunto de condições existenciais do sujeito, dos interesses materiais e ideais, seus valores e impulsos subjetivos, e toda uma sorte de posicionamentos. **A grande questão é que esta dimensão dificilmente pode ser despojada pelo conhecimento formal.** Trata-se de uma nova dança de confronto. Por isso nossa ênfase na perspectiva, ela se repete nos escritos de Weber. Como uma totalidade que engloba a episteme, está “a condição para que possamos tomar posição como participantes ou como observadores científicos” (SCHLUCHTER, 2000, p. 35).

Neste particular cabe uma comparação com o pensamento de Nietzsche. A aproximação em vista se dá justamente por esta concepção das camadas do sujeito. Para Nietzsche, todo o terreno da lógica e de seu repertório conceitual, como a causalidade ou a busca do verdadeiro, se funda sobre um caráter inequivocamente ilógico (contrariedade) e alógico (externalidade). As instâncias do conhecimento objetivo seriam meros títeres das camadas mais instintivas do sujeito, sobretudo dos afetos e de suas incorporações. Sendo assim, “o curso dos pensamentos e inferências lógicas, em nosso cérebro atual, corresponde a um processo e a uma luta entre impulsos que, tomados separadamente, são todos muito ilógicos e injustos” (NIETZSCHE, 2001, p. 111). O que decide o caminho tomado pelo conhecimento não seria senão os “afetos de comando” orientados na direção de interesses.

Tudo que se considera serem ‘verdades’, morais ou lógicas, mascara as diferenças e as contradições que as sustentam como perspectivas primárias. Os valores absolutos e as ‘verdades’ são máscaras que ocultam conflitos, desajustes, desfigurações, descontinuidades, esquecimentos. (NOBRE, 2004, p.30)



Recolocamos a afirmação de Weber de as Ciências Sociais serem “eternamente jovens”, ou seja, da impossibilidade do estabelecimento de leis gerais nesse campo. Perspectivismo sim, mas não irracionalismo. É neste ponto que Weber se distancia de Nietzsche.

[...] Weber jamais chega ao ponto de negar a idéia de que se possa alcançar uma verdade científica a respeito da história e da sociedade, ainda que particularizada. Não acompanha a visão irracionalista de Nietzsche, pela qual no fim das contas só há *interpretações* mas nenhum texto (Habermas, 1973) [...]. A idéia da verdade do conhecimento histórico reaparece em Weber, rebatida sobre o plano da verdade do conhecimento científico de tal e qual história particular (COHN 1979, p. 107).

Em outras palavras, Weber reconhece o papel da perspectiva no ato de conhecer, mas não procura expulsá-la. A importância da perspectiva, sempre um ponto de vista, está em superar o caráter irracional do real, sobretudo por meio do elemento de mensuração e imputação. Sem a parcialidade que orienta o trabalho de composição causal por via da seleção de condicionantes – no ponto de partida, desenvolvimento e chegada do conhecimento –, só restaria ao sujeito “um caos de juízos existenciais”, uma “barafunda”, como vimos na passagem da “Ética”, onde se encontra muito bem delimitada a relação entre os condicionantes causais em exame.

O que fecha nosso problema gerador é a busca de “vigência empírica”. Aí se encontra a não ruptura com um conhecimento que pretende explicar e compreender aquilo que retira do “mundo”. Aí se encontra nossa pretendida ligação da epistemologia ao método, tendo na primeira um pressuposto. A evidência empírica, como vimos, segue a parcialidade do ato de conhecer enriquecendo-o com o auxílio do que é significativo no real. Não é arbitrária, ela desce até o nível empírico para apanhar (*greifen*) os meios de “prova”, as evidências necessárias à hipótese que se formula.

Nada é arbitrário neste sentido, dado o interesse cognitivo enquanto um “centro orbital”.

Portanto, como vimos, a questão da evidência empírica é uma questão de **seletividade** empírica, de **acentuação** empírica, num **artesanato dos juízos de fato**. Artesanato no sentido de teleologia: o conhecimento antecipa o que deve ser

conhecido, o que é significativo, e a partir daí, desce ao chão, desce ao concreto. Impossível não lembrar Bachelard (2001), “o vetor epistemológico vai do racional ao real”. As referências mais atuais, como Habermas, Kuhn, Bourdieu e Boaventura, que reunimos numa síntese do diverso, trazem este problema à tona (seção 2).

O que significa “desmascarar” os valores e, sobretudo, desmascarar por completo a perspectiva, inclusive em sua tradução em hipótese, levando ao extremo a neutralidade axiológica?

Significa criar uma fissura interna na construção do conhecimento, a partir da recusa daquilo que o orienta. Neste caso, significa recusar a perspectiva e, portanto, soterrar a questão de pesquisa e hipóteses que guiam a ato de conhecer na “infinidade do real destituído de sentido”; significa criar um “caos de juízos existenciais” e uma queda no velho problema dos materiais do conhecimento (aqueles de nossa tabela, seção 3); significa desconstruir aquilo que o sujeito do conhecimento seleciona como significativo na realidade e, no limite, significa recair no irracionalismo anterior ao trabalho do sujeito. O mundo não é intrinsecamente dotado de sentido. O homem lhe confere sentido no ato de conhecer: temos aí uma radicalização epistemológica de Weber. Importa enriquecer de História, de nível empírico factual aquilo que é significativo para o conhecimento.

É neste ponto que, segundo Cohn e Löwy, aparece a afinidade de Weber com o positivismo, o que, no entanto, marca uma ruptura com Nietzsche. Tal empreendimento tem de ser considerado enquanto busca de assentar o conhecimento, de reformular suas possibilidades em função destes dilemas levantados. O que temos é a busca, porque, se tratando de dilemas, é evidente que permanecem. Redimensionam e fortalecem a caracterização da natureza do conhecimento como perspectivismo. Também redimensionam os limites do conhecimento e, como tal, criam um problema para isto que o autor pretendeu chamar de neutralidade axiológica.

Estamos acusando Weber de ser um perspectivista, de colocar todo o conhecimento num relativismo? Não, estamos explorando sua linha de visada no interior desta corrente epistemológica e gnosiológica. Poderíamos dizer que se trata de um dilema a partir do reconhecimento de um problema ainda em aberto, não solucionado.

De fato, o dilema é este: o conhecimento se encontra atrelado às “perspectivas parciais e especiais” graças às quais ele é construído e tal definição é gnosiológica, ou seja, mais do que um problema quanto às possibilidades e limites do conhecimento nas Ciências Sociais, trata-se de um problema do conhecimento em geral. Um problema que define a natureza do conhecimento e, como tal, define seus impasses e limites.

A posição de Weber é a de manifestar o positivismo numa forma mais sofisticada: a recuperação da História e do nível empírico como o que garante um conhecimento que se pretende ciência, um conhecimento que se pretende realidade e livre de juízos de valor. Um conhecimento que pretende o nível epistêmico, livre de sua dependência ao “segundo mundo”, neste termo de Popper.

Sem dúvida, uma estratégia sofisticada que faz da relação com valores sua tradução em questões que orientam hipóteses e formulação de táticas comparativas, e, acima de tudo, **torna significativo aquilo que retira do real e o enriquece como evidência empírica.**

Levando ao extremo sua ambigüidade, afirmamos que não existe a possibilidade do exorcismo da perspectiva do ato de conhecer. **Tudo o que se pode fazer, neste percurso pelo interior do pensamento de Weber, é transformar “a relação com valores” em questões e em hipóteses que, ao se tornar perspectiva, possa permitir a reconstrução da História que interessa conhecer (significação). Neste sentido, trata-se de enriquecer este percurso no contato com o empírico (acentuação), através daquilo que se reveste como conhecimento do real (perspectiva). Supera-se o empírico infinito e irracional na construção do empírico seletivo e significativo.**

Sofisticado, mas questionável. Levar a neutralidade axiológica aos limites é recair no irracionalismo: o que Weber escolheria?

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo. Ed. Mestre Jou, 1970.

ADORNO, T.W. A atualidade da Filosofia. Do original *Die Aktualität der Philosophie*. IN: ADORNO, T.W. *Philosophische Frühschriften*. Band I. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996. Tradução de Bruno Pucci. Tradução cotejada com a versão castelhana de José Luis Aranteghi Tamayo (Barcelona: Ediciones Paidós, 1991)

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C; CHAMBOREDON, J.C. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Rio de Janeiro. Vozes, 1999.

COHN, G. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo. T.A. Queirós editor, 1979.

\_\_\_\_\_. (Org.) "Introdução". IN: *Weber: Sociologia*. Coleção "Grandes cientistas sociais". São Paulo, Ed. Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. Como um hobby ajuda a entender um grande tema. In: WEBER, M. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. São Paulo, Edusp, 1995.

COLLIOT-THÉLÈNE, C. *Max Weber e a história*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

FLEISHMANN, E. Weber e Nietzsche. In: Cohn, G.(org.) *Sociologia :para ler os clássicos*, LTC, RJ, 1977.

FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Forense, 1970.

GERTH, H.H. & WRIGHT MILLS, C. Introdução In: *Max Weber: ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: *Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas textos selecionados*; seleção de Zeljko Loparié, São Paulo, Abril S.A Cultural, 1975, p.291-303, Coleção “Os pensadores”.

JASPERS, K. Método e visão de mundo em Weber. In COHN (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro. LTC, 1977.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, Abril Cultural, 1987. Coleção “Os Pensadores”.

KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Ed. Perspetiva, 2003.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo. Busca Vida, 1987.

MORA, J..F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo. Martins Fontes, 1994.

NIETZSCHE, F. *A Gaia ciência*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

NOBRE, R. F. Três teses comparativas entre os pensamentos de Weber e Nietzsche. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19, n. 56, outubro 2004.

PAIVA, L. H. A objetividade do conhecimento em Max Weber. In *Temáticas*, Campinas, 3 (5/6), janeiro-dezembro 1995.

PIERUCCI, A. F. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ed. 34, 2003.

RINGER, F. K. *A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo, Editora USP, 2004.

ROSSI, P. Scientific objectivity and value hypotheses. IN: HAMILTON, P. (org) *Max Weber: Critical Assessments*. London and New York, Routledge, 1991, vol. I, section two, p. 344-351.

SAINT-PIERRE, H. *Max Weber: entre a razão e a paixão*. Campinas, Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

SANTOS, B. de SOUSA. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Afrontamento, 1993.

SANTOS FILHO, J. dos R. Notas em torno da tradição do método. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v.5, n.8 , p.143-72, 2000.

SANTOS FILHO, J. dos R. Ciência e método em manuais de Sociologia. *Perspectivas*, SP, 23: 101-118, 2000.

SCHLUCHTER, W. Politeísmo dos valores. In: JESSÉ SOUZA (org.) *A atualidade de Max Weber*. Brasília, Ed. UNB, 2000, p.13-49.

SÊNEDA, M. C. *O problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação*. Campinas, IFCH, 2004. Tese de Doutorado.

TENBRUCK, F.H. The problem of thematic unity in the works of Max Weber. IN: IN: HAMILTON, P. (org) *Max Weber: Critical Assessments*. London and New York, Routledge, 1997, vol. I, section one, p. 232-264.

TRAGTENBERG, M. Introdução In: *Max Weber: Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 2001.

\_\_\_\_\_. A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: *Max Weber: Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001a, parte I, p.107-154.

\_\_\_\_\_. Estudos Críticos Sobre a Lógica das Ciências da Cultura. In: *Max Weber: Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001b, parte I, p.155-210.

\_\_\_\_\_. Confucionismo e puritanismo. In: COHN, G. (org.) *Weber: Sociologia*. São Paulo, Ática, 2001e, coleção “Grandes cientistas sociais” vol. 13.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Especialmente o capítulo V, vol. I p. 279-418. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1999.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

BENDIX, R. *Max Weber: um perfil intelectual*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOURDIEU, P. Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber. In: *A economia das trocas simbólicas*. MICELI, S. (org.). São Paulo, Perspectiva, 1974**a**, p.79-98.

\_\_\_\_\_. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. Org. Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva, 1974**b**, p.27-78.

GIDDENS, A. *Política sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo, Editora Unesp, 1998.

BRUBAKER, R. *The Limits of Rationality: An Essay on the Social and Moral Thought of Max Weber*. Londres, George Allen & Unwin, 1984.

BURGER, T. *Max Weber's Theory of Concept Formation: History, Laws, and Ideal Types*. Durham, Duke University Press: 181- 230

GUSMÃO, L. A concepção de causa na filosofia das Ciências Sociais de Max Weber IN: JESSÉ SOUZA (org.) *A atualidade de Max Weber*. Brasília, Editora UNB, 2000, p. 235-260.

LOWEWITH, K. Racionalização e liberdade: o sentido da ação social. In: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. (orgs.). *Sociologia e sociedade: leituras introdutórias à Sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 1994, P.145-163.

NOGUEIRA, M. A Max Weber: a burocracia e as armadilhas da razão. In *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, Ed. Grijalbo, vol. I, 1977, p. 135-153.



PETRAS, J.W. & CURTIS, J.E. Max Weber today: notes on the Problem of Objectivity in the Social Sciences. In: HAMILTON, P. (org.) *Max Weber: Critical Assessments*. London and New York, Routledge, 1991, vol. 4., section nine, p. 230-237.

PIERUCCI, A. F. Secularização segundo Max Weber. In: SOUZA, J. (org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília, Editora UNB, 2000, p. 105-162.

POPPER, K. *A lógica da investigação científica*. São Paulo. Abril Cultural Col. "Os pensadores".

RINGER, F.K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo, Edusp, 2000.

SCHLUCHTER, W. The Paradox of Rationalization: On the Relation of Ethics and World. In: ROTH, G. & SCHLUCHTER, W. *Max Weber's Vision of History: Ethics and Methods*. Berkeley, University of California Press, 1976, p. 11- 64.

\_\_\_\_\_. *The Rise of Western Rationalism*. Berkeley, University of California Press, 1981.

WEBER, M. "A 'Objetividade' do Conhecimento nas Ciências Sociais. In COHN, G. (org.), *Weber: Sociologia*. São Paulo, Ática, 2001d, col. "Grandes cientistas. sociais", vol. 13.

\_\_\_\_\_. A Ciência Como Vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 2000, p.17-52.

\_\_\_\_\_. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: *Max Weber: Ensaios da Sociologia*. (orgs.) GERTH, H.H. e WRIGHT MILLS, C. Rio de Janeiro, Zahar, 1974a, p. 347-370.

\_\_\_\_\_. A psicologia social das religiões mundiais. In: *Max Weber: Ensaios de Sociologia*. (Orgs.) GERTH H.H. e WRIGHT MILLS, C. Rio de Janeiro, Zahar, 1974b, p.309- 346.

\_\_\_\_\_. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: *Max Weber: Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001f, parte II, p. 399-429.

\_\_\_\_\_. O caráter Geral das Religiões Asiáticas. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber: Sociologia*. São Paulo, Ática, 2001g, col. "Grandes cientistas sociais" vol. 13, p.142-151.

\_\_\_\_\_. Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções. In: *Weber, Max. Textos selecionados*. (seleção de Maurício Tragtenberg, coleção Os Pensadores). São Paulo, Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. Sobre Algumas Categorias da Sociologia Compreensiva. In: *Max Weber: Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001h, parte II, p. 313-348.

\_\_\_\_\_. Roscher e Knies e os Problemas Lógicos de Economia Política Histórica. In: *Max Weber: Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001i, parte I, p.1- 106.